



A polêmica da leitura de romances:

PRESCRIÇÕES E PRECEITOS RELIGIOSOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

JENIFFER YARA JESUS DA SILVA

**A POLÊMICA DA LEITURA DE ROMANCES: PRESCRIÇÕES E PRECEITOS
RELIGIOSOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX**

BELÉM
2020

JENIFFER YARA JESUS DA SILVA

**A POLÊMICA DA LEITURA DE ROMANCES: PRESCRIÇÕES E PRECEITOS
RELIGIOSOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários.

Linha de Pesquisa: Literatura: interpretação, circulação e recepção.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales.

BELÉM
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Y26p Yara Jesus da Silva, Jeniffer.
A polêmica da leitura de romances: prescrições e preceitos religiosos na Belém do século XIX / Jeniffer Yara Jesus da Silva. — 2020.
147 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Germana Maria Araújo Sales
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Letras, Belém, 2020.

1. Romance. 2. Século XIX. 3. Periódicos religiosos. 4.
Igreja Católica. 5. Maçonaria. I. Título.

CDD 809

JENIFFER YARA JESUS DA SILVA

**A POLÊMICA DA LEITURA DE ROMANCES: PRESCRIÇÕES E PRECEITOS
RELIGIOSOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Letras e Comunicação, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Literários.

DATA DA AVALIAÇÃO: 17/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales
(Orientadora – PPGL/UFPA)

Profa. Dra. Andréa Correa Paraiso Müller
(Membro externo – UEPG)

Profa. Dra. Valéria Augusti
(Membro interno – PPGL/UFPA)

BELÉM
2020

AGRADECIMENTOS

Concluir uma pós-graduação no Brasil, sendo mulher e pobre, não é tarefa fácil, mas também não é impossível, caso tenhamos a quem nos ajudar nesse caminho, seja apoiando financeiramente, intelectualmente ou apenas abrindo os braços para um acolhimento necessário e deixando os ouvidos atentos para alguns desabafos. Portanto, quero agradecer primeiramente à minha avó, amiga, parceira, conselheira e mãe, Inaiara Campos, por ter me escolhido para ser sua família e ter me apoiado em tudo o que me propus a fazer. Eu também a escolhi e essa reciprocidade de amor, carinho, afeto e aprendizagem é o tesouro mais valioso que conquistei durante toda a minha vida até agora.

Agradeço ao meu pai, Joseano Fernandes, pela paciência absoluta, pelo apoio emocional, por seu amor que, mesmo distante, é acolhedor em muitos momentos. Assim como minha mãe, Rosilene da Silva, exemplo de mulher que luta pelo que acredita e que mantém o afeto que só mãe pode oferecer.

Agradeço à minha sogra, Venina Santana, por ser minha segunda mãe nessa trajetória, por todo o apoio que me concebeu, desde a estadia em sua casa, e alimento na mesa, até os conselhos de vida, as palavras de encorajamento. Ela é mais uma mulher que, há 7 anos, é um dos meus exemplos de vida, de caráter e de conduta.

Ao namorado, Anderson Botelho, por toda a paciência em me escutar nos dias mais difíceis, nas fases mais estressantes. Obrigada por ser esse esteio que me acalma e que me dá confiança quando eu mesma não consigo me proporcionar isso. Agradeço por todo o apoio, mesmo que indiretamente, na realização dos meus trabalhos.

Agradeço também à minha orientadora, profa. Dra. Germana Sales, professora e amiga em muitos momentos, que me acolheu e me abrigou em sua pesquisa e em seus abraços aconchegantes, e que me conduz nos trabalhos acadêmicos desde 2014, quando minha vida mudou completamente, dentro e fora da universidade. Suas palavras e seus conselhos ecoam em mim desde quando a conheci, e sua trajetória profissional e pessoal é também um dos exemplos a me espelhar.

Agradeço aos meus amigos, de universidade e de vida, Aduino Bitencourt, Márcia Pinheiro, Pedro Lisboa, Rayssa Rodrigues, Amanda Resque, Daniel Prestes, Thalisson Assis, cada um possui um lugar especial no meu coração e na minha trajetória, colaborando imensamente nos meus trabalhos, ouvindo meus anseios e me aconselhando da melhor forma possível para que a gente sobrevivesse por todos os períodos conturbados que já passamos.

Aos meus colegas de pesquisa, parceiros de eventos e de trabalhos em conjunto, Sara Vasconcelos, Stéfani Dutra, Layse Daiane e Maria Luisa Bittencourt. A todos os demais integrantes do GEHIL, pesquisadores e professores importantes em quem me espelho.

Agradeço ainda, particularmente, às professoras Lucilena Gonzaga e Valéria Augusti que, em minha qualificação, orientaram de forma significativa a condução deste trabalho.

Agradeço aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, representados aqui pela profa. Dra. Marli Furtado e prof. Dra. Maria de Fatima do Nascimento, pela dedicação ao programa, às atividades de pesquisa e ensino na UFPA e por todos os ensinamentos que me proporcionaram durante os anos na graduação e no mestrado.

Por fim, agradeço à Capes, pelo financiamento desta pesquisa, pela confiança no trabalho dos pesquisadores na área de Letras, pela valorização da ciência e humanidades no país.

RESUMO

As transformações sociais, culturais e políticas ocorridas no século XIX ocasionaram diferentes manifestações na imprensa brasileira, mais especificamente, as ordens religiosas-doutrinárias conduziram um embate fervoroso em que disputas ideológicas concorreram para firmarem-se, uma ou outra, na sociedade, por meio de ações que iriam além do âmbito religioso. Nesse contexto, o gênero romance popularizou-se também no meio jornalístico, e sua prática de leitura foi alvo de posicionamentos divergentes entre as figuras letradas atuantes na imprensa. Dessa forma, este estudo objetiva analisar, comparativamente, a presença da crítica ao romance nos jornais paraenses **A Boa Nova** (1871 – 1883), de ordem católica, e **O Pelicano** (1872 – 1874), porta-voz da Maçonaria em Belém do Pará, a fim de confirmar a atenção significativa às práticas de leitura à época, por parte de instituições dogmáticas, as quais também se inserem nos estudos sobre circulação e divulgação do romance no Oitocentos brasileiro. Para alcançarmos o objetivo proposto, foi realizada a leitura dos periódicos, catalogação e compilação dos dados referentes à análise principal, além da inserção de leituras bibliográficas pertinentes ao período histórico e à doutrina de cada jornal. Assim, o trabalho divide-se em três principais seções, em que na primeira trataremos sobre os jornais de caráter religioso-doutrinário em outras províncias do país, integrando-os a um movimento nacional de periodismo doutrinário, em que a prosa ficcional foi um dos assuntos relevantes publicados nestes impressos. Em seguida, explicitaremos a respeito dos jornais paraenses, no que tange suas especificidades materiais, quem foram seus dirigentes e o que fora impresso nas edições, incorporando tais tópicos ao contexto histórico em que ambas as folhas se inseriram. Por fim, serão analisados os escritos referentes às prescrições ao romance propalados nestes jornais, em que artigos, notas e anúncios serão explicitados à luz dos respectivos projetos editoriais de cada impresso, assim como contextualizados de acordo com os aspectos históricos e literários do período. De um lado, o romance, e conseqüentemente sua leitura, é eleito como instrumento perigoso aos fiéis católicos, por outro, é valorizado e recomendado como leitura instrutiva e moralizante e, de acordo com as intenções de cada jornal, a presença de crítica e da divulgação de romances comprova a preocupação dos dirigentes religiosos sobre as práticas de leitura da época e os efeitos causados nos leitores, os quais poderiam contribuir ou afastar o público dos preceitos de cada instituição. Desse modo, a pesquisa insere nos estudos literários a investigação em fontes primárias de cunho religioso-doutrinário, visto que foram meios de veiculação da prosa ficcional oitocentista e integraram-se a um conjunto de escritos prescritivos e críticos a respeito do romance, tratando-se de significativos objetos de estudo para a composição da História Literária nacional.

Palavras-chave: Romance. Século XIX. Periódicos religiosos. Igreja católica. Maçonaria.

ABSTRACT

The social, cultural and political transformations that occurred in the 19th century caused different manifestations in the Brazilian press, more specifically, the religious-doctrinal orders led a fervent clash in which ideological disputes competed to establish themselves, one or the other, in society through actions that would go beyond the religious realm. In this context, the romance novel genre became popular in the journalistic environment too, and its reading practice was the target of divergent points of view between the literate figures working in the press. Thus, this study aims to analyze, comparatively, the presence of criticism of the novel in Pará's newspapers **A Boa Nova** (1871-1883), of Catholic nature, and **O Pelicano** (1872-1874), representative of the Freemasonry in Belém, Pará, in order to confirm the significant attention to reading practices, at the time, by dogmatic institutions, which are also included in the studies on the circulation and dissemination of the novel in the 19th century. In order to achieve the proposed objective, the periodicals were read, cataloged and compiled from the data referring to the main analysis, in addition to the insertion of bibliographic readings relevant to the historical period and the doctrine of each newspaper. Therefore, the work is divided into three main sections, in which in the first one we will deal with newspapers of a religious-doctrinal character in other provinces of the country, integrating them into a national movement of doctrinal period, in which fictional prose was one of the relevant subjects published in these forms. Then, the selected newspapers from Pará will be explained, in terms of their material specificities, who were their directors and what was printed in the editions, incorporating such topics to the historical context in which both newspapers were inserted. Finally, the writings referring to the prescriptions for the novel promoted in these newspapers will be analyzed, in which articles, notes and advertisements will be explained in the light of the respective editorial projects of each print, as well as contextualized according to the historical and literary aspects of the period. On the one hand, the novel, and consequently its reading, is chosen as a dangerous instrument for Catholic believers, on the other, it is valued and recommended as an instructive and moralizing reading and, according to the intentions of each newspaper, the presence of criticism and disclosure of the novels in these newspapers proves the concern of religious leaders about the reading practices of the time and the effects caused on readers, which could contribute to or alienate the public from the precepts of each institution. In this way, the research inserts in the literary studies the investigation in primary sources of religious-doctrinal nature, since they were means of propagating the 19th century fictional prose and they integrated with a set of prescriptive and critical writings about the romance novel, dealing with significant objects of study for the composition of national Literary History.

Keywords: Romance Novel. 19th Century. Religious Newspapers. Catholic Church. Masonry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Jornais doutrinários nas províncias, 1861 - 1875	21
Quadro 2: Narrativas em A Tribuna Catholica , 1867 – 1869.....	39
Quadro 3: Narrativas em A Família , 1872 – 1873.....	41
Figura 1: A Cruz , 1861	22
Figura 2: A Esperança , 1864.....	25
Figura 3: Tribuna Catholica , 1867	28
Figura 4: A Família , 1872.....	31
Figura 5: A Luz , 1873	33
Figura 6: Labarum , 1875	36
Figura 7: Retrato de Dom Macedo Costa, óleo sobre tela.....	48
Figura 8: A Boa Nova , 1872	50
Figura 9: O Pelicano , 1872	65
Figura 10: Folhetim “O Jesuíta”, O Pelicano , 1872	93
Figura 11: Edição portuguesa d’ O Inferno , de Auguste Callet, traduzido por Camilo Castelo Branco, 1871.....	97
Figura 12: Edição francesa de Cornelia Bororquia ou a vítima da Inquisição , Luis Gutiérrez, 1803	102
Figura 13: “Os filhos do Capitão Grant”, A Boa Nova , 1873.....	104
Figura 14: “Leituras em Famílias: Antes da oração da noite”, A Boa Nova , 1876.....	106
Figura 15: “Páginas Soltas”, de Padre Guilherme Dias, O Pelicano , 1874.....	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A IMPRENSA COMO FONTE DOCUMENTAL, HISTÓRICA E LITERÁRIA.....	18
2.1 Imprensa religiosa-doutrinária: guias para a sociedade oitocentista.....	19
2.2 No aflorar dos embates: a presença do romance em jornais doutrinários oitocentistas..	37
3 A BOA NOVA E O PELICANO: MORALIZAÇÃO ENTRE AS PÁGINAS DOUTRINÁRIAS.....	46
3.1 A Boa Nova: Dom Macedo Costa e o projeto romanizador paroara.....	47
3.1.1 Modernidade e civilização: o ultramontanismo nas páginas d'A Boa Nova	55
3.2 O Pelicano: sociedade maçônica na imprensa belenense	62
3.2.1 Figurações de autoria: os discursos n'O Pelicano.....	70
4 A CRÍTICA AO ROMANCE: POSICIONAMENTOS ACERCA DO NOVO GÊNERO.....	81
4.1 Os inimigos da fé: o romance imoral e condenável.....	83
4.2 Luz e escuridão: embates entre a condenação e recomendação de romances	91
4.3 Moralizar e civilizar: guia de leitura em A Boa Nova.....	105
4.4 Boas recomendações: A maçonaria engajada nas práticas de leitura em O Pelicano..	123
5 CONCLUSÃO.....	133
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE A	143
APÊNDICE B.....	145

1 INTRODUÇÃO

O romance, como gênero em ascensão e popular, entre os séculos XVIII e XIX, respectivamente, provocou reações quanto a sua leitura, pois, diferentemente dos escritos beletristas¹ e hagiográficos, não precisaria de orientações ou acompanhamento para o bom entendimento da narrativa. Além disso, os enredos se distanciaram do modelo clássico das histórias sobre heróis e enredos mitológicos, para tramas e personagens próximos à existência comum dos indivíduos, possibilitando a identificação entre personagem e leitor. Nesse contexto, surgem opiniões divergentes quanto à sua prática de leitura nos meios em que estas narrativas estiveram presentes, recomendando ou condenando os romances².

A partir dos modos de ler vivenciados no Setecentos e Oitocentos³, parcelas da população letrada e não-letrada brasileira mantiveram contato com inúmeros exemplares de prosa de ficção publicados e traduzidos de diversas línguas, em fontes primárias nas quais foram verificadas significativa circulação e propagação do romance⁴. Assim, o novo gênero adequou-se às diferentes intenções de escrita. Ora para moralizar ou subverter os valores, ora para valorizar ou rechaçar certas condutas sociais, reafirmar verdades já instauradas e, em outros casos, questionar posicionamentos sociais e políticos valorizados por instâncias de poder. A presença do novo gênero nas práticas sociais fez surgir discussões sobre, por exemplo, o valor destas narrativas e de que forma sua leitura afetaria o público leitor.

Por meio da publicação em jornais, o romance esteve presente nas camadas mais simples da sociedade brasileira. Entre letrados e semialfabetizados, entre mulheres e homens, jovens ou adultos, a prosa de ficção moderna acarretou considerável faturamento aos jornais do século XIX, que preenchiam suas páginas na seção *Folhetim* e em outras seções destinadas às publicações literárias⁵, com narrativas de expressivo poder persuasivo para captar a atenção do público, principalmente para os capítulos subsequentes, mediante estratégias folhetinescas.

Apesar da constatação de prosa de ficção em jornais no Brasil ainda na primeira metade do século XIX⁶, a popularização do gênero no país ocorreu expressivamente a partir da

¹ ABREU, Márcia. Letras, Belas Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da Literatura: O discurso fundador**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003

² WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

⁴ ABREU, Marcia. **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: FAPESP, 2008.

⁵ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶ SALES, Germana Maria Araújo. Páginas historiográficas no século XIX. **Todas As Letras Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-48, nov. 2016.

segunda metade do século. Nos periódicos houve diferentes formas de divulgação, não somente por meio da publicação de uma narrativa, mas igualmente mediante a menção de títulos e autores em anúncios, notas de recebimentos e lançamentos de livros, além de artigos críticos, os quais julgavam a prática de leitura, recomendando-o ou condenando-o.

Nesse contexto, eclesiásticos e maçons empreendiam embates próprios em relação aos seus respectivos preceitos. Para compreendermos como ocorreu tal conflito, é preciso enfatizar a ascensão ao poder clerical de figuras ultramontanas, ou romanizadoras⁷, que seguiam os princípios de Papa Pio IX (1792 – 1878)⁸, defensor de uma reforma da Igreja em todo o mundo, devido aos avanços da modernidade presentes àquela época. Esta reforma incluía a expulsão de maçons frequentadores da Igreja e maior evangelização para a conquista de fieis. A modernidade inimiga do clero é entendida como a fomentação de pensamentos iluministas e cientificistas, provocados pelos movimentos ocorridos ainda no século XVIII na Europa (Revolução Francesa e Revolução Industrial), nos quais Igreja e Estado monárquico, duas instâncias de poder, encontraram-se debilitadas pelas inquietações de cunho político, social e religioso presentes na sociedade. A reforma da Igreja, portanto, era necessária para frear as tentativas de secularização, nos aspectos culturais e políticos, e o Brasil não esteve aquém desse projeto. Nomes como Dom Antonio de Macedo Costa (1830 - 1890) e Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844 - 1878), atuantes no Pará e Pernambuco, são referências neste empreendimento em terras brasileiras.

Este projeto almejou reformular as bases da Igreja de acordo com as premissas da Igreja em Roma, ou seja, propagar a fé e a religião católica em todos os locais possíveis, por meio da evangelização e catequização, inspiração dos empreendimentos jesuíticos durante o período de colonização europeia, bem como em repelir qualquer influência relacionada às ideias

⁷ O ultramontanismo foi um tipo de movimento utilizado, desde o século XI, pelos cristãos que pensavam a doutrina católica em Roma como uma liderança espiritual, buscavam naquele local o exemplo a ser seguido. No entanto, o pensamento adquiriu significativa intensidade durante o século XIX, pelos “que lutavam por transformar e “limpar” o catolicismo das supostas impurezas do mundo moderno” (MARTINS, 2002, p. 73), denominados como reformadores, romanizadores ou ultramontanos.

⁸ “Na tarde do dia 16 de junho de 1846, o Cardeal Mastai, que fugia das honras, foi eleito Papa e quis chamar-se Pio IX. O seu pontificado, devido às circunstâncias políticas derivadas da unificação da Itália e da perda dos Estados pontifícios, tornou-se sumamente difícil: por isso mesmo, foi um grande Papa, certamente um dos maiores. Impelido pelo desejo de cumprir a sua missão de “Vigário de Cristo”, responsável dos direitos de Deus e da Igreja, foi sempre claro e direto: soube unir firmeza e compreensão, fidelidade e abertura. Começou o seu pontificado com um ato de generosidade, concedendo uma amnistia para delitos políticos. A sua primeira Encíclica foi uma visão programática e, ao mesmo tempo, uma antecipação do “Syllabus”, condenou as sociedades secretas, a maçonaria e o comunismo. Em 1847 promulgou um decreto de ampla e surpreendente liberdade de imprensa.” In: **Papa Pio IX**. Disponível em: http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html. Acesso em 02 jan. 2020.

modernas, liberais e cientificistas da época, perigosas ao olhar do clero, pois poderiam subverter as almas dos fiéis cristãos (MARTINS, 2005).

Do outro lado, a Maçonaria, caracterizada como uma sociedade cientificista, aliada aos pensamentos iluministas, propagadora da liberdade de pensamento e liberdade religiosa, foi considerada inimiga pelo clero ultramontano, o qual tentou afastar os eclesiásticos atuantes na Maçonaria e empreendeu ações contra a presença de maçons na Igreja ou em ações realizadas por ela, como, por exemplo, o velório de maçons mediados por eclesiásticos ou a atuação de padres maçons nas igrejas do país.

O estopim para o conflito entre Igreja e Maçonaria no Brasil do século XIX originou-se após o discurso⁹, divulgado posteriormente em jornais, em 3 de março de 1872, proferido pelo Padre José Luís de Almeida Martins (18--?), na celebração da Lei do Ventre Livre em uma festa promovida pelo Grande Oriente do Lavradio. A fala do clérigo desencadeou advertência do Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda (1830 - 1890), que solicitou afastamento do Pe. Almeida Martins da Maçonaria. Não havendo obediência a esse pedido, Pe. José Almeida foi expulso de sua sede e proibido de atuar em sua função¹⁰. Tal fato desencadeou o que hoje denomina-se Questão Religiosa¹¹, e tal oposição alastrou-se para além da corte, com grande repercussão na Província do Grão-Pará.

A presença da Igreja Católica e da Maçonaria na imprensa, entretanto, possui motivações diferentes, se não atentarmos apenas para a Questão Religiosa como causadora disso. A imprensa, assim que surge, é condenada pelo clero católico, pois foi considerada uma das ferramentas utilizadas para a propagação do pensamento moderno, o qual era acusado de ser anticlerical ou secularista. Este alcance jornalístico para uma significativa parcela social na

⁹ “Apóstolos da civilização, aos maçons cumpre render homenagem à grandeza que deve sua existência à moralidade e ao mérito e não a lisonja da pena ou da palavra ou do gênio restituído. Filhos desta democracia que se-regenera pelo estudo e pelo trabalho, pela moralidade e ela confraternização, nós desprezamos os louros conquistados nas lutas de sangue que flagelam a humanidade.

Nós desconhecemos esta gloria efêmera, que desaparece com os últimos aplausos das multidões em delírio.

Nós, finalmente, não admitimos legitimidade nesse poder com que os déspotas, quer sentados nos tronos, quer nas cadeiras republicanas e quer mesmo ajoelhados diante dos altares da religião, se-proclamam senhores da terra.

E que amigos da humanidade e querendo dela constituir uma só família, os maçons só reconhecem a gloria que não morre, o poder que não oprime e a religião que pelo amor nos dá a posse de Deus.” Padre Almeida Martins.

¹⁰ VIEIRA, David. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

¹¹ A Questão Religiosa constituiu-se numa série de conflitos ocorridos no período de 1872 a 1875, entre uma determinada ala do clero, considerada conservadora, e o Império brasileiro. Alguns Bispos estavam inconformados com a direção de maçons nas irmandades religiosas e passaram a proibir tal presença. O governo imperial leu as proibições como uma desobediência à sua autoridade e à constituição, levando os Bispos a responderem processo pelas proibições e fechamento de irmandades ao Supremo Tribunal do Império, este em 1874, decretou a prisão de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Macedo Costa, respectivamente Bispos de Olinda e do Grão-Pará (MARTINS, Karla Denise. *Civilização católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. **Revista História Regional**, UNIFAP, 2002, v. 07, p. 75).

época foi alvo de intensa preocupação dos religiosos. No entanto, assim que a Igreja assume não ser possível frear a difusão jornalística, toma uma postura contrária e utiliza deste meio para reproduzir seus posicionamentos e divulgar suas ações (CHARTIER; HÉBRARD, 1995). Por outro lado, a Maçonaria, alvo de preconceitos e mitos a respeito de suas crenças e atuação, desejava não somente se defender de acusações e calúnias, mas instaurar uma sociabilidade no tecido social, a fim de se firmar enquanto instituição com suas devidas representações e modos de atuação respeitadas, tanto por maçons quanto por profanos¹² (SANTOS, 2011, p. 48). Desse modo, as justificativas para o surgimento deste tipo de imprensa doutrinária¹³ são essencialmente relevantes para compreender como os embates entre essas duas instâncias de poder ocorreram nos jornais da época.

A presença do romance foi perceptível em diferentes tipos de periódicos, incluindo os denominados religiosos. Tal fato não ocorreu da mesma maneira que em outras fontes denominadas noticiosas e literárias, visto que as motivações para tratar do assunto são diferentes, de acordo com os escopos editoriais de cada jornal. A partir dessa observação, esta pesquisa pretende verificar e analisar como ocorreu a prescrição à leitura do romance nestes jornais, a partir de suas perspectivas e princípios estabelecidos.

Este trabalho iniciou em 2014, após seleção de bolsista para inclusão no grupo de pesquisa **Grupo de Estudos em História Literária** (GEHIL), coordenado pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales, e para realização do plano de trabalho inserido em seu projeto intitulado **Leituras à prova do tempo: a crítica ao romance em jornais diários no século XIX** (2014 – 2017), em que iniciei as investigações, como bolsista de Iniciação Científica CNPq, nos jornais **A Estrella do Norte** (1860 – 1869) e **O Santo Officio** (1871 – 1889)¹⁴. Posteriormente, 2015, em um novo plano, seguindo a mesma linha do projeto de pesquisa em jornais religiosos, trabalhei com a folha católica **A Boa Nova** (1871 – 1883)¹⁵, seguida do impresso maçônico **A Regeneração** (1873 – 1876)¹⁶, em 2017, finalizando minha trajetória como PIBIC. A partir do corpus dessas pesquisas, escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso utilizando os jornais católicos **A Boa Nova** e **A Estrella do Norte**, ambos dirigidos pelo Bispo

¹² Nomeação dada a todo indivíduo que não faz parte da Maçonaria.

¹³ O termo doutrina e seus derivados foi utilizado neste trabalho no sentido de nomear a instituição maçônica, principalmente, a qual não se pretende religiosa, mas que age de acordo a um conjunto de princípios e valores os quais servem de base seu sistema filosófico/político. Cf. **Doutrina, Doutrinário**. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/doutrina-doutrin%C3%A1rio>. Acesso em 03 set. 2019.

¹⁴ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Estrella do Norte e Santo Officio: folhas noticiosas para famílias**. Belém: s.n., 2015.

¹⁵ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **A Boa Nova: periódico dirigido ao que for verdadeiro, honesto, justo, santo e amável**. Belém: s.n., 2016.

¹⁶ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **A Regeneração: o romance como progresso material e moral nos escritos maçônicos**. Belém: s.n., 2017.

do Pará, Dom Macedo Costa (1830 – 1891), intitulado **Sob o manto da moral: o romance em arguição**. Essa investigação deteve-se na crítica ao romance presente nas duas folhas, a fim de analisar como ocorreu a presença do gênero à luz das motivações históricas, doutrinárias e moralizantes.

No entanto, mais do que se aliar a um projeto doutrinário católico, a imprensa religiosa belenense, composta por impressos católicos, maçônicos e protestantes, é campo de pesquisa com significativa presença de produções de caráter literário. Dessa forma, a fim de constatar as diferenças e possíveis semelhanças entre a crítica ao romance publicada em dois impressos de posicionamento e historicidade divergentes, surgiu a ideia para este projeto de pesquisa.

Esta investigação foi pensada como desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso para ampliação das pesquisas no periodismo católico e maçônico e sua estreita relação com os debates acerca do romance e das práticas de leitura. Diante disso, o projeto para o mestrado foi possível após catalogação e análise dos jornais doutrinários desenvolvidos nos planos de pesquisa como PIBIC e averiguação da presença de outros impressos que mantiveram publicações significativas no periodismo belenense¹⁷, em que, nos seus respectivos editoriais, a presença do romance foi patente como um dos principais temas de publicação.

Assim, para a realização da pesquisa foram (re) lidos e catalogados os periódicos selecionados, e compilados os dados relativos à crítica ao romance nas edições disponíveis, por meio da consulta ao acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente ao portal da Biblioteca Digital Nacional, bem como pelo acesso aos microfilmes das edições disponíveis no acervo da Fundação Cultural do Pará.

Além disso, a leitura de fontes bibliográficas a respeito dos dirigentes dos jornais, bem como sobre a circulação e importância dada a eles na historiografia de cada instituição foi imprescindível para a compreensão dos fatos que ocorreram à época e que influenciaram os projetos editoriais de cada folha. No entanto, focamos também nas publicações de cada jornal, a fim de utilizá-las como as principais fontes para este trabalho.

Isto posto, a segunda seção desta dissertação, intitulada **A imprensa como fonte documental, histórica e literária**, tratará, brevemente, sobre a importância da imprensa nos estudos históricos e literários, na qual há breves descrições bibliográficas¹⁸ dos jornais religiosos-doutrinários selecionados. Os impressos escolhidos são anteriores e contemporâneos aos jornais **A Boa Nova** e **O Pelicano** e publicados em outras províncias do país, sendo três

¹⁷ **O Pelicano**, de caráter maçônico, foi investigado pelo aluno Adauto Bitencourt Filho, ainda em 2014, como aluno de Iniciação Científica - FAPESPA, porém, não fora possível concluir o plano de trabalho na época.

¹⁸ MCKENZIE, Donald Francia. **Bibliografia e a Sociologia dos Textos**. São Paulo: Edusp, 2018.

pertencentes à Igreja Católica e três sob direção maçônica. Dois periódicos foram publicados na corte, o católico **A Cruz** (1861-1864), e **A Família** (1872 – 1873), de caráter maçônico; **A Esperança** (1864 – 1865), católico e impresso em Recife, **Tribuna Catholica** (1867 – 1868), católico e divulgado no Ceará, **A Luz** (1873), maçônico e de origem em Natal e **Labarum** (1874 – 1875), maçônico, de Maceió. A materialidade de cada jornal selecionado se difere entre eles, porém, semelhanças nas pautas e divulgação de recebimento de outros jornais, incluindo os do Pará, como **O Pelicano** e **O Santo Officio**, confirmam considerável circulação de ideias e publicações entre a imprensa doutrinária a nível nacional.

O objetivo desta seção, portanto, concentra-se na explanação de como este periodismo foi presente em outras províncias do país, integrando-se em um movimento nacional em defesa de suas respectivas ideologias. Afora isso, a presença da prosa de ficção também foi verificada, dessa forma, recuperaremos de que maneira ocorreram essas publicações e quais foram os autores e títulos divulgados, também na tentativa de demonstrar de que forma estes jornais se integraram ao movimento literário nacional da época.

A terceira seção trata da apresentação dos jornais **A Boa Nova** (1871 – 1889) e **O Pelicano** (1872 – 1874), objetos principais do presente estudo. Em **A Boa Nova e O Pelicano: moralização entre as páginas doutrinárias**, será explicado a materialidade, o discurso e a importância destas fontes na historiografia paraense. Conheceremos quem foram seus dirigentes e de que forma os dogmas e preceitos de cada doutrina influenciaram na conduta jornalística analisada nos impressos. O primeiro subtópico, intitulado **A Boa Nova: Dom Macedo Costa e o projeto romanizador paraense** concentra-se na atuação do Bispo do Pará, e conseqüentemente da Igreja Católica local, bem como em suas ações voltadas para a iniciativa ultramontana, nas quais a leitura e os escritos jornalísticos foram inseridos como instrumentos de divulgação desse ideário. Em seguida, o subtópico intitulado **O Pelicano: sociedade maçônica em terras paraenses** focará na atuação da Maçonaria em Belém, em consonância aos responsáveis pela publicação do impresso e seus intentos nas ações que realizaram perante a sociedade oitocentista paraense.

Em ambos os jornais houve a presença de escritos ficcionais e este fato demonstra preocupação nas leituras disponíveis ao público leitor, ocasionando diferentes tipos de publicações em cada folha, as quais analisaremos se foram totalmente divergentes entre si (no que tange a crítica ao romance) e as possíveis motivações para publicação das narrativas.

O objetivo desta seção foi utilizar as fontes primárias como principais elementos de estudo a fim de compreendermos, historicamente, quem foram os autores da iniciativa católica e maçônica nestes jornais, e de que maneira o posicionamento relativo à leitura de romances

esteve condizente com as lideranças doutrinárias e seus respectivos projetos sociais e ideológicos. O estudo volta-se, portanto, para uma perspectiva comparativa, a fim de analisarmos, a partir desta historicidade, a presença do romance em cada impresso.

Envolto de posicionamentos divergentes, o romance esteve presente nestes jornais em artigos opinativos, notas e anúncios. Dessa forma, a quarta seção, intitulada **A crítica ao romance: posicionamentos acerca do novo gênero**, analisará os escritos prescritivos, atentando aos autores dessas apreciações e seus respectivos papéis sociais, assim como aos títulos e autores dos romances citados, e às livrarias e editores presentes em notas e anúncios.

No primeiro subtópico, denominado **Os inimigos da fé: o romance imoral e condenável**, consideraremos os julgamentos aos romances condenados em ambos os jornais, atentando aos argumentos utilizados, aos enredos, autores das narrativas e artigos críticos. No segundo subtópico, **Luz e escuridão: embates entre a condenação e recomendação de romances**, avaliaremos, comparativamente, os posicionamentos à leitura do novo gênero, seja em recomendações ou reprovações de leituras. O terceiro subtópico, **Moralizar e civilizar: guia de leitura em A Boa Nova**, detém-se ao exame do escrito “Leituras em Famílias: antes da oração da noite”, sequência de artigos publicada no ano de 1879 na folha católica, a qual trata das leituras realizadas em família, entre jovens mulheres e adultos, contendo pequenas narrativas e menções sobre diferentes práticas de leitura da época. Por último, no subtópico **Boas recomendações: a maçonaria engajada nas práticas de leitura em O Pelicano**, trataremos, especificamente, das indicações de leituras inscritas no jornal maçônico, em notas e anúncios.

Acerca da prescrição ao romance em jornais doutrinários, é perceptível a variedade nos títulos citados, mesmo sob condenação, bem como na preferência em determinados livros, principalmente os de narrativas moralizantes e considerados edificantes. Na época, o novo gênero alcançava popularização, porém, despertara a desconfiança de muitos letrados, estes que atuaram na imprensa brasileira e, mais especificamente, na imprensa doutrinária, os quais se detiveram na apreciação e divulgação do novo gênero, como será comprovado neste estudo.

Este trabalho, portanto, demonstrará que o caráter moralizante não foi o único a determinar a crítica oitocentista ao romance, além disso, permitirá comprovar que o novo gênero esteve presente em jornais de projeto editorial religioso-doutrinário tanto quanto nos noticiosos, diários e literários, com significativa atenção às práticas de leitura da época.

O jornal, como espaço de debates e circulação de ideias, foi instrumento que possibilitou a popularização do romance, assim como ao surgimento da crítica literária, a qual

viria consolidar-se apenas no século posterior¹⁹. Porém, antes disso, o gênero ainda percorreu diferentes caminhos sob a prescrição de leituras nos impressos. Desse modo, o presente estudo reafirma a importância histórica e literária das fontes primárias nos estudos sobre o romance, bem como insere a periodização religiosa-doutrinária nas investigações que pretendem fundar uma história da leitura de romances para além do cânone consolidado²⁰.

¹⁹ SILVA, Wanessa Regina Paiva da Silva; SALES, Germana. **O romance em debate: pesquisa em fontes primárias**. 1. ed. Manaus: Editora UEA, 2013, v. 500, 224 p.

²⁰ ROCHA, MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista. **Revista Leopoldianum**, 2011, v. 37, nº 101/102/103, p. 33-44.

2 A IMPRENSA COMO FONTE DOCUMENTAL, HISTÓRICA E LITERÁRIA

“[...] a publicação de jornais implica, sempre, uma pluralidade de atores sociais, lugares e dispositivos, de técnicas e gestos. Tanto a produção do texto quanto a construção de seus significados dependem de momentos diferentes de sua transmissão [...]”

Marinalva Barbosa

A ideia de uma imprensa imparcial, neutra e sem vieses ideológicos e políticos já fora superada por muitos historiadores e pesquisadores ao compreenderem que os discursos inscritos nos periódicos são elaborações de diferentes instituições sociais para a manutenção de uma determinada ordem de discurso almejada. No entanto, tal fato não deslegitima a pesquisa em jornais, por exemplo, como algo de relevante importância para os estudos históricos e literários, ao atentarmos para esta imparcialidade sempre presente nos artigos e escritos impressos. Ao incorporarmos a análise dos discursos históricos, sociais e religiosos envoltos na produção crítica e literária da época, conduzimos nossas pesquisas à construção de uma História literária nacional comprometida em esclarecer os posicionamentos que permearam as manifestações relativas à História e Literatura. Este agir acompanha a compreensão de que há muitas histórias “não contadas” à margem do cânone brasileiro, as quais devem ser recuperadas e inseridas nas pesquisas.

Os vastos estudos em periódicos existentes no Brasil confirmam a importância das fontes primárias, não apenas a respeito da presença de notícias e opiniões publicadas em determinado impresso, mas também respondendo a questões pertinentes quanto à materialidade e conteúdos inscritos na fonte de estudo, como “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas [...]” (LUCA, 2015, p. 140). Esta investigação, chamada de “análise circunstanciada” pela historiadora Tânia Regina de Luca, compreende a abordagem presente neste trabalho, no que tange, especificamente, à imprensa religiosa-doutrinária oitocentista no Brasil, no Pará.

A imprensa, confirmada por diferentes investigações²¹, também foi um dos principais suportes de veiculação, circulação e consagração de obras e autores da Literatura Brasileira, a qual também está inserida a imprensa belenense, tanto pela quantidade de periódicos publicados

²¹ SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. **Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)**. 2007. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

na província, quanto pelas produções relativas ao literário²². Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2007) explica em seu trabalho sobre Literatura e jornalismo como essas fontes podem ser utilizadas nos estudos literários, considerando as publicações em prosa, notas, anúncios e artigos de opinião, analisando também a presença ou não de autoria e a manifestação de leitores nos jornais paraibanos. Assim, este trabalho será conduzido para a análise da crítica ao romance nas folhas **A Boa Nova** e **O Pelicano**, jornais envoltos em discursos religiosos-doutrinários, bem como influenciados pelo contexto histórico e social da época.

Dessa forma, o presente estudo insere-se nas investigações relativas à História do livro e da leitura, a qual detém-se a diferentes suportes de circulação, impressão e publicação de produções narrativas e críticas, utilizando a fonte jornalística como principal objeto de estudo e investigação para elucidar o contexto histórico e doutrinário envolto no posicionamento dos jornais selecionados para a análise.

Esta seção volta-se, primeiramente, para a abordagem sobre a imprensa religiosa/doutrinária de outras províncias do país, antecessoras e contemporâneas à **Boa Nova** e ao **Pelicano**, buscando traçar convergências ou divergências entre esses jornais para com os da nossa pesquisa, a fim de averiguar se este tipo de jornalismo paraense fez parte ou não de um movimento mais amplo e abrangente que os conflitos vivenciados na região. Sequencialmente, serão descritos os jornais selecionados como corpus principal desta pesquisa, verificando o momento histórico em que estavam inseridos a partir dos seus respectivos editoriais e publicações, para, por fim, apresentar a presença do romance, apurando de que maneira o novo gênero foi publicado em tais impressos.

2.1 Imprensa religiosa-doutrinária: guias para a sociedade oitocentista

A imprensa religiosa-doutrinária nacional surge na segunda metade do século XIX, aliada à intensificação da imprensa noticiosa, quando inúmeros jornais iniciam circulação e distribuição, em muitos casos, diariamente. Uma das primeiras cidades a presenciar o início desse tipo de imprensa foi Mariana, em Minas Gerais, em 1846, com o periódico **Seleta Católica**, dirigido por Dom Antonio Ferreira Viçoso (1787-1875), sétimo bispo da diocese de

²² RODRIGUES, Almir Pantoja. **Trajatória e circulação de textos em prosa de ficção portuguesa na Belém oitocentista**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Mariana²³. Posteriormente, em Belém do Pará, o periódico **Synopsis Ecclesiastica** viria a ser publicado em 1848, sob a direção de Dom José Afonso de Moraes Torres (1805-1865), Bispo do Pará, à época, o qual publicou outro impresso de mesmo caráter religioso, intitulado **A Trombeta do Santuario**: jornal voltado exclusivamente aos interesses da religião, o qual foi mantido em circulação entre 1851 a 1854²⁴. A Maçonaria não deixou de se manifestar nesse período, principalmente a partir da década de 1870, durante a Questão Religiosa (1872 – 1875). Diversos jornais pelo país iniciaram publicação, como um dos mais significativos na historiografia sobre a sociedade, no Rio de Janeiro, **O Boletim do Grande Oriente** (1871), entre outras folhas circuladas em diferentes cidades do país, como **A Fraternidade** (1871), em Aracaju, **Labarum** (1872), em Alagoas, **A Família** (1872), no Rio de Janeiro, assim como em Belém do Pará, **O Santo Officio** (1871) e **A Regeneração** (1873). A imprensa protestante e espírita também esteve presente na historiografia jornalística, com os jornais **Imprensa Evangélica**, em 1864, órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil até 1892, publicada no Rio de Janeiro²⁵, e **Écho D'Além Túmulo**, primeira revista espírita do Brasil, a qual circulou entre 1869 a 1871, na Bahia²⁶.

Esses periódicos defenderam suas respectivas doutrinas por meio da publicação jornalística, desejosos em esclarecer o público leitor a respeito de suas ações e dogmas, além de combater os preceitos dos considerados “inimigos” ou “adversários na fé”, persuadindo quem os lia, por meio dos discursos inscritos.

Para este tópico, selecionamos seis jornais, sendo três antecessores aos periódicos analisados nesta dissertação, católicos, a saber, **A Cruz** (1861 – 1864), publicado no Rio de Janeiro, **Tribuna Catholica** (1867-1868), Ceará, **A Esperança** (1864 – 1865), Recife, e três maçônicos, contemporâneos à **Boa Nova** e **O Pelicano**, **A Família** (1872 – 1873), Rio de Janeiro, **A Luz** (1873), Natal, e **Labarum** (1874 – 1875), impresso e publicado em Maceió. Tais escolhas justificam-se pelas semelhanças nos projetos editoriais dos jornais citados acima em relação aos paraenses. A seguir, tabela com algumas informações sobre os jornais:

²³ SILVEIRA, Diego Omar. A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p.1-14, jun. 2013.

²⁴ Hemeroteca Digital IHGP. Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca.html>. Acesso em 13 de jun. de 2019.

²⁵ SANTOS, Silas Daniel dos. **O jornal Imprensa Evangelica e as origens do protestantismo brasileiro no século XIX**. 2018. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

²⁶ WOLF, Rayssa Almeida. **“Da imprensa especial” à imprensa espírita: um estudo da Revista Espírita (1858-1868)**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

Quadro 1: Jornais doutrinários nas províncias - 1861 - 1875

Título	Data de publicação	Local	Dirigentes	Doutrina
A Cruz: jornal religioso, litterário, historico e filosofico	1861-1864	Rio de Janeiro, RJ	-	Católico
A Esperança: jornal religioso, politico, scientifico e litterario	1864 – 1865	Recife, PE	José Soriano de Souza	Católico
A Família: jornal dos interesses maçônicos	1872 – 1873	Rio de Janeiro, RJ	-	Maçônico
A Luz: jornal dedicado à causa maçônica	1873	Natal, RN	José Gomes Ferreira	Maçônico
Labarum: Órgão da Maçonaria	1874 – 1875	Maceió, AL	José Hygino de Carvalho	Maçônico
Tribuna Catholica: jornal religioso, litterario e noticioso: orgao d’Associação d’Instrução Religiosa	1867 – 1868	Ceará, FO	-	Católico

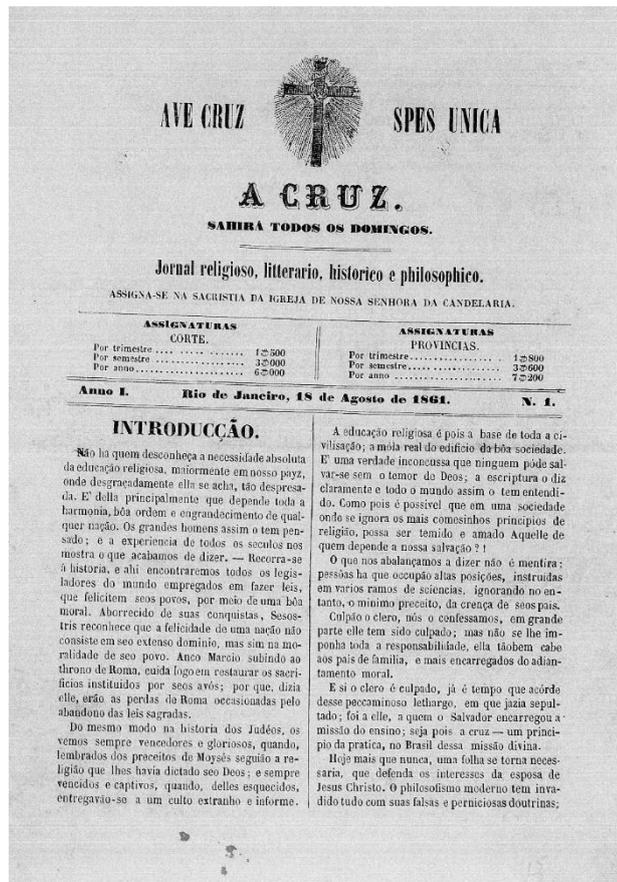
Fonte: elaborado pela autora

O periódico **A Cruz** foi denominado “jornal religioso, literário, histórico e filosófico”, publicado no Rio de Janeiro entre os anos 1861-1864. Assinava-se na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Candelaria e foi impresso na Tipografia de D. L. dos Santos, localizada na rua Nova do Ouvidor, número 20. Saía sempre aos domingos e sua primeira edição foi publicada em 18 de agosto de 1861. As assinaturas poderiam ser realizadas tanto na corte como

em outras províncias, havendo possibilidade desta folha ter circulado também na província do Grão-Pará.

Em seu frontispício está escrito a frase latina “ave cruz spes unica”, “salve a cruz única esperança”, com imagem apelativa quanto ao símbolo da cruz, grafada com raios de luz ao redor e com a coroa de espinhos suspensa, representações simbólicas importantes para o catolicismo.

Figura 1: A Cruz, 1861



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em seu editorial, os redatores da folha, os quais não são citados, argumentam sobre “a necessidade absoluta da educação religiosa” (A CRUZ, 1861), que estaria sendo desprezada pela sociedade brasileira, em virtude das ciências e filosofismo moderno. O artigo explicita quem são os culpados:

O que nos abalançamos a dizer não é mentira; pessoas há que ocupam altas posições, instruídas em vários ramos de ciências, ignorando, no entanto, o mínimo preceito, da crença de seus pais.

Culpam o clero, nós o confessamos, em grande parte ele tem sido culpado; mas não se lhe imponha toda a responsabilidade, ela tão bem cabe aos pais de família, e mais encarregados do adiantamento moral.

E se o clero é culpado, já é tempo que acorde desse pecaminoso letargo, em que jazia sepultado; foi a ele, a quem o Salvador encarregou a missão do ensino; seja, pois a cruz – um princípio da prática, no Brasil dessa missão divina (A Cruz, 1861, ed. 01).

O jornal justifica sua publicação culpabilizando o próprio clero como um dos responsáveis pelo abandono das crenças religiosas, do respeito à família e à religião, assim, os artigos a serem divulgados serão voltados para a valorização da educação religiosa, dos preceitos morais e para os interesses da Igreja:

Hoje mais que nunca, uma folha se torna necessária, que defenda os interesses da esposa de Jesus Cristo. O filosofismo moderno tem invadido com suas falsas e perniciosas doutrinas; e quem o diria! ousado tocar a pessoa do supremo chefe da Igreja. E o Brasil porventura ainda se acha isento dessa peste contagiosa?! esteja ou não! convém-nos, sim, zelar pelo depósito que nos foi confiado; alçarmos nossa voz em pró da esposa ofendida (A Cruz, 1861, ed. 01).

O filosofismo²⁷ moderno mencionado é aquele distanciado do recomendado pela Igreja, voltados para questões existencialistas e que negam a existência de um Deus, seria um dos responsáveis por propagar “falsas e perniciosas doutrinas” nas casas cristãs. A Igreja, esposa de Cristo, necessita defender seus interesses do seu algoz. O inimigo eleito aparenta ser aquele advindo dos pensamentos racionalistas e questionadores da religião, em uma época de propagação das ideias de filósofos como Ludwig Andreas Feuerbach (1804 – 1872), filósofo materialista e autor do livro **A Essência do Cristianismo (Das Wesen des Christentus)**, publicado originalmente em 1841²⁸, no qual Feuerbach aborda a religião centrada no homem, assim como Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844 – 1900), reconhecido por seus escritos críticos à religião²⁹.

Tal opositor parece não estar muito distante do público leitor, especificamente da juventude, já que no editorial é mencionado para quem se dirige as publicações, elegendo a “mocidade” como seu público-alvo e as “leituras perniciosas” como principal objeto de combate: “A *cruz* é dedicada especialmente à mocidade, a fim de vermos se por este modo, arredamos de suas mãos, essas perniciosas leituras, que vão pouco a pouco, lhe infiltrando no

²⁷ Há a possibilidade de o jornal intitular-se como filósofo relacionando-se à Filosofia da Religião, existente desde o século XVIII, enquanto disciplina acadêmica. Filósofos como Friedrich D. E. Schleiermacher (1768-1834) e Georg W. F. Hegel (1770-1831) foram destaques nessa área.

²⁸ MARTINS, José Ricardo. **A Religião sob um outro olhar: Ludwig Feuerbach e a essência do Cristianismo**. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-religiao-sob-um-outro-olhar-ludwig-feuerbach-e-a-essencia-do-cristianismo>. Acesso em 14 jun. 2019.

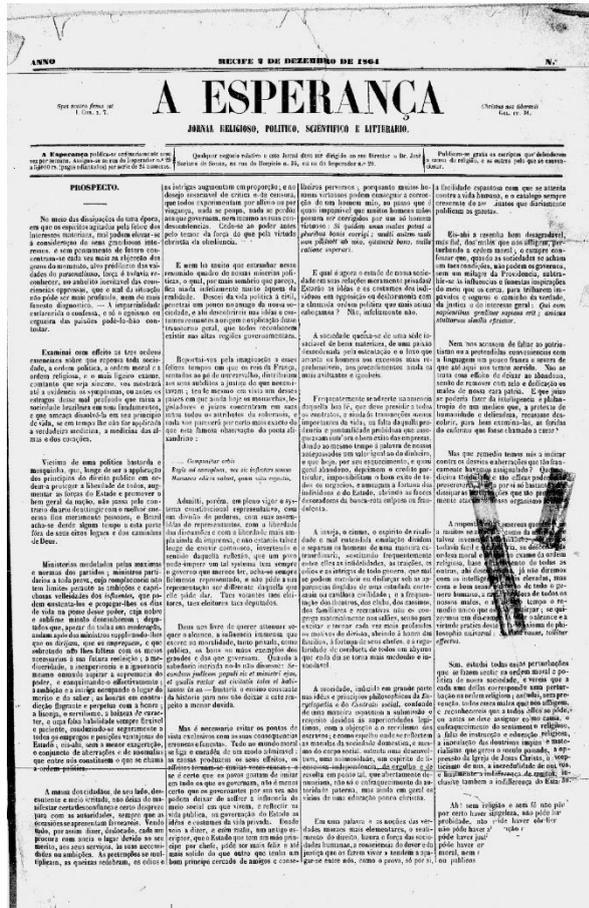
²⁹ ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Nietzsche e a religião**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nietzsche-e-a-religiao/>. Acesso em 16 jun. 2019.

coração o veneno da perdição e do crime” (A CRUZ, 1861, ed. 01). Não sabemos exatamente quais são essas leituras, rechaçadas pela redação, porém, pela denúncia anterior citada no artigo, as leituras filosóficas podem ser o alvo de apreensão neste trecho, pois também gerou posicionamentos condenatórios por parte dos religiosos. Como o romance, estes livros poderiam propagar críticas aos costumes sociais, políticos e religiosos (MATTOS, 2004).

Disposto em duas colunas e quatro páginas, **A Cruz** destinou-se especialmente aos assuntos relacionados às práticas de leitura da época, publicando, nas primeiras edições, sobre o “perigo dos romances” e leituras filosóficas. Porém, também se dedicou aos escritos relacionados a leituras religiosas, sermões e ensinamentos sobre a conduta cristã, além de dispor espaço para noticiar novidades da Igreja, como nomeações de vigários, missas solenes, chegada de padres à província, entre outros.

Esse posicionamento editorial esteve presente igualmente em **A Esperança**, denominado “jornal religioso, político, científico e literário”. Propriedade de José Soriano de Souza, publicado em Recife entre os anos de 1864 a 1865, foi impresso na Tipografia da Esperança, rua do Imperador, número 09.

Figura 2: A Esperança, 1864



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em seu prospecto é articulado, primeiramente, a respeito do “mal da situação” que se encontra o Brasil, relacionado à ordem política, moral e religiosa. Considerando a primeira, esta é citada como “bastarda e mesquinha”, estando longe de proteger a liberdade de todos, “[...] aumenta as forças do Estado e promove o bem geral da nação, não passa pelo contrário da arte de atingir com o melhor sucesso fins meramente pessoais, o Brasil acha-se desde algum tempo a esta parte fora de seus eixos legais e dos caminhos de Deus” (A Esperança, 1864, ed. 01). O Estado, não mais aliado aos preceitos cristãos, especificamente aos da Igreja católica, vivenciava o que é considerado pela folha como “sintomas de um mal profundo que mina a sociedade brasileira”, juntamente à sociedade civil, em que “descobriremos nas ideias e costumes reinantes a origem e explicação desse transtorno geral, que todos reconhecem existir nas altas regiões governamentais” (A Esperança, 1864, ed. 01). Aqui percebemos claramente a importância dada à política pelos redatores e qual a visão que se tem sobre ela.

Novamente, o foco volta-se para a mocidade, porém, em afirmação de que este setor está imbuído de leituras que os aproximam dos “vícios e de uma educação pouco cristã”. Este é reflexo da situação política descrita acima, em que a conduta dos civis é reflexo das ações de

seus representantes. Dessa forma, as perturbações na ordem política e moral, perante a sociedade, são frutos de uma desordem no âmbito religioso. Assim como **A Cruz**, o periódico **A Esperança** cita a educação cristã e os preceitos católicos como soluções para os males que afligem o país:

Sim, estudai todas essas perturbações que se fazem sentir na ordem moral e política de nossa sociedade, e vereis que a cada uma delas corresponde a uma perturbação na ordem religiosa; estudai, sem prevenção, todos esses males que nos afligem, e reconheceréis que a todos eles se pode, ou antes se deve assinar como causa, o enfraquecimento do sentimento religioso, a falta de instrução e educação religiosa, a inoculação das doutrinas ímpias e materialistas que gerou o século passado, a opressão da Igreja de Jesus Cristo, o ceticismo de uns, a incredulidade de outros, e finalmente a indiferença de muitos, inclusive também a indiferença do Estado (**A Esperança**, 1864, ed. 01).

O enfraquecimento religioso, citado no trecho acima e igualmente mencionado no prospecto de **A Cruz**, é, de acordo com a conjuntura histórica da época, fruto dos questionamentos a doutrina católica, por meio de movimentos políticos, ideias liberais e republicanas, além dos pensamentos filosóficos e científicos, anticlericais e voltados para a laicização em diferentes instâncias sociais. Assim,

Não é de se estranhar que sejam concomitantes o endurecimento do discurso dos papas que bradavam contra a liberdade de consciência e de imprensa e o nascimento de jornais e revistas católicas, nos quais vários intelectuais ligados à instituição assumiam o ideal da recristianização da sociedade, em uma espécie de cruzada contra a “corrupção dos costumes”, capitaneada, aos olhos da Igreja, pela má imprensa, responsável pela publicação de livros e opúsculos – “pequenos no tamanho, mas grandíssimos por malícia” – no intuito de “propagar doutrinas perversas e nocivas à religião e ao Estado” (SILVEIRA, 2013, p. 5).

Política e religião se articulam nos artigos publicados nestes jornais, de forma que a Igreja católica, por meio da redação jornalística, acusa o Estado por sua “indiferença”, relativas talvez aos interesses da manutenção de um poder monárquico no país, já que movimentos liberais e republicanos estavam em ascendência naquele momento³⁰, e pelas “perturbações

³⁰ Na província de Pernambuco, entre as décadas de 1850 a 1870 conviveu-se com uma acirrada disputa entre os partidos políticos imperiais, destaque-se o partido liberal, que se estabeleceu como um guardião do novo partido do Império. Neste cenário, entra em cena um dos temas mais explorado pela opinião pública, que foi a configuração do partido da Liga Progressista, um terceiro partido que desempenharia o papel da oposição radical referente à articulação de alguns grupos políticos conservadores. Na cruzada dessas oposições, os republicanos históricos não estiveram à margem, combateram o regime governo monárquico em detrimento de propostas políticas bastante progressistas para a época, inclusive com propostas antiescravistas. In: GERMANO, Emanuel da Cunha. Emancipacionismo e abolicionismo nos impressos republicanos em Pernambuco entre 1850 a 1870. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e O Futuro da Educação no Brasil**, Recife, p.1-16, jul. 2019. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais>. Acesso em 02 jan. 2020.

morais”, advindas também dos movimentos políticos que questionariam o poder católico e as influências dessa ordem nos âmbitos social e político.

Em **A Esperança**, além dos assuntos literários, científicos e religiosos, presenciemos claramente os temas políticos, notas sobre o assunto estão presentes em seções como *Notícias estrangeiras* e *Notícias do Império*. De quatro colunas dispostas em quatro páginas, as edições eram publicadas uma vez por semana, e além dos artigos de temáticas citadas acima, havia espaço para anúncios ao final de cada edição, em que se encontram divulgados títulos de livros e instruções para participação em seminário episcopal.

De nuance diferente, mas seguindo projeto editorial muito semelhante aos jornais citados anteriormente, a **Tribuna Catholica** circulou no Ceará, entre 1867 a 1868, e foi impresso na Tipografia Industrial, por José Cunha da Bezerra; denominou-se “jornal religioso, literário e noticioso”. Seu escopo editorial volta-se muito mais para publicação de artigos opinativos e narrativas sobre assuntos da moral e fé cristã, no entanto, não deixa de noticiar a respeito de alocações de Pio IX, por exemplo, provisões do bispado local, além de avisos e circulares das dioceses.

Figura 3: Tribuna Catholica, 1867



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Inscrita na primeira página do jornal, a frase “A religião católica apostólica Romana continuará a ser a Religião do Estado” já evidencia a preocupação no embate presente na época, não somente na região do Pará, mas, como comprovado neste periódico, também na província do Ceará, sobre as tentativas de retirar a doutrina católica como a única e oficial do Estado, questão essa que implicaria na retirada de poder em ações oficiais empreendidas pela instituição, como casamento, sepultamento e educação.

Dividido em quatro páginas, de três colunas cada, o jornal apresentou seções como *Variiedades*, *Folhetim* e *Literatura*, todas abarcando narrativas de teor moralizante, doutrinário. A preocupação com as leituras é evidente pela presença de tantas publicações do tipo, porém, em artigo intitulado “Os bons costumes”, em 12 de maio de 1867, edição nº 06, novamente presenciamos acusações quanto ao estado atual da sociedade, modificada por posicionamentos e pensamentos distantes do cristão:

Outrora, quando todos se confessavam, porque só se cuidava em outra vida depois desta, em que se tinha fé viva e profunda de gozar ou sofrer muito eternamente, todos não só traziam a vida muito ajustada com as tradições, os mandamentos e os Evangelhos, como até procuravam, por caridade, chamar os outros ao mesmo caminho. Ninguém se desviava uma linha das regras da moral, que não escandalizasse os outros, e não fosse censurado, repellido ou evitado como um apestado (**Tribuna Catholica**, 1867, ed. 06).

O artigo inicia rememorando um estado de sociedade anterior ao contemporâneo à publicação, em que os costumes, hábitos e a política eram guiados pelos mandamentos do Evangelhos, considerados os verdadeiros guias. A atual situação, indiretamente citada, foi provocada “depois que a política tomou o lugar da moral, nem mais tradições, nem mais mandamentos, nem mais evangelhos, nada mais se respeitou [...]” (**Tribuna Catholica**, 1867, ed. 06). É evidente a razão de tal denúncia ao rememoramos o contexto em que esses jornais foram publicados, em um movimento de perda de poder da Igreja perante sua ruptura, cada vez maior, com Estado. Além da ideia circulante na época de que a doutrina católica estava sendo preterida em detrimento de outros movimentos religiosos e filosóficos, como o protestantismo, o maçonismo, o materialismo filosófico e as ciências naturais (REIS; SOLTO, 2016).

Do lado oposto a esta identidade católica, a Maçonaria também se fez presente em diversas regiões do país por meio de forte atuação jornalística, principalmente a partir da década de 1870. Anterior a este período, panfletos e folhetos de caráter maçônico foram publicados, dessa forma, justifica-se o período escolhido na seleção dos periódicos maçônicos a serem apresentados no presente capítulo, que partem do ano de 1872 a 1875, período concomitante ao periódico **O Pelicano**, uma das fontes principais de nossa pesquisa.

Dentre os três periódicos maçônicos investigados, o primeiro circulou entre os anos de 1872 a 1873, e intitulou-se **A Família**: jornal dos interesses maçônicos. Publicado no Rio de Janeiro, todas as quintas-feiras, assinava-se na Rua da Quitanda, nº 79 e na rua do Ouvidor, nº 87, na tipografia Academia, rua Sete de Setembro, n. 71. M. J. Cabral (Mariano José Cabral - 1822 – 1877) é citado na direção da folha, nome que remete ao jornalista português açoriano, o qual foi proprietário e dirigiu também jornais em Portugal, como **O Pacote do Tejo** (1866 – 1867) e colaborou em outros periódicos da região³¹.

³¹ “Mariano José Cabral [...] fez a sua estreia literária nas páginas do Açoriano Oriental e foi um dos membros fundadores – conjuntamente como José de Torres – da Sociedade Escolástica Micaelense em 1843. Colaborou em diversos periódicos nacionais (como, por exemplo, a famosa Revista Universal Lisbonense, redigida por António Feliciano de Castilho) e locais, tendo assumido a redação e direção de algumas empresas literárias (Revista Açoriana, 1851-52; Flores Literárias, 1854-55), políticas (A Ilha, 1852-56) noticiosas (Gazeta da Relação, 1867-70) e religiosas (Arquivo Açoriano, 1856-58)”. In: RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 143-172, 2003.

Em sua primeira edição, 5 de setembro de 1872, o jornal ressalta pontos sobre a “crença e a fé de nossos pais permanecem-nos vivas e firmes no coração” (**A Família**, 1872), uma doutrina verdadeiramente santa e moral, que não deve conter falsos apóstolos, contra os quais o periódico se apresentava:

É, pois, contra esses falsos apóstolos que nos apresentamos. Seja quem quer que for que os autorize, por mais elevado que seja seu caráter, por maior veneração que nos inspire o seu cargo, lançada ainda da provocação, ousamos levantá-la (ilegível) jocosos, embora humildes, pequenos (ilegível) –cientes (**A Família**, 1872, nº 01).

Ao longo do texto é esclarecido quem são os denominados falsos apóstolos e as denúncias que o jornal maçônico os acusa, justificando a oposição entre maçons e ultramontanos, reformadores de Roma, os quais estiveram presentes também na corte do país. Porém, a folha adverte:

O Brasil é um país esclarecido, e não há de ficar atrás da Alemanha nas medidas necessárias a conter as ambições dos soldados de Roma. Houve tempo em que a intolerância, a superstição e o fanatismo de mãos dadas tolhiam a ação dos poderes temporais; mas hoje, mau grado dos que ainda suspiram pela inquisição, os poderes públicos podem e devem providenciar para que a liberdade de consciência seja uma realidade, e também para que o poder espiritual se contenha nos limites da sua competência e jurisdição (**A Família**, 1872, nº 01).

A sociedade maçônica, relacionada à Saldanha Marinho e ao liberalismo clássico, objetivou valorizar a liberdade de consciência e a separação entre Estado e Igreja nas decisões políticas no país (BARATA, 1994, p. 86). Assim, verificamos a oposição entre este editorial e o frontispício da **Tribuna Catholica**, anterior à publicação de **A Família**, mas que já expunha a preocupação com os movimentos desejosos dessa separação. Tal embate perdurou durante as décadas de 1860 e 1870. Nesse contexto, o periódico **A Família** alia-se ao projeto de Saldanha Marinho, como uma das primeiras folhas a compor o periodismo maçônico, envolto na Questão Religiosa, na defesa da Maçonaria perante a sociedade civil e na propagação dos ideários maçônicos por meio da imprensa periódica.

Figura 4: A Família, 1872



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Diferentemente dos demais jornais estudados, **A Família** divide-se em oito páginas distribuídos em três colunas, por ser originário da capital, talvez esta configuração pretendesse atingir público das demais províncias, por meio da maior quantidade de páginas e, consequentemente, expansiva quantidade de informações.

A folha dispôs algumas colunas fixas, como *Noticiário*, em que se divulgou, por exemplo, notícias sobre eleição do Grande Oriente Unido do Brasil; nota sobre libertação de escravos por lojas maçônicas no Maranhão³²; *Exterior*, com notícias sobre a política e imprensa europeia (França e Inglaterra), *Anúncios*, ocorrendo presença de notas sobre livros e romances, *Correspondência*, espaço para cartas de assinantes, *Literatura*, havendo também a seção *Folhetim e Poesia*.

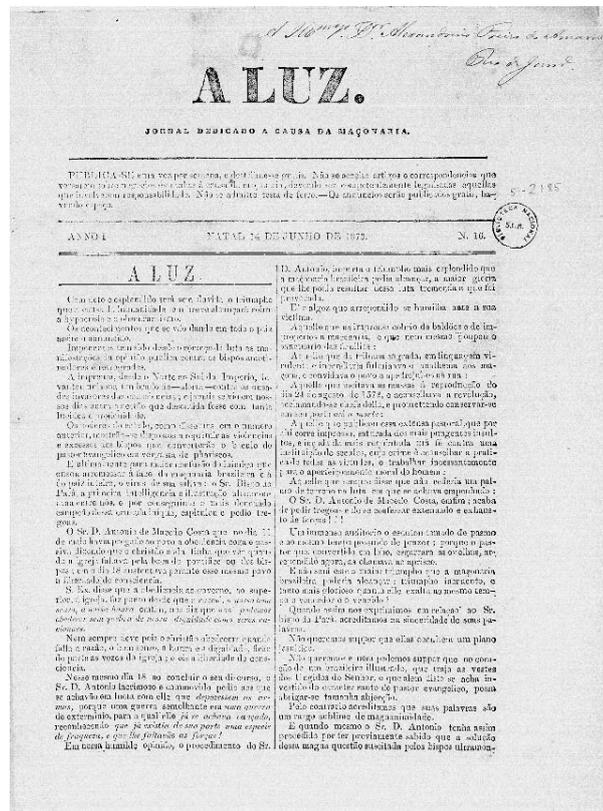
³² Havia, no periodismo maçônico, significativo envolvimento com a causa abolicionista, principalmente nos jornais que seguiam a corrente do Grão Mestre Saldanha Marinho, defensor da abolição. Elson Luis Monteiro estuda esse engajamento em seu trabalho intitulado *A maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888*. 2009. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

Os artigos inscritos são relativos à Maçonaria, à defesa de seus preceitos, esclarecimentos acerca de suas ações, entre elas, as reuniões realizadas em Loja no Pará, nomeada de Capitular Harmonia, também noticiadas pelo jornal **O Pelicano**. Convém enfatizar a presença de artigos originalmente publicados no periódico paraense e reproduzidos em **A Família**, como, por exemplo, artigo expositivo de questionamentos acerca da infalibilidade papal, pensamento defendido pelos romanizadores e debatido pelos maçons. A partir disso, presenciemos um movimento de integração nas pautas entre alguns jornais representativos da instituição na época. Também foi verificada uma pequena nota extraída d'**O Santo Officio**, jornal maçônico paraense, o qual, mesmo não sendo porta voz oficial da instituição naquela província, também circulou em defesa da sociedade maçônica. Tal presença pode demonstrar a aproximação entre esses redatores-maçons e o acompanhamento entre os periódicos do que acontecia nas demais províncias do país, para além da corte, assim como a importância na propagação de informações advindas dos jornais do Pará para outras províncias.

Em cidades mais distantes da corte e próximas ao Grão-Pará também houve a presença de periódicos maçônicos combativos aos ideais ultramontanos e em consonância aos jornais paraenses de mesmo ideário, como o denominado **A Luz**, “jornal dedicado à causa maçônica” (**A Luz**, 1873) e de breve publicação, com circulação em 1873, em Natal, Rio Grande do Norte. Seu responsável foi José Gomes Ferreira³³ e sua impressão ocorreu em tipografia intitulada Independente, com distribuição gratuita.

³³ Não há informações sobre este nome nas edições do jornal e em outros documentos consultados na pesquisa.

Figura 5: A Luz, 1873



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

De apenas duas colunas em quatro páginas, **A Luz** tem sua primeira publicação em 1 de março de 1873 e possui seções como *Noticiário*, *Transcrição* e *Publicação a pedido*. O periódico discutiu a questão dos bispos com a Maçonaria, publicou artigos sobre o jesuitismo e liberdade religiosa. Provavelmente, a folha deixa de circular por viagem realizada por um dos redatores, justificativa presente na edição nº 28, em 13 de setembro de 1873. Mesmo de tão breve circulação, o jornal enquadra-se na mesma linha editorial dos demais impressos maçônicos estudados neste capítulo e nos da capital do Pará, devido às pautas semelhantes e a defesa da Maçonaria existente de forma contundente.

Assim como em **A Família** (RJ), **O Santo Offício** (PA) é citado por este impresso, em uma breve nota de recebimento e recomendação da nova publicação. Porém, mais evidente a respeito do vínculo das linhas editoriais entre o jornal potiguar e os jornais paraenses é o artigo publicado em 14 de junho de 1873, na edição nº 16, em que se discute acerca dos posicionamentos do Bispo Dom Macedo Costa, este pertencente a um movimento nacional dos bispos ultramontanos, com significativo alcance de suas ações e pronunciamentos em todo o país:

Completo e esplendido será sem dúvida o triunfo que a causa da humanidade em breve alcançará sobre a hipocrisia e o obscurantismo.

Os acontecimentos que se vão dando em todo o país assim o anunciam.

Imponentes tem sido desde o começo da luta as manifestações da opinião pública contra os bispos amotinadores e retrógrados.

A imprensa, desde o Norte ao Sul do Império, levantou uníssona um brado de – alerta – contra os ousados invasores das consciências; e jamais se viu em nossos dias outra que estão que discutida fosse com tanta lucidez e proficuidade.

Os poderes do estado, como dissemos em número anterior, mostram-se dispostos a reprimir as violências e excessos dos bispos que converteram o báculo do pastor evangélico em vergasta de fariseus. (**A Luz**, 1873, ed. 16, **grifo nosso**)

O movimento nacional citado anteriormente, de um jornalismo voltado para a defesa da Maçonaria e combativo às ações da Igreja, é comprovado neste artigo, na menção de uma imprensa “desde o Norte ao Sul do Império” que brada contra “os ousados invasores das consciências”. O artigo procede ao mencionar que, em discurso proferido anteriormente a essa edição, Dom Macedo Costa teria pedido “trégua” nessa “guerra de extermínio” ocasionada pelo embate entre maçons e católicos e, a partir disso, o periódico **A Luz** elogia tal atitude, porém, não deixa de expor seu posicionamento quanto aos dizeres anteriores do eclesiástico:

O Sr. D. Antonio de Macedo Costa que no dia 11 de maio havia pregado ao povo a obediência cega e passiva dizendo que o cristão nada tinha que ver quando a igreja falava pela boca do pontífice ou dos bispos; em dia 18 sustentava perante esse mesmo povo a liberdade de consciência.

S. Ex. disse que a obediência ao governo, ao superior, à igreja, faz ponto desde que a razão, o nosso bom senso, a nossa honra enfim, nos diz que não podemos obedecer sem quebra de nossa dignidade como seres racionais.

Nem sempre deve pois o cristão obedecer: quando fala a razão, o bom senso, a honra e a dignidade, ficam de parte as vozes da igreja; e eis a liberdade de consciência (**A Luz**, 1873, ed. 16).

O jornal menciona o Estado como favorável a combater os excessos do ultramontano, indicando que, nesta província, ao menos, a política já não se aliava à Igreja e às ações dos sacerdotes.

Assim, havendo uma forte presença romanizadora em Belém, como a figura de Dom Macedo Costa e seus seguidores, este que também escreveu artigos e pastorais acusadores à Maçonaria, é evidente a atenção que o jornal fornece aos assuntos relacionados à Igreja e à Maçonaria. O periódico **A Luz** atém-se ao que circula em Belém, confirmando a integração dos debates presenciados nos impressos paraenses para além daquela província.

Por fim, outro periódico que chama atenção foi **Labarum**, denominado “Órgão da Maçonaria” (1874), publicado em Maceió, Alagoas, durante os anos de 1874 a 1875, sob a

direção de José Hygino de Carvalho³⁴. Mesmo sem ter acesso às primeiras edições deste periódico, é, novamente, significativa a ênfase no combate aos ultramontanos, pois

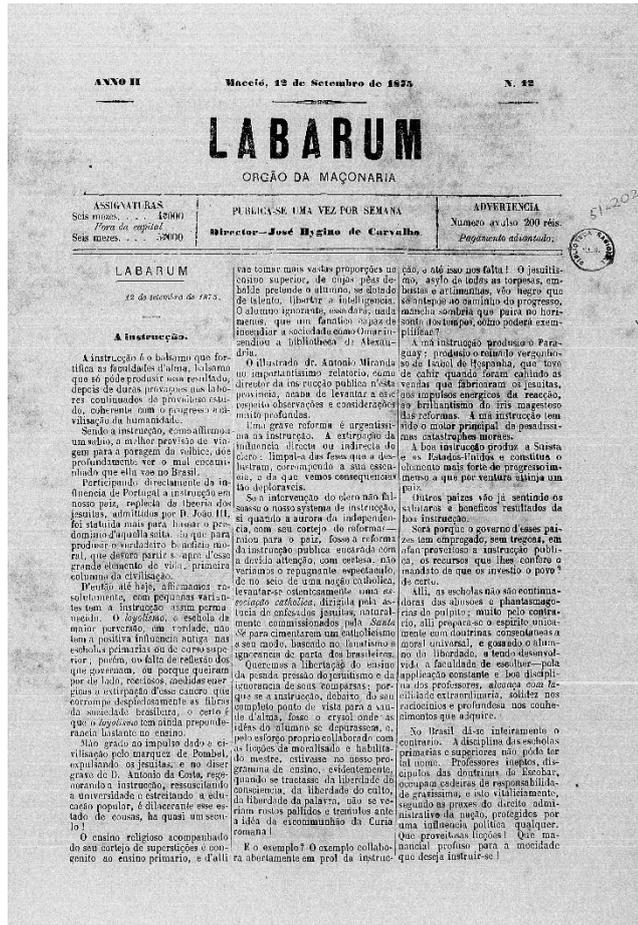
[...] uma vez que o nosso órgão desde que surgiu à luz da publicidade foi com a inabalável disposição de irromper por entre as massas fanatizadas e destruir um a um todos os preconceitos clericais, esses castelos mal assombrados erguidos no espírito crédulo da ignorância, com detrimento do progresso social e largo ganham e da milícia romana; uma vez, enfim, que o espírito público ilustrado já se doe de tantos abusos implantados pela classe esperta e matreira da sotaina, classe que, diametralmente oposta ao seu papel, de muitos séculos tudo avassala e tudo desnatura em nome de Deus; - é tempo de abrir os olhos empanados do povo, esclarecê-lo com a verdade inconcussa dos fatos, com o facho da Lei Divina – tão sofismada ou torcida a bel prazer dessa pleada de homens que, instruídos e não instruídos, todos formam um grande núcleo de interesse pecuniário, e jamais do interesse legítimo da humanidade. [...] (**Labarum**, 1874, ed. 01).

As construções aqui utilizadas demonstram um forte teor acusatório para com os já denominados por outro jornal como “falsos apóstolos” (**A Família**, 1872, ed. 01), os quais são citados como uma “classe esperta e matreira da soítana”, a qual prega em nome de Deus, mas baseia suas ações em “interesse pecuniário” (**Labarum**, 1872, ed. 01). O debate é direcionado especificamente ao jornal **Imprensa Catholica**, de origem da mesma cidade, em 1873, portanto, os conflitos entre católicos e maçons também se fizeram presentes em Alagoas por meio dos impressos.

Durante a década de 1870, as acusações nas publicações jornalísticas são mais intensificadas, tornando mais explícita a ideia de conflito entre maçons e católicos, como adversários. Tal fato deve-se à chamada Questão Religiosa, a qual nos deteremos mais adiante para compreendermos os embates entre **A Boa Nova** e **O Pelicano**.

³⁴ Maiores informações sobre o autor não foram verificadas nas pesquisas empreendidas no jornal e demais documentos disponíveis.

Figura 6: Labarum, 1875



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Impresso na Tipografia do Partido Liberal da cidade, **Labarum** continha seções como *Noticiário, Colaboração, Variedade, Publicação a pedido, Transcrição e Litteratura*, com publicação de poemas, além de narrativas ficcionais. As quatro páginas foram divididas em duas colunas, formatação mais próxima do periódico **A Cruz**, católico, do que os demais impressos maçônicos. Os artigos e notas de teor combativo ao ultramontanismo e à imprensa católica confirmam que a redação de **Labarum** aliava-se ao conjunto de maçons de posicionamento político liberal clássico, juntamente aos demais jornais maçônicos apresentados anteriormente. Este jornal também teve contato com as publicações maçônicas advindas do Pará, em que noticia o recebimento de exemplares d’**O Santo Officio** (PA), em 11 de março de 1875.

O que é perceptível, em todos os jornais apresentados, ao verificarmos suas linhas editoriais, é a participação de um conjunto de periódicos ativos em um movimento nacional em defesa de seus posicionamentos políticos e doutrinários, a favor da liberdade de consciência e política, e contra os romanizadores. Por meio da imprensa jornalística, os escritos são de rápido

e fácil acesso a uma parcela social da época, por meio de textos curtos, notas e seções dedicadas aos assuntos principais escolhidos para defesa ou combate. Até mesmo em poemas e narrativas de teor crítico e representativo de um determinado pensamento, seja ele católico ou maçônico, a tentativa seria de alcançar um significativo grupo de leitores e apoiadores nas posturas tomadas por redatores e dirigentes desses periódicos³⁵.

De acordo com Thiago Werneck Gonçalves (2012, p. 143), “o periodismo maçônico atingiu um amplo público leitor, a exemplo dos intelectuais liberais, protestantes, e uma parte considerável do clero. Com efeito, encontramos nas folhas maçônicas a expectativa de que os seus textos também pudessem ser lidos pelos “profanos”. Do mesmo modo, a imprensa católica também intentava cativar a atenção e influenciar um público para além do clero ou fiéis cristãos. Mesmo que, primeiramente, críticos ferrenhos da imprensa, a partir do século XIX, e mais precisamente durante a segunda metade do século, redatores e dirigentes dos jornais católicos dispuseram-se a usar como ferramenta jornais oficiais da diocese ou de apoiadores da Igreja (REIS; SOLTO, 2016) para propagar seus projetos políticos e sociais e combater as novas ideias que surgiam à época, ameaçadoras do *status quo* da instituição na sociedade oitocentista.

O movimento de integração nos assuntos discutidos entre os periódicos de diferentes localidades do país é notório nos jornais religiosos-doutrinários apresentados nesta seção, evidenciando também a importância da imprensa paraense e seus representantes em outras províncias do país, sendo noticiados ou debatidos em outros jornais, lidos por públicos diferentes dos da região.

2.2 No aflorar dos embates: a presença do romance em jornais doutrinários oitocentistas

Para reafirmarmos a preocupação deste tipo de imprensa periódica para com as leituras de romances à época, foi preciso catalogar os dados referentes ao gênero nas folhas descritas anteriormente, na tentativa de comprovar esta presença e explicar, brevemente, como o romance foi divulgado ou se houve publicações de narrativas ficcionais. Dessa forma, neste tópico, nos deteremos a prosa ficcional nos jornais católicos e maçônicos anteriormente apresentados, de maneira a compreender as possíveis semelhanças e diferenças na publicação do romance entre estes jornais.

³⁵ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. Os discursos por meio da produção literária na imprensa religiosa oitocentista. In: **X Jornada de Pós-Graduação Fibra**, 2017, Belém. Jornada de Pós-Graduação, X, 2017, Belém: caderno de resumo, 2017. p. 34-34.

No periódico católico **A Cruz**, uma prosa ficcional foi encontrada entre as edições disponíveis nos anos de 1861 a 1864, intitulada “A senhora da caridade e a Florista”, sem autoria, em 1862, publicada nas edições nº 33 a 56. A narrativa é sobre história de Henriqueta, uma jovem pobre que, a pedido da mãe, retorna ao trabalho em uma loja de roupas. Porém, a jovem sofre perseguições de algumas clientes, que provocam desentendimento entre ela e sua patroa. As meninas são descritas como leitoras de romances imorais e Henriqueta, por sua vez, juntamente a sua família, é leitora de livros religiosos, como a **Imitação de Jesus Cristo**, de Tomas Kempis³⁶. A moralização nesta trama está envolta na dualidade entre boa e má conduta das jovens mulheres de comportamentos repreensíveis, as quais são distantes das ações religiosas, de comportamento exemplar, como a leitora de livros religiosos, devota às ações cristãs.

A moralização católica permeia toda a trama; padres, livros, elementos e ações religiosas são presentes na narrativa, importantes na conduta das personagens pertencentes à família de Henriqueta, compondo cotidiano e personalidade de cada uma. Dessa forma, a prosa de ficção neste jornal integra-se ao conjunto de publicações moralizantes, instrumentalizando-se como guia para as condutas e pensamentos valorizados pela redação, enfatizados nos artigos opinativos e, também, na ficção.

Em **A Esperança**, periódico também católico, a seção *Folhetim* publicou a narrativa intitulada “A esposa, a mãe e a viúva cristã ou Biografia de Virginia Bruni”, de autoria do padre Ventura Raulica (1792 – 1861)³⁷, autor italiano. A biografia foi publicada em 1865, entre as edições nº 13 a 29. Informações referentes a esta narrativa não foram encontradas para além do jornal, exceto que também foi publicado na folha católica **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, no ano de 1878. **A Esperança** enfatiza o início do folhetim com a publicação de um artigo anunciando o opúsculo. Além de elogios ao autor, a recomendação foca no caráter edificante do livro:

Hoje encetamos a publicação do magnífico opúsculo do Padre Ventura, intitulado – A Esposa, a Mãe e a Viúva cristã, ou Biografia de Virginia Bruni. Esse livro pequeno pela sua forma, porém grande pelo pensamento que nele se desenvolve, parece-nos ser desconhecido de nossas famílias, e, entretanto,

³⁶ **A Imitação de Cristo** é texto latino datado do século XV, atribuído a Tomas Kempis, monge alemão. Considerada como tratado moral aos preceitos cristãos, o livro possui instruções para orações e orientações para a conduta cristã. Foi de grande sucesso durante os séculos posteriores à sua publicação e possui diferentes traduções para o português atualmente.

³⁷ “Joaquim Ventura de Raulica confessa-se tradicionalista e faz a defesa do tradicionalismo, com muito empenho. Cumpre, antes de tudo, recordar que a obra dele é eminentemente apologética. Trata-se de combater aquilo que ele chama razão moderna, a qual se insurgira contra a razão católica, cujo apogeu Ventura coloca no século XIII, com Alberto, Tomás e Boaventura.” In: LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

ele é indubitavelmente um ótimo manual onde, não só a donzela, como a esposa e a viúva encontraram excelentes lições apropriadas aos seus respectivos estados.

Falando desse opúsculo o seu sábio e erudito autor dizia, que se o amor de pai não o enganava, as almas cristãs deviam lê-lo com prazer e utilidade. E as pessoas que tem lido essa excelente produção de um dos homens mais notáveis da Itália moderna pelo seu saber, conhecem por experiência quanto é exato aquele juízo. (**A Esperança**, 1865, n. 13).

O enredo é sobre a vida da esposa de Nicolau Bruni, ambos citados como figuras exemplares de devoção religiosa. Virginia Bruni³⁸ é descrita como “exemplo de todas as suas companheiras”, pela “vivacidade e prontidão de seu espírito”, bem como pelo “amor aos pobres, e ainda mais pela ingenuidade e afetuoso ardor de sua piedade”. Aqui presenciamos, novamente, protagonismo feminino em um enredo de caráter moralizante e especificamente biográfico/religioso.

Veremos, adiante, que a conduta feminina é alvo de grande preocupação dos religiosos quanto aos possíveis desvios que más leituras poderiam causar nas leitoras, nesse sentido, as narrativas que se pretendem instrutivas, quanto a histórias de mulheres exemplares, nos fazem crer que a atenção em guiar os atos e pensamentos das leitoras também ocorreu por meio da prosa ficcional nestes jornais e, mais especificamente, por meio de narrativas de caráter religioso-doutrinário, condizente ao projeto editorial de cada periódico, como em **A Cruz** e **A Esperança**.

Em **A Tribuna Catholica**, a quantidade de narrativas foi maior do que nos jornais anteriormente citados, entre elas, o folhetim “O Parocho” chama mais atenção, pela sua disposição em mais de 30 edições do jornal. Com primeira edição portuguesa em 1865, “O Parocho” foi intitulado como “romance religioso”, escrito por Antoine-François-Félix Roselly de Lorgues (1805–1895), historiador francês³⁹, sendo publicado em 1867 pelo jornal cearense.

A seguir, as narrativas entre as edições disponíveis do jornal:

Quadro 2: Narrativas em **A Tribuna Catholica**, 1867 – 1869.

Autor	Texto	Período	Ano	Número do jornal	Seção
Conego Francisco	Bethsabe	2 de maio	1867	09	Literatura

³⁸ Não foram encontradas maiores informações além do escrito mencionado no texto.

³⁹ FRANCISCON, Taís. **Os romances de Maria Edgeworth: do Reino Unido ao Brasil no século XIX**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

Bernadino de Sousa					
-	Uma alma no purgatório (Romance)	8 de dezembro e	1867	36 38	Variedade
Roselly de Lorgues	O Parocho Romance religioso	10 de maio a 20 de dezembro	1868	02 a 33	Folhetim
-	A Justiça de Deos	3 de maio a 31 de maio	1869	01 a 05	Folhetim
-	O Valle de Almeria (Lenda)	24 de janeiro a 21 de março	1869	35 a 40	Folhetim

Fonte: elaborado pela autora.

A narrativa “O Parocho” possui, atualmente, diferentes edições disponíveis em lojas virtuais, de traduções portuguesa e espanhola. No formato livro contém ainda introdução escrita por Camilo Castelo Branco, em sua segunda edição traduzida, no ano de 1885⁴⁰. É um dos tratados religiosos famosos a sua época, considerado como guia para os eclesiásticos e fieis cristãos, como mencionado em sua introdução⁴¹.

“Bethsabe” é assinada pelo Conego Francisco Bernardino de Sousa (1834 - ?), clérigo de distinta produção folhetinesca. Bernardino de Sousa atuou como colaborador em periódicos cariocas, como **Jornal das Famílias**, **Revista Popular**, **Jornal do Commercio** e **Tribuna Catholica** (BLAKE, 1893, p. 422). A narrativa não está listada em sua biografia no dicionário de Sacramento Blake, mas trata-se da breve história bíblica entre o rei David e Betsabá, esposa do soldado Uriah. O rei apaixonou-se pela formosa moça e ordena que Uriah esteja à frente em uma das batalhas de conquista do seu exército, sem proteção, a ser morto. Arrependido, pois, de seu pecado, David, na narrativa de Bernardino Sousa, em conversa com um profeta de Israel confessa seu ato e diz estar disposto a morrer por isso; o profeta, no entanto, alega que Deus o perdoou. A trama termina sem menção a alguma reflexão do próprio autor, apenas sabemos que

⁴⁰ LORGUES, Antoine François Félix Roselly de. **O parocho: romance religioso**. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1885. Disponível em: <https://archive.org/details/oparochoromancer00roseuoft/page/n7>. Acesso em 28 jul. 2019.

⁴¹ Apenas essa narrativa foi encontrada para além do jornal, as demais estão inscritas apenas nas edições disponíveis d’**A Tribuna Catholica**.

a história também foi adaptada para peça de teatro pelo inglês George Peele, em 1588, além de possuir adaptação cinematográfica de 1951, pelo diretor americano Henry King.

Acerca das demais narrativas sem autoria, “Uma alma no purgatório” é publicada como “romance”, mas nas primeiras linhas de introdução é denominada como “lenda cristã”, “muito conhecida por todos, e que será narrada sem exageros a nenhum fato”, como escreve o autor anônimo. A trama é sobre Joana, uma recém-chegada a Paris, jovem religiosa e compadecida com as almas do purgatório; a primeira expõe sua extrema devoção aos mais necessitados e esta compaixão incomoda os que estão ao seu redor, provocando demissão de um dos seus trabalhos por isso. Infelizmente, a continuação da narrativa não está disponível devido as edições mutiladas do periódico. O que pode se ressaltar é que, novamente, presenciamos uma protagonista feminina em uma trama de caráter religioso-católico.

“A Justiça de Deus” é uma narrativa em primeira pessoa, ambientada em uma embarcação, na qual um narrador-personagem descreve cenas de tormenta no mar. Não foi possível acompanhar o desfecho do enredo, devido as edições não estarem disponíveis a partir do número 05, além de não conter uma das continuações na edição nº 03.

Por fim, “O Vale de Almeria” é uma narrativa ambientada em uma cidade espanhola, em que se descreve a história do casal Valéria e Fernando. Ambos enfrentam diferentes percalços relacionados a uma antiga promessa do conde Vila-Mor, pai de Valeria, o qual havia jurado a mão de sua filha a outra família, mas que se arrependeu quando Fernando, ao salvar seu filho Carlos, deseja casar-se com Valeria. O casal, então, sofre perseguições de conde Oviedo, antigo prometido da protagonista; este ainda consegue ferir Fernando, dado como morto, e inicia perseguição à Valeria e seu filho, Pedro. Trata-se de uma narrativa com ações dinâmicas e cenas de mistérios, envoltas por elementos religiosos, como a constante presença de orações realizadas pelos protagonistas e a presença de figuras eclesiásticas envoltas na trama, elementos que se interligam também ao teor dos escritos em um jornal católico.

Em **A Família**, jornal maçônico carioca, recuperamos a publicação de sete narrativas. Sendo uma tradução e duas sem autoria, em seções intituladas *Literatura* e *Folhetim*.

Quadro 3: Narrativas em **A Família**, 1872 – 1873.

Autor	Texto	Período	Ano	Número do jornal	Seção
--------------	--------------	----------------	------------	-------------------------	--------------

-	Extrato do Diário de um Pobre Vigário Na paróquia de Wiltshire	5 de setembro a 17 de outubro	1872	01 a 07	Folhetim
M. J. Cabral	Caridade Tradução livre do espanhol	24 de outubro a 21 de novembro	1872	08 a 12	Folhetim
Luiz Garcia de Lemos	Resultados da Ambição Romance póstumo	28 de novembro e 5 de dezembro	1872	13 a 14	Folhetim
-	Botão de Ouro	12 de dezembro a 26 de dezembro	1872	15 a 17	Folhetim
Julio de Mendoza	O fio encarnado	15 de janeiro e 31 de janeiro	1873	01 a 02	-
Tradução de J. M. Cabral	O voto de Jepté	15 de fevereiro e 15 de março	1873	03 a 05	Literatura
Tirso Argensola Y Cravoti	O diário de uma louca	30 de junho a 5 de novembro	1873	12 a 20	Literatura

Fonte: elaborado pela autora.

Acerca das produções acima, “Extrato do Diário de um Pobre Vigário na paróquia de Wiltshire” foi publicado também no periódico **O Paquete do Tejo**, em Lisboa, 1866. Este periódico foi dirigido por Mariano José Cabral (1822 – 1877), mesmo tradutor das narrativas “Caridade” e “O Voto de Jepté”. M. J. Cabral fora proprietário também d’**O Paquete**, como mencionado anteriormente. De viés liberal e progressista, como o próprio jornalista inscreve em seu periódico, Cabral também fora bibliotecário e solicitador em Lisboa e na região dos Açores, porém, em 1871, viaja para Pernambuco e falece em 1877. O autor foi maçom e fez parte de um movimento migratório de intelectuais açorianos para o Brasil durante o século XIX⁴².

A presença, em **A Família**, de uma das narrativas publicadas em **O Paquete do Tejo** indica que seja o mesmo Mariano José Cabral, português, atuando também como diretor do

⁴² RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 143-172, 2003.

jornal maçônico carioca⁴³. Como indicaremos futuramente, houve um contato muito próximo entre maçons portugueses e a imprensa maçônica brasileira durante esse período. A presença deste jornalista e literário no jornal **A Família** é uma das comprovações desta familiaridade.

“Resultados da Ambição” é uma breve narrativa acerca de um casal apaixonado que, após promoção no trabalho do marido e novos ganhos, afundam-se em dívidas e frieza quanto ao relacionamento, antes descrito como puro e simples. O final, para ambos, é o do suicídio, pela traição realizada pelo marido e pelas dívidas obtidas em pouco tempo. Tal ato é relevante ao atentarmos para os sacramentos da Igreja Católica, a vida e o direito de tirá-la cabe somente a Deus, logo, o ato suicida é proibido aos que desejam a salvação eterna. Caídos na tentação do pecado, da luxúria, no caso desta narrativa, o final é trágico para ambos, como punição àqueles que seguirem pelos caminhos desvirtuosos.

Em “Botão de Ouro” é narrada a história de Margarida, uma camponesa, ávida leitora, mas que se encontra insatisfeita com as possibilidades de casamento na pequena vila onde reside. Ela, porém, consegue viajar juntamente a sua prima para uma cidade maior, onde pretende encontrar um nobre cavaleiro para casar. Após contatos frustrados com rapazes descritos como mentirosos, a personagem Carlos surge como um bom pretendente; no entanto, ele só desejava aproveitar-se da inocência de Margarida. A jovem quase o deixa adentrar em seu quarto, mas, ao encontrar um bilhete de Carlos direcionado a outra pessoa, junto a um ramo de violetas jogado para o seu aposento, descobre todo o plano do rapaz e volta para sua vila, pesarosa de seu comportamento anterior. Ao final, Margarida “largou os maus livros que lhe tinham escandecido o cérebro”, casou-se com um rapaz da região, e mandou fechar a janela em sua casa que oferecia vista para a cidade grande, abrindo uma outra, em que se avistava a vila e a igreja do local. O final reflete o posicionamento de que “maus livros” conduzem aos comportamentos desagradáveis e idealizadores de uma realidade muito diferente do que a exposta nos romances, e a protagonista, ao voltar sua vista para a pequena vila e igreja, demonstra o final feliz idealizado pela narrativa moralizante: a mulher, casada, fiel ao marido e à religião.

Em **A Luz e Labarum** não foram encontradas narrativas ficcionais nas edições disponíveis. Mesmo apresentando a seção *Folhetim*, o jornal maçônico **Labarum** publica o escrito “Deus e o Vaticano”, de Emilio Castelar (1832 – 1899), escritor e político espanhol⁴⁴,

⁴³ Em nota na edição nº 01 de 1872, M. J. Cabral é citado como diretor da folha, o qual receberia recibos e correspondências do jornal (*A FAMILIA*, 1872, p.1).

⁴⁴ TEJERA, Carmen García. Biografía de Emilio Castelar. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/spain/castelar/biografia.htm>. Acesso em 26 de jul. de 2019.

em 1875. O artigo trata das ações eclesiais de Roma, tecendo comentários sobre a religião católica e sua historicidade, as construções simbólicas existentes na religião, advindas de conceitos e ideias pagãs. Neste jornal, tal publicação evidencia as discussões em torno das ações romanizadoras da época, o projeto desejoso em apresentar uma Igreja pura e despida de preceitos externos ou alheios ao catolicismo, e que, na verdade, pela análise do artigo publicado, apresenta considerável influência de outras crenças e ritos em sua história.

O livro é ainda recomendado e elogiado pela redação do periódico, em nota que antecede a publicação. Mesmo não se tratando exatamente de prosa ficcional, a seção *Folhetim* destinou-se a essa publicação, talvez como forma de destacá-la nas edições em que fora inscrito os trechos do livro espanhol, o qual possuía temática relevante ao projeto editorial da folha maçônica, a qual focalizou nas discussões e questionamentos sobre as ações da Igreja católica e de seus representantes.

Notas e anúncios também estão presentes nos periódicos aqui estudados. A preocupação nas recomendações de leituras, nos elogios ao autor ou nas obras comentadas integram um conjunto de publicações a respeito das narrativas e autores que circularam nesses impressos e são de suma importância na investigação da circulação literária presente em jornais doutrinários, dados que esclarecem as singularidades desses elementos, os quais nos indicam popularidade e procedência dos títulos, onde fora impresso ou vendido, além do conhecimento sobre a circulação e preço das obras⁴⁵.

Acerca da significativa presença de prosa de ficção nos jornais doutrinários e da confluência entre os projetos editoriais desses impressos com os impressos paraenses, **A Boa Nova** e **O Pelicano**, confirmamos um movimento nacional de um periodismo doutrinário, seja ele maçônico ou católico, preocupado não somente com as discussões e fatos relativos às instituições religiosas, mas igualmente atento às leituras e escritos acessíveis ao público leitor. Assim como jornais noticiosos e literários do século XIX, os periódicos doutrinários destinaram espaços à publicação do romance e da prosa ficcional, bem como à apreciação ou condenação dessas leituras.

Dessa forma, em um movimento progressivo, do mais abrangente para o mais específico, analisaremos a seguir os jornais **A Boa Nova** e **O Pelicano**, quanto aos seus projetos editoriais, ao contexto histórico em que estiveram inseridos, além das discussões ideológicas envolvidas entre os dois impressos, para, assim, analisar de que maneira a presença da crítica ao

⁴⁵ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

romance ocorreu em **A Boa Nova** e **O Pelicano**, sob o viés religioso-doutrinário de cada impresso.

3 A BOA NOVA E O PELICANO: MORALIZAÇÃO ENTRE AS PÁGINAS DOUTRINÁRIAS

“A tarefa do historiador é, então, a de reconstruir as variações que diferenciam os ‘espaços legíveis’ – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua ‘efetuação’ – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”

Roger Chartier

Para um estudo aprofundado sobre a História do Livro e da Leitura é preciso atentar para os elementos dos suportes em que foram publicadas as produções literárias e as críticas sobre as narrativas da época, bem como explicita Roger Chartier (1998) em seu estudo sobre a materialidade das práticas e representações referentes ao nosso estudo. A contextualização da matéria, considerando os mais variados aspectos relativos à pesquisa, leva a uma observação dos aspectos históricos, sociais e ideológicos relativos aos objetos aqui analisados, de modo a aprofundar o entendimento desses objetos enquanto meios que conduziram diferentes práticas sociais e divulgaram suas respectivas representações sobre leitura, livro e romance.

A pesquisa em fontes primárias possibilita que se evitem tanto as interpretações anacrônicas de uma história literária que desconsidera as leituras do passado quanto o reducionismo das análises que tomam o texto literário como um objeto autossuficiente e imaterial. [...] No que tange ao estudo da literatura e da leitura no Brasil, a imprensa constitui-se em um rico material de pesquisa. Os periódicos oitocentistas, de modo específico, são fontes inestimáveis para o conhecimento do processo de consolidação do gênero romanesco no país (ROCHA, MÜLLER, 2011, p. 35-36).

Dessa forma, atentar não somente para os aspectos gráficos e pertencentes ao conteúdo dos jornais se faz necessário, mas, também, e principalmente, dedicarmo-nos a conhecer os responsáveis pelas publicações, suas crenças, seus posicionamentos ideológicos, e a conjuntura política e cultural do período pesquisado, é de extrema relevância para um estudo que pretende recuperar uma História do Livro e da Leitura não contada. Portanto, a presente seção objetiva apresentar os jornais, a partir de sua materialidade, no que tange suas publicações, seus editores, redatores e autores dos textos relativos às temáticas desenvolvidas nas edições.

Nesse contexto, pretendemos realizar um estudo distante do olhar seletivamente canônico, o qual inseriu, eventualmente, produções do Norte e Nordeste brasileiro em suas histórias e manuais literários, em uma perspectiva que integre à história da literatura nacional e, mais especificamente, à história literária paraense, a produção literária presente na província.

Entre os impressos existentes no Brasil havia aqueles destinados à defesa de suas respectivas religiões ou doutrinas, para a defesa e manutenção do pensamento defendido por eles. Com significativas discussões acerca dos poderes da sociedade, nesse ínterim, a imprensa foi palco desse momento efervescente, principalmente entre as últimas décadas do Oitocentos.

No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, o questionamento do sistema – significativamente expresso através da imprensa – acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar) [...] e a campanha de Abolição. Todas elas foram habilmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contraponto uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava (MARTINS, 2012, p. 73).

A importância dos jornais, na época, foi manifestadamente acentuada pela existência dos periódicos que se mantiveram não só na defesa de seus ideários, mas, e principalmente, que desejavam combater ideias contrárias às suas, de forma a constituir, no campo jornalístico do século XIX, um espaço de debates, com longos discursos acerca de outros jornais, suas ideologias e seus representantes. Os periódicos criticavam jornais considerados adversários, os quais não deveriam ter suas opiniões levadas em consideração, mas ao mesmo tempo liam veementemente quem os criticava, para rebater as acusações em suas publicações.

Um exemplo claro de tais dissidências, mais especificamente em Belém do Pará, na década de 1870, durante a Questão Religiosa, foi a presença de **O Pelicano** (1872 – 1874) em contraste ao periódico **A Boa Nova** (1871 – 1883). Duas publicações completamente distintas em suas posições ideológicas e que, por isso mesmo, mantiveram longos debates entre si, envolvendo em alguns momentos outros jornais, mas principalmente acusando um ao outro a respeito dos posicionamentos quanto à religião e política, até difamações sobre suas respectivas doutrinas.

3.1 A Boa Nova: Dom Macedo Costa e o projeto romanizador paraoara⁴⁶

Em 20 de maio de 1861, Dom Macedo Costa é nomeado Bispo do Pará, iniciando uma trajetória política e religiosa por mais de dez anos em Belém e regiões interioranas. Nascido em 7 de agosto de 1830, em Maragogipe – Bahia, Antonio de Macedo Costa recebeu educação

⁴⁶ Homem ou mulher natural do Pará (designação usada no Amazonas). Variação de paraoara. (PAROARA. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paroara/>. Acesso em 17 jul. 2018.

religiosa desde os primeiros anos de vida; seu pai, José Joaquim Macedo Costa, escreveu composições religiosas em prosa e verso, constituindo-se como um modelo a ser seguido pelo filho, o qual também escreveu diversos escritos de caráter religioso e político. De acordo com LUSTOSA (1992), Dom Macedo Costa estudou em seminário da Bahia, em 1848, antes disso, com 15 anos, já atuara em um impresso intitulado “Colaborador Católico”, um prenúncio de sua participação no jornalismo. Foi para a França, em 1852, iniciar seus estudos eclesiásticos e obteve destaque entre os lugares pelos quais passou, destacando-se por seu intelecto elogiado. Já com ordenação sacerdotal, apenas com 27 anos de idade, o clérigo desejou consolidar estudos em Roma e, a partir de sua estadia, adquiriu os preceitos da romanização, projeto que defendeu veementemente, até mesmo entre o período de sua prisão, a respeito de graves acusações para com sua conduta.

Figura 7: Retrato de Dom Macedo Costa, óleo sobre tela



Fonte: Acervo da Catedral de Belém – Arquivo SECULT

Em seus primeiros anos na diocese de Belém, o bispo inaugurava **A Estrela do Norte**, primeira publicação do episcopado sob sua tutela, em 1863, caracterizando-se como um importante instrumento difusor de suas ideias, bem como de leituras edificantes e artigos

moralizantes, finalizando a impressão em 1866⁴⁷. O periódico é também essencial na pesquisa a respeito da trajetória do Bispo, das querelas religiosas existentes na década de 1860, bem como sobre suas publicações de teor literário, tais como as críticas direcionadas ao romance⁴⁸ e as narrativas publicadas nele⁴⁹.

A Boa Nova foi o segundo jornal da diocese sob sua tutela, iniciou circulação em 1871 e finalizou em 1883. Dirigida por Revm. Conego Clementino José Pinheiro e Jesuino Marreiros Carlos Barbosa, com redação de Conego Dr. João Clementino Guedella Mourão, José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso de Bastos, Dr. José de Andrade Pinheiro e Padre Raimundo Amancio de Miranda. Sobre estas figuras, lamentavelmente, não se encontram dados disponíveis para esclarecimento sobre sua atuação no jornal, havendo apenas a citação de seus nomes no impresso.

As edições disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e na Fundação Cultural do Pará iniciam em 1872 e seguem até 1873, contendo um salto de edições para 1877, prosseguindo até 1883, com poucas edições disponíveis nos últimos anos de publicação. Desse modo, nosso estudo irá partir do segundo ano de circulação do impresso, de acordo com os números disponíveis nos locais de pesquisa.

⁴⁷ Juliana Yeska Torres Mendes, sob orientação da profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales, estuda narrativas publicadas no periódico **A Estrela do Norte**, com tese intitulada **Entre aquiescências e proibições: a circulação dos Romances-folhetins no periódico doutrinário A Estrela do Norte**.

⁴⁸ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Sob o manto da moral: o romance em arguição**. 2017. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

⁴⁹ PINHEIRO, Márcia do Socorro da Silva. **Fabíola: A subversão, a moralização e a virtude recompensada**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Figura 8: A Boa Nova, 1872



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

O jornal manteve configuração diferente d'A Estrella do Norte, de 1863, com projeção editorial mais semelhante aos outros jornais da época. Publicado nas quartas-feiras e domingos, dispôs de quatro páginas, com quatro colunas cada. A folha manteve algumas seções definidas como *A Boa Nova*, de artigos em destaque, na primeira página e coluna, sobre discussão política e/ou religiosa, *Crônica Urbana* e *Crônica Externa*, em que publicaram rápidas notas ou artigos noticiosos, *A Pedido*, com textos assinados por leitores, *Folhetim*, em que não verificamos prosa ficcional, mas sim artigos de caráter opinativo, havendo outros espaços para a divulgação de narrativas, como a seção *Variedade*, destinada, em 1878, para as chamadas leituras amenas, a fim de edificar o público leitor:

[...] - Sentimos de muito, dizíamos nós, a falta de um Periódico que, livre das preocupações que nascem do embate das ideias, se dedicasse de um modo especial a levar no seio das famílias as boas doutrinas e a moral religiosa debaixo de formas amenas e atrativas. Resolvemos a esta hora tomar sobre nós mais esta tarefa e consagrar no nosso Periódico uma secção especial com o título – VARIEDADE – a publicação de assumptos diversos que, esperamos, serão lidos com gosto e interesse especialmente no seio das famílias. Religião, História, Ciências naturais, Economias domesticas, Literatura, nada do que é verdadeiramente útil e agradável será estranho a nossa – VARIEDADE (A **Boa Nova**, 1878, nº 61, p. 2).

Nesta seção circularam narrativas de teor moralizante, como bem pretenderam os redatores do periódico, as quais fizeram parte do projeto civilizatório e moralizante do Bispo, intitulado romanizador. O que fora considerado útil e agradável foram as tramas moralizantes, de cunho religioso. As narrativas seguintes circularam divididas em diferentes edições entre os anos de 1878 a 1883: “O Velho Daniel”, a única com autoria e que esteve presente em seis edições do jornal, assinada pelas iniciais R. A., “A aldeia dos alchimistas”, possível tradução do romance **Das Goldmacher-Dorf**, do autor alemão Heinrich Zschokke, “Nada foi criado sem motivo (lenda alemã)” e “Caminho da felicidade”, sem autoria.

Como porta-voz da Igreja, dirigida, à época, por Dom Macedo Costa, o periódico devotou-se, em todos os seus anos de circulação às discussões pertinentes à Igreja, à Diocese, à defesa dos ideais cristãos e aos assuntos defendidos pelo Bispo, em contrapartida aos preceitos e defesas da Maçonaria. Um dos assuntos surgidos durante os primeiros números de 1872 é a educação, antes sob exclusiva orientação religiosa, mas que, durante a década de 1870, encontrava-se em oposição a um ensino obrigatório e secular:

O ensino obrigatório, gratuito, e secular. – É esta a forma, porque pretende hoje a impiedade lançar fora das escolas o Catecismo. Ensino obrigatório é uma questão demasiado complexa para ser tratada em um artigo de Crônica, mas a solução desta questão é mais difícil do que geralmente se pensa, seja se atenda á violação da autoridade paterna, seja se atenda á [*sic*] execução de semelhante lei, para cuja observação desta sorte um novo encargo aos cofres da nação.

[...]

Ensino secular, livre, ou irreligioso, significa a mesma coisa na gíria da revolução anticatólica. Julio Simon, afiliado á Internacional, apresentou um projeto de lei neste sentido, mas a comissão, que tem de estudá-lo, é presidida pelo ilustrado e eloquente Bispo d’Orleans, o apóstolo da instrução em França, e ele fará cair esse plano das seitas irreligiosas.

A seita liberanga, que segue os trilhos da revolução francesa, já em uma transcrição ultimamente feita atou ao poste da flagelação aquele ilustre Bispo como retrógrado, ultramontano, esquecendo-se até dos elogios fingidos ou reais, que lhe prodigalizou, há bem pouco tempo (A **Boa Nova**, 1872, nº 9, p. 4).

Advogando em favor do ensino regido pela Igreja, o redator do artigo condena o ensino laico como “irreligioso”, fruto de uma possível revolução anticatólica a qual é fruto de ações que não mais desejavam envolver a Igreja como a detentora de poder sob determinados acontecimentos, como ações políticas defensoras da separação do Estado e Igreja. Estas ideias foram duramente rechaçadas pelos redatores do jornal, demonstrando grande preocupação para com a perda de fieis, mas, e talvez principalmente, com a perda de influência sobre toda a sociedade, em assuntos civis e políticos, os quais não mais voltariam suas ações aos dogmas e valores católicos, mas estariam sob outros comandos, os quais se pretendiam laicos.

Em 14 de setembro do mesmo ano a folha retoma o assunto, no artigo intitulado “A instrução primária”, na edição nº 53 de 1872:

Propagar o ensino no meio do povo, chamá-lo banquete das letras, é hoje um ponto geralmente admitido, e que dispensa toda discussão. Mas o que todos não admitem é que o elemento religioso deva unir-se a instrução para torná-la verdadeiramente proveitosa ao povo.

Instruir o povo sem dar-lhe os princípios religiosos, ou ao menos sem fazer disso uma obrigação para o magistério é uma tese admitida pelo liberalismo europeu, e já posta em voga entre nós.

Mais de uma vez temos protestado contra esse pretendido progresso, e apontamos rapidamente os perigos, que podem vir a sociedade desse imprudente divórcio da Religião e da vida pública ou particular do cidadão (A **Boa Nova**, 1872, nº 53, p. 1).

O periódico deixa clara sua posição, a educação deve permanecer sob a tutela da Igreja e o novo tipo de ensino que se pretendia foi declarado como um dos movimentos do liberalismo, inimigo reconhecido dos redatores católicos do jornal. A ameaça de poder sobre determinados assuntos é constante nos artigos condenatórios às novas ideias circulantes na sociedade da época.

Sobre a Maçonaria, o periódico destinou inúmeros artigos, sequências de posicionamentos e pequenas notas para discutir a doutrina, mas, principalmente, a imprensa denominada maçônica. No espaço *Folhetim* publicou a sequência opinativa “Dos altos graus da Franco-Maçonaria”, dividida em tópicos de acordo com os temas abordados, entre junho de 1872 a setembro do mesmo ano. Também a respeito da instituição, a sequência intitulada “Manifesto da Maçonaria no Brasil”, de 15 de junho a 10 de agosto de 1872, pretendeu analisar um folheto, de mesmo título, impresso no Rio de Janeiro, pela Tipografia do Grande Oriente

do Brasil⁵⁰, o qual manifestou críticas contra a rigidez da Igreja Católica, mais precisamente, contra o prelado fluminense:

Com o título – Manifesto da Maçonaria do Brasil – publicou-se no Rio de Janeiro na *Tipografia do Grande Oriente do Brasil* um folheto aprovado pela assembleia geral do povo maçônico aos 27 de abril de 1872.

E', pois, um documento solene, oficial da seita, e por isso digno de estudo.

Em boa hora a maçonaria chama sobre si a discussão. Pena é que não se manifestasse quanto desejávamos, e apenas levantasse uma ponta do véu, que encobre os augustos mistérios aos olhos dos profanos, e isto mesmo com pouca lealdade e franqueza.

Vamos aventurar algumas reflexões com a devida, vênua aos altos poderes maçônicos com o fim de ferir pessoas, mas com o intuito de estudar uma instituição, que até agora tem vivido em misteriosa escuridade [*sic*], evitando com singular cuidado olhares curiosos (**A Boa Nova**, 1872, nº 29, p. 1).

O folheto circulou na Corte, mas reverberou em Belém nas páginas d'**A Boa Nova**, a qual, como no trecho acima, analisa, sob o mesmo título da publicação maçônica, a instituição, acusando-a de obscuridade, mistérios envoltos nos rituais, antirreligiosidade e a defesa de que a doutrina atacava profundamente a Igreja, por meio de ideários e posicionamentos contrários aos defendidos pelo prelado. Nesta época, evidencia-se o embate entre católicos e maçons e a disputa de poder entre eles perante as ações políticas da época.

Alan Christian de Souza Santos desenvolveu um trabalho significativo sobre a atuação maçônica em Belém no século dezenove e, ao explicitar sobre o discurso dos maçons, principalmente na década de 1870, esclarece a atenção fornecida aos maçons pelo clero paraense:

O discurso dos maçons redatores na imprensa advogava, de modo geral, a liberdade de consciência e de culto, a separação das esferas civil e religiosa, a secularização dos cemitérios e o ensino laico. Através das folhas redigidas pelos intelectuais da instituição falava-se aos membros da maçonaria, aos rivais católicos, aos candidatos a maçons, às famílias paraenses e também aos menos favorecidos (SANTOS, 2011, p. 63).

A instituição maçônica, por meio do Manifesto publicado na corte, intentava esclarecer sua própria fundação e ações, por encontrar-se envolta de suposições acerca de seus rituais e história, como ainda, atualmente, presenciamos mitos e narrativas inventadas a respeito de seus envolvimento políticos e possíveis atos revolucionários na História do Brasil. A Maçonaria, por meio dos periódicos oficialmente maçônicos, desejava alcançar um público que não se

⁵⁰ Nome do jornal oficial da instituição maçônica durante o século XIX e, também, da maior congregação de lojas maçônicas da América latina, até hoje existente, instaurada em 1842, no Rio de Janeiro. **História do GOB**. Disponível em: <https://www.gob.org.br/historia-do-gob/>. Acesso em 13 ago. 2018.

delimitava apenas aos que pertenciam a ela e, junto a isso, desejava também valorizar e expor seus ideários progressistas e liberais, alarmantes à Diocese do Pará, a qual mantinha propósitos contrários a esses movimentos.

Em se tratando da crítica a outras doutrinas, **A Boa Nova** não se deteve apenas a sociedade dos pedreiros-livres⁵¹, mas também combateu o protestantismo, utilizando até mesmo citações do autor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749 – 1832), em artigo intitulado “Pensamentos de Goethe sobre o sacramento da Igreja Católica”, publicado em 27 de julho de 1872, na edição nº 41:

João Wolfgang Goethe não era somente um dos maiores poetas de todos os tempos; o seu gênio extraordinário, o seu amor ao estudo, permitiam-lhe cultivar ao mesmo tempo cultivar a anatomia e a ótica lhe devem descobertas importantes, e como se tudo isso não bastasse para satisfazer a atividade deste espírito superior, muitos anos dirigiu, como primeiro ministro os negócios políticos do Ducado de Weimar.

[...]

N’uma obra, intitulada Poesia e verdade (1), que ele publicou em 1811, por conseguinte na idade de 62 anos (2), Goethe escreve o seguinte:

<<...O culto protestante não é suficientemente consequente, para poder manter unida a Igreja; por isso os seus membros separam-se dela, para formar pequenas comunidades, ou vivem tranquilamente para os negócios mundanos, sem união religiosa alguma. Desde muito tempo há queixas que as igrejas são vazias e que poucas pessoas se aproximam da comunhão. O motivo de ambas as cousas, sobretudo da última facilmente se compreende, porém ninguém ousa dizê-lo. Nós os tentaremos.

Em negócios de moral e de religião absolutamente, como nas cousas físicas e civis, repugna ao homem toda ação improvisada, ou ex-abrupto; ele exige certas premissas para que delas nasçam os seus costumes como consequências lógicas; aquilo que ele deve amar e fazer, ele não o pode pensar como isolado, e arrancado do resto das cousas, nem repetir a fazer com boa vontade, o que para ele é como estranho. **Se o culto protestante, geralmente falando é vago e oco, examinem-se as particularidades e ver-se-á que o que falta ao protestante são os sacramentos.** (A Boa Nova, 1872, nº 41, p. 2-3, grifo nosso).

A obra citada é reconhecida hoje como uma autobiografia do autor, intitulada **Memórias: poesia e verdade**, publicada entre os anos de 1811 e 1814, na qual Goethe traça um pouco de sua história e esclarece sobre suas obras já publicadas à época⁵². Interessante notar que o periódico paraense, mesmo admitindo faltar ao escritor alemão o “perfume da fé católica”, ainda o utiliza como instrumento para defender seu manifesto contra o protestantismo, o qual

⁵¹ Termo que designa maçons.

⁵² AAS, Wilma Patricia Marzari Dinardo. Poesia e verdade, de Goethe - a estetização da existência. **Revista Cerrados**, [s.l.], v. 8, n. 9, p.165-177, dez. 1999. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/13321/pdf_294/. Acesso em 30 jul. 2018.

difundia-se naquele momento e que nos fornece evidências sobre a presença de autores considerados canônicos atualmente, lidos por quem redigiu o artigo.

O antagonismo ao protestantismo é explicado no estudo de David Gueiros Vieira (1980), fruto de sua pesquisa em diversas fontes primárias e documentais, na qual aborda a chegada de figuras como Richard Holden em Belém do Pará, um dos elementos que entraram em conflito com a Igreja no período, devido a sua evangelização e distribuição de Bíblias na cidade. Segundo o autor, havia a teoria sobre uma aliança entre liberais, maçons e protestantes, para retirada de poder da Igreja perante decisões políticas na sociedade. A aliança foi comprovada pelo estudioso, ao investigar as relações existentes entre esses setores durante o século XIX e, assim, a presença protestante no Pará também foi alvo de críticas do Bispo, como é comprovado em artigo mencionado acima.

3.1.1 Modernidade e civilização: o ultramontanismo nas páginas d'A Boa Nova

Dom Macedo Costa almejava alcançar seus objetivos no movimento ultramontano, com ações na Igreja em Belém e regiões interioranas, mas também agiu no meio político e sociedade civil, fundamentais para que seu projeto ganhasse espaço entre a população.

Naquele momento, o catolicismo, detentor de poder nas decisões sobre a comunidade nas diferentes esferas que a regem, sentiu-se ameaçado por outros movimentos doutrinários e políticos, surgidos a partir de denominações como a Maçonaria, o Protestantismo e o Liberalismo, as quais intentavam angariar adeptos e, sem dúvida, influenciar a sociedade ali presente, incluindo, de acordo com a visão do jornal católico, difamar os preceitos cristãos e ameaçar a verdade sobre fatos e concepções de vida, comportamentos e hábitos, incentivando posicionamentos contrários ao que a Igreja e seus representantes defendiam.

Nesse contexto, o projeto do bispo na Província do Grão-Pará é compreendido como resposta a esses movimentos surgidos e, possivelmente, bastante discutidos, em um momento efervescente de circulação de informações, ideias e imaginários. Um dos instrumentos utilizados para a conquista de seus objetivos foi a imprensa, porém, Dom Macedo Costa também redigiu cartas paroquiais, ofícios, bem como escreveu obras de teor educativo, favoráveis às suas concepções e levadas para o ensino básico naquela época⁵³.

⁵³ DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de Leitura na Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

No presente tópico, deteremos a explicitar e esclarecer um pouco mais sobre seu projeto a partir das publicações n' **A Boa Nova**, instrumento de divulgação e circulação de temas significativos para a compreensão do projeto romanizador de Dom Macedo Costa, bem como seu lugar de fala na sociedade e os preceitos que intentava divulgar a seu público. Acreditamos que suas intenções atingem diretamente as práticas de leitura da época, bem como a discussão sobre a leitura de romance, pois considera o ato de aprendizagem e recreação essenciais na condução para o caminho virtuoso, pretendido para os fiéis, porém, com direções bem específicas acerca da experiência literária.

O projeto romanizador, antes de tudo, deve ser evidenciado como fruto da modernidade, mas contrário a esta. Os avanços, à época, que estavam ocorrendo nas cidades, nos estados, e os novos pensamentos circulantes na sociedade, como o racionalismo, cientificismo, advindo de grandes acontecimentos, como a Revolução Francesa, ocasionaram ideias e novos comportamentos perante as ordens vigentes naquele período, caracterizando-se como algozes da Igreja em sua perda, cada vez mais profunda, de fieis e força política perante o Estado. Dessa forma, as tentativas de fortalecer a catolicidade entre as comunidades surgiram e, dentre as existentes, a mais enfática foi a romanização.

A romanização em curso naqueles anos fez do cenário de Belém uma epopeia da Igreja perseguida pelas hostes do Liberalismo e em nome da liberdade de pensamento e, paradoxalmente, ao mesmo tempo da obediência devida pelos prelados ao Império, ratificava-se o princípio da autoridade civil sobre a religiosa.

No curso desta trama procura afirmar-se um tipo de catolicismo moldado à luz do Ultramontanismo consolidado no Concílio Vaticano e os princípios deste visavam determinar uma organização frente à modernidade; ou seja, tornou-se imperioso para a Igreja construir uma ferramenta para compreender e intervir no processo de secularização crescente visto por esta como o maior mal daqueles tempos, fruto do que considerava uma perda de influência nos corações e mentes (NEVES, 2015, p. 228).

Perante a perda de influência, diante das reflexões e profundos questionamentos sobre a ordem católica, propagados por liberais e maçons, o jornal foi um dos instrumentos do empreendimento católico do Bispo do Pará, no combate às convicções contrárias ao que era pregado e às críticas dirigidas ao sacerdócio.

Sim, é de toda necessidade que haja sempre na Igreja, em toda a duração dela, que apascente as ovelhas e os cordeiros; quem confirme seus irmãos na fé; quem tenha o poder de atar e desatar, de abrir e de fechar, porque sem tais poderes não é possível manter-se pura esta sociedade, nem conseguir-se o fim de sua missão; logo é também de toda a necessidade que a autoridade encarregada desta missão seja constituída em tal estado, que o que ela ligue na terra mereça sempre ser ligado no Céu, e o que ela desligue na terra mereça

sempre ser desligado no Céu, isto é, que seja infalível nos juízos que pronuncia sobre a fé e sobre os costumes (**A Boa Nova**, 1873, nº 34, p. 3).

Os verdadeiros discípulos de Cristo, o clero católico, seriam os responsáveis no caminho para a chegada a Deus e nada mais justificaria que outras vozes, outros religiosos, fossem denominados como “porta-voz do Criador”. Nesse sentido, é clara a defesa de uma única religião defendida pelos articulistas d’**A Boa Nova**, não admitindo outras crenças e doutrinas na sociedade.

A Diocese não intentava apenas combater a modernidade e todo o processo de secularização constituído nela, advogou também em favor de um determinado tipo de progresso civil e moral, em busca de civilizar jovens e adultos, porém, sob a perspectiva do catolicismo, fundamentado na palavra bíblica e nos ensinamentos eclesiais, os quais deveriam conduzir os indivíduos ao caminho virtuoso e salvador:

Por lutas acerbadas, a Igreja previa a diminuição do poder eclesial como aliado do Estado e busca fortalecer o campo católico sob hegemonia das teses ultramontanas. Tornou-se imperioso resguardar maior ascendência sobre a instrução pública, na manutenção dos signos da religião católica no tecido social por meio da presença do calendário religioso associado ao calendário civil; na sagração das cerimônias políticas pela presença dos rituais católicos; enquanto ampliava sua influência sobre os modos de “ser igreja” através do ensino da doutrina e da disciplina daquelas formas religiosas ainda recalcitrantes (NEVES, 2015, p. 232).

O projeto então visava ampla atuação no meio civil e religioso e órgãos como o Colégio de Nossa Senhora do Amparo⁵⁴ foi um dos estabelecimentos de intervenção do projeto de Dom Macedo Costa, estampando, em algumas edições, artigos sobre sua gerência, como o publicado em 12 de julho de 1873, no qual a educação de jovens moças desvalidas iria ser reformulada, pois demonstrava-se inconveniente e não muito lucrativa para a manutenção do estabelecimento:

Da boa ou má educação da mulher depende muitas vezes a sorte de uma sociedade, porque é em torno da mãe que se formam os filhinhos. Mostrou, portanto, muito tino o atual administrador, chamando a atenção da nossa Assembleia provincial para o Colégio do Amparo, onde se gasta avultada soma na educação das meninas. Ninguém com um pouco de bom senso deixará de aprovar e louvar a ideia da reforma que pretende realizar o digno presidente da província.

⁵⁴ SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Pará (1860 - 1889)**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9332/1/Dissertacao_AssistenciaEducacaoMeninas.pdf. Acesso em 08 ago. 2018.

Para que possam todos aquilatar por si o pensamento de S. Exc., transcrevemos do relatório apresentado à Assembleia provincial o trecho relativo a esse importantíssimo assunto.

Ei-lo:

<< Parece-me que n'aquela casa aprende-se mais a ser dama de salão do que dona de casa.

<<A música, o piano, o canto, a língua francesa são matérias que julgo de pouca conveniência para o ensino de meninas desvalidas, que, saindo do colégio por qualquer dos meios apontados pelo regulamento, não podem fazer uso de tais matérias.

<<E realmente é para admirar que, ao passo que se manda dar às meninas desvalidas tão luxuosa educação, declara-se que elas atingindo a idade de 18 anos, podem ser contratadas para criadas de servir em casas da família.

[...]

<<N'aquela estabelecimento onde há 146 moças que se podem ocupar nos trabalhos de costuras lisas, pontos de marca, bordados, crochês etc. etc., que custam aqui muito caro e com o que podiam dar não pequena receita para costeiro do mesmo estabelecimento, quase nada fazem. (*A Boa Nova*, 1873, n^a 55, p. 1).

A importância dada à mãe na educação dos filhos é patente na doutrina católica. É ela que cuidará de toda a família, principalmente dos filhos, homens ou mulheres, e os conduzirá para um bom ou mau caminho. Como guia de um percurso tão importante, as mulheres devem ser bem educadas desde os seus primeiros anos e o que poderia ser considerado de uma boa educação, como o ensino de música e língua estrangeira, no artigo acima é criticado, mais especificamente em se tratando de meninas desvalidas do colégio do Amparo. Elas deveriam ser educadas com disciplinas consideradas “úteis”, pois geraria formação para futuros trabalhos. O discurso, advindo do presidente da província, demonstra preocupação na ocupação futura dessas meninas, expondo o posicionamento de que a aprendizagem cultural, sobre música e ensino de línguas, não é útil para essa massa populacional que precisará trabalhar após atingir a maior idade. Ou seja, a preocupação na educação dessas jovens detém-se não estritamente a preceitos moralizantes/religiosos, mas sobre resultados “práticos” de uma educação pública.

Empreendimentos de teor educativo/profissionalizante fizeram parte do programa ultramontano, preocupado não somente no ensino, mas também na força de trabalho da população, entendida por Dom Macedo Costa como elemento vital para o progresso da região amazônica:

Para D. Antonio Macedo Costa, o caminho que a Amazônia precisava trilhar para desenvolver sua economia e sua civilização era o cultivo intelectual e moral, que, para os romanizadores, significava desenvolver na região a prática do trabalho. A palavra trabalho significava para os ultramontanos atividades manuais e intelectuais, sendo a última a mais nobre (COSTA; FRANÇA, 2015, p. 76).

A educação religiosa atrelada à profissionalização foi primordial no programa do Bispo. De mesmo modo ele atuou frente a outras decisões, como as propostas de cemitério civil e realização de casamento civil. Totalmente contrário a tais iniciativas, os temas também foram discutidos e expostos no jornal:

Já ninguém ousa negar o estado assombroso em que se despenha a sociedade, nem todos, porém, são bastante francos para proclamarem que na ausência de religião está o deletério social.

Temo-lo feito repetidas vezes e, ainda desta, Hemos (*sic*) de insistir bem alto. Um dos mais tristes sintomas da atual decadência é por sem dúvida o chamado enterro civil.

Que é o enterro civil?

É a negação mais ou menos direta da imortalidade d'alma, que só existe pura e integralmente no espiritualismo cristão.

O enterro civil, portanto, é um atentado sacrílego contra a base de todas as crenças, contra o eixo em torno do qual giram os interesses mais palpitantes da sociedade [...]

O enterro civil, sem Padre, sem cerimônia alguma religiosa, é uma apostasia tão escandalosa para os presentes como funesta para os vindouros (**A Boa Nova**, 1877, nº 36, p. 1).

A medida fora condenada no periódico pelo viés sacrossanto, porém, foi tomada como uma das medidas de secularização do Estado, constituindo mais uma perda de influência e gerência da Igreja. A exclusão da instituição religiosa em ações como essas geraria perda de influência sobre a sociedade, perda de poder é o que parece ser mais preocupante pelo clero.

O segundo ponto a ser discutido, desde o primeiro periódico dirigido pela Diocese, foi o casamento civil, também polêmico quanto à defesa de sua implementação em terras paraenses, presente nas páginas d'**A Boa Nova** em 16 de maio de 1877:

Principia a cedo a pressão sob o espírito do governo para obrigá-lo a propor o casamento civil como uma medida salvadora para o país.

A declaração do Sr. Ministro do Império de que o governo, havendo necessidade, não deixaria de propor o casamento civil, se não agradou aos homens sérios e honestos, foi recebida com aplauso dos libertinos e dos inimigos da Igreja.

[...]

O casamento civil não passa de uma arma dos inimigos da ordem e da família, que, não obstante o abalo que a esta tem causado os princípios perniciosos dos livres pensadores e a propaganda dos romances imorais, ainda não puderam destruir; e é por isso mesmo que na sua sede de secularizar tudo, querem também fazer do casamento um contrato, além de tudo imoral. (**A Boa Nova**, 1877, nº 38, p. 1).

Interessante notar a relação entre casamento civil e a propagação de “romances imorais”, já prenunciando a condenação da Igreja para com a leitura de determinados gêneros. Contra mais um dos sacramentos, o casamento realizado fora da instituição é considerado princípio pernicioso, perigoso ao livre pensamento. Ao não envolver mais o clero, considerado porta-voz de Deus na terra, esta voz perde forças perante a sociedade. O romance imoral e os pensadores livres se inserem nessa crítica como a outra voz de influência, inimigos, portanto, da Igreja.

Sobre o casamento civil, Fernando Arthur de Freitas Neves aponta que, mesmo apenas concebido na República, o tema foi alvo de resistência católica para com sua efetivação, pois, como também é escrito na folha católica, haveria não mais um acontecimento sagrado e divino, mas sim um contrato, assinado entre partes, sem nenhuma gerência eclesiástica em tão relevante acontecimento:

Somente a República consolidou o casamento civil; no entanto, enquanto pôde, durante o Império, a Igreja fez uma cruzada contra o estatuto civil do casamento estigmatizado como “lei subversiva da ordem social e da moralidade da família”.

Conceber o casamento apenas como contrato sancionado pelo estado retirava do matrimônio a condição sagrada, restando apenas a configuração de mero contrato comercial. A romanização elevou os sacramentos como prática da fé e buscou perseverar esta marca nos territórios conquistados nos diplomas legais (NEVES, 2015, p. 237).

Tais discussões estamparam também as páginas dos periódicos maçônicos, um dos inimigos ferrenhos da Igreja naquele momento. As menções à Maçonaria e seus adeptos foram inúmeras, mas o que chama atenção é a acusação dos articulistas d’**A Boa Nova** em ser, a sociedade dos pedreiros-livres, a geradora dos pensamentos revolucionários pelo periódico, no Pará e no Brasil:

O agente poderoso, a mola real da revolução aqui como por toda parte é a maçonaria, que tem plena liberdade de combinar nas trevas seus planos conspiradores sem audiência dos governos e ainda menos dos profanos, votados por ela a lei dura do extermínio ou do ostracismo.

No Pará todos conhecemos o desabrimento dos sectários.

Tem a maçonaria paraense a seu soldo três papéis inteiramente revolucionários e incendiários: *Liberal do Pará*, *Pelicano* e *Santo Officio*, que continuamente insultam, injuriam a Religião do estado, excitam o povo contra os Bispos e os Padres, fazem ameaças públicas contra nossas vidas, promovem toda a sorte de intrigas, calúnias, e mentiras para lograrem seus feios intentos. Para patentear a todos os olhos o intuito do maçomismo paraense, basta dizer que a sua frente se acha um Padre apostata, excomungado pelos Papas, liberal-republicano, a cujo aceno se movem os pobres paíes maçônicos.

Sabe hoje o governo quem são os revolucionários, vê donde partem as provocações imorais e as ameaças sanguinárias; conhece os pasquins

incendiários que distribuem, convidando o povo paraense para acabar com o Bispo e seus Padres.

Portanto se o governo deixar prosperar os revolucionários, conceder-lhes a imunidade da palavra, máxime em momentos tão melindrosos, é que ou deseja o triunfo da revolução, ou não tem forças para combatê-los.

Qualquer que seja o procedimento do governo, o nosso dever é defender por todos os meios legítimos a Religião, que professamos, e na qual fomos educados (**A Boa Nova**, 1873, nº 13, p. 1).

Defensora do ensino laico, sepultamento e casamento civil, como veremos adiante, a Maçonaria torna-se elemento central no conflito inscrito nas páginas do periódico católico. A sociedade e seus defensores são descritos como a mola da revolução, e um padre, dito como excomungado, republicano e liberal é acusado de conduzir imoralidades estampadas nos jornais maçônicos. Causa curiosidade os adjetivos do padre criticado, seria ele apóstata por estar inserido na doutrina franco-maçônica ou por defender ideias políticas (republicano e liberal), as quais a Igreja rechaçava?

A imprensa também foi alvo de preocupação para os redatores do jornal, sendo uma “formidável artilheira de Satanás”, descrita por um padre, chamado Ramière, em um dos artigos da folha:

É a imprensa nos tempos modernos o mais poderoso veículo das boas como das más doutrinas.

É força confessar, todavia que os católicos muito se têm descuidado de utilizar tão estupendo instrumento de propaganda, e isto explica em grande parte os desastres, que temos sofrido.

Em toda a sociedade, há uma parte diretora e outra dirigida; a primeira precisa ser doutrinada, e em nossos dias precisa ouvir a verdade para poder neutralizar a ação maléfica dos erros, que se espalham com tanta profusão.

Não podemos furtar-nos ao prazer de oferecer aos nossos leitores o seguinte artigo escrito pelo distinto Padre Ramière sobre este importante assunto:

<< Temos orado e estamos resolvidos a orar ainda todos os dias para apressar a chegada de Jesus Cristo, mas não basta orar; porque o desejo que não produzisse a ação seria uma ilusão estéril. Vamos pois meter mãos à obra com redobrado ardor. Vamos tomar com nossa coragem e empregar com infatigável vigor as armas que temos à nossa disposição, para repelir o furioso assalto dado n'este momento à cidade santa.

Ora entre estas armas há uma cujo poder sobreleva muito na da mais mortífera artilharia. Há um instrumento maravilhoso que a natureza destinada unicamente à propaganda da mentira; esta grande força do mal, este instrumento de morte, esta formidável artilharia de Satanás é a imprensa e mais especialmente a imprensa diária (A Boa Nova, 1877, nº 98, p. 1, grifo nosso).

O redator do artigo dá importância significativa à imprensa diária, mencionando-a como “instrumento maravilhoso”, “armadilha de Satanás”, ao propagar mentiras, e de poder

sobressalente, confirmando a grande atuação que ela obteve na sociedade oitocentista, em estampar os mais diversos temas e polêmicas daquele período. Dessa forma, **A Boa Nova**, como representante da Igreja e instrumento do projeto romanizador na Amazônia, empreendido por Dom Macedo Costa, é objeto de estudo valioso para a compreensão das transformações ocorridas no século XIX, em um período transitório e decisivo no que tange o viés estrutural da cidade e dos pensamentos que a envolveram.

3.2 O Pelicano: sociedade maçônica na imprensa belenense

Como porta-voz da ordem maçônica em Belém do Pará em seus dois primeiros anos, **O Pelicano** manteve-se ativo na imprensa local entre 1872 a 1874. Fundado por Joaquim José de Assis (1830 - 1889), que mais tarde fundaria o jornal **A Província do Pará**⁵⁵, juntamente a Antônio José de Lemos e Franciso de Sousa Cerqueira, a folha foi redigida pelo padre Eutichio Pereira da Rocha, Carmino Leal, cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Jorge Sobrinho, porém, trouxe artigos assinados por outros nomes, bem como publicações de outros jornais em diferentes seções.

O periódico foi impresso na tipografia do **Futuro** (Jornal também fundado por Joaquim José de Assis) e publicou-se às quintas-feiras e domingos, apresentando diferentes seções ao longo de sua circulação, como *Transcrição*, devota a artigos opinativos; *Parte Literária*, com publicação de poemas e sonetos; *Folhetim*, com duas grandes publicações entre 1872 e 1874, **O Jesuíta**, sem autoria e **Páginas Soltas**, de Padre Guilherme Dias; *Noticiário*, no qual publicaram rápidas notas e notícias sobre diferentes assuntos; *A Pedido*, seção destinada para artigos enviados ao periódico; *Variedade*, seção que também publicou pequenos poemas e sonetos e *Instrução Popular*, destinada a artigos com temas de teor prescritivo medicinais.

Denominava-se “Periódico dedicado à defesa da Maçonaria, bem como ao estudo e discussão de assumptos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos exclusive somente os políticos e religiosos” (**O Pelicano**, 1872). Seu nome advém, possivelmente, da lenda do pássaro pelicano, símbolo místico na maçonaria, a qual retrata a história de um pelicano e seus filhotes, mortos por um predador que se aproveitou da saída do pássaro-mãe em busca de comida, para atacá-los. No retorno ao ninho, o pelicano, após chorar durante horas e

⁵⁵ Sara Vasconcelos Ferreira desenvolve tese de doutorado intitulada Páginas de Crítica n’ **A Província do Pará**, tendo estudado o jornal também em sua dissertação de mestrado, intitulada Fradiquices em terras paraoaras: a circulação de prosas embrionárias de cartas de Fradique Mendes n’ **A Província do Pará** (2017).

horas a tragédia, começou a bicar seu próprio peito, vertendo sangue em seus filhotes, fazendo-os retornar à vida, porém, sem perceber o milagre ocorrendo naquele instante, morreu em sacrifício à família. Símbolo de amor e altruísmo, a lenda foi inspiração e tema do poema **Allégorie Du Pelican**, de Alfred de Musset:

[...]Le sang coule à longs flots de sa poitrine ouverte;/En vain il a des mers fouillé la profondeur;/L'océan était vide et la plage déserte;/Pour toute nourriture il apporte son cœur./Sombre et silencieux, étendu sur la pierre,/Partageant à ses fils ses entrailles de père,/Dans son amour sublime il berce sa douleur;/Et, regardant couler sa sanglante mamelle,/Sur son festin de mort il s'affaisse et chancelle, Ivre de volupté, de tendresse et d'horreur.[...] — MUSSET, Alfred⁵⁶

Com base na lenda e possivelmente também no poema, o jornal declara, explicitamente, os princípios que irão reger o impresso, todos de acordo com a sociedade maçônica, enfatizando, também, a ideia de caridade, uma das ações humanitárias de que os redatores se interessam, como averiguamos na primeira edição de publicação do impresso, em 24 de junho de 1872:

O Pelicano, que é símbolo de um grão elevado de nossa ordem, foi também o título que preferimos para este periódico, a fim de significar emblematicamente a caridade, sublime característico dessa associação universal de natureza civil, a que nos honramos pertencer. Ela representa ainda o entranhado afeto que votamos às ideias e princípios da Maçonaria, as quais abraçamos por convicção sincera, à semelhança do célebre amor maternal daquela ave, que os antigos supunham dilacerava o peito para nutrir do próprio sangue a seus filhinhos (**O Pelicano**, 1872, nº 01, p. 1).

Um dos motivos de seu surgimento foi a Questão Religiosa, ainda sobre a medida da diocese do Rio de Janeiro, a qual suspendeu do púlpito o padre Almeida Martins por participar e celebrar ações da Ordem Maçônica. Assim, na justificativa da aparição do jornal é evidente a ideia de que serão publicados artigos em defesa e propagação das ações da irmandade como respostas a difamações direcionadas a ela:

Nosso pronto objetivo, portanto, é a propagação franca das doutrinas maçônicas, sem razão plausível acoimadas de subversivas da ordem pública e contrárias à felicidade do gênero humano por ofensas à religião católica e à civilização evangélica, pois é certo pelo contrário que à Maçonaria não é lícito tomar parte direta ou indiretamente nas questões de religião e de política (**O Pelicano**, 1872, nº 01, p. 1).

⁵⁶ O sangue flui em ondas longas do seu peito aberto; / Em vão ele tem mares vasculhou as profundezas; / O oceano estava vazio e a praia deserta; / Por toda a comida que ele traz ao seu coração. pedra, / Compartilhando as entranhas de seu pai com seus filhos, / Em seu sublime amor, ele embala sua dor; / E, assistindo seu úbere sangrento fluir, / Em seu banquete da morte, ele afunda e cambaleia, Bêbado de voluptuosidade, ternura e horror (tradução livre).

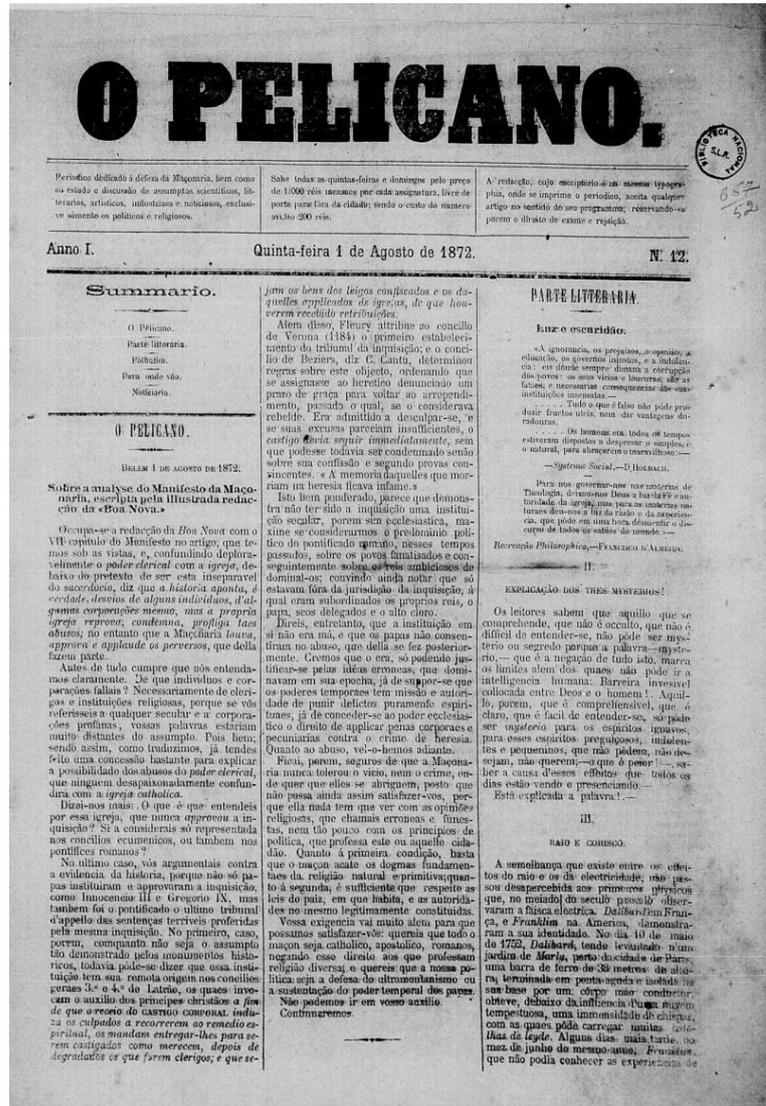
Mesmo ao defender o afastamento da Maçonaria quanto às “questões de religião e de política”, o impresso, ao conter publicações sobre a Igreja Católica paraense na Questão Religiosa, e principalmente em deter-se sobre Dom Macedo Costa, figura inserida, também, no campo político da província, comporta-se contrariamente ao que escreve em sua primeira publicação.

Ao analisarmos os dirigentes do jornal, é possível compreender um pouco mais sobre as intenções daquela nova folha surgida em um ano de plena revolução ideológica em Belém do Pará. Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, foi natural de Conceição do Serro, Minas Gerais e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de São Paulo, aos 24 anos de idade. Figura pública significativa na sociedade maçônica belenense, ajudou a fundar a Loja Maçônica “Firmeza e Humanidade”, atuando como Venerável Mestre da Loja entre os anos de 1857 a 1869. Foi ainda fundador do jornal aqui estudado e dirigiu, também, os periódicos **O Futuro** (1872), “destinado à propagação dos ideais republicanos”⁵⁷ e **A Província do Pará** (1876 – 1908) (MONTEIRO, 2016, p. 187). Seu companheiro, Antônio José de Lemos⁵⁸, nasceu no Maranhão, em dezembro de 1843, cursou o secundário no Liceu Maranhense e participou da Guerra do Paraguai, pela corveta Paraense, chegando ao Pará por conta da transferência de seu comandante da Marinha, em 1867. Antes de tornar-se uma figura política de grande influência em Belém, manteve trabalho como secretário de repartições da Marinha, até o momento que iniciou amizade com os outros redatores d’**O Pelicano**. Francisco de Souza Cerqueira trabalhou com editoração e oficinas de impressão, frequentava a mesma loja maçônica que Antônio Lemos e dr. Assis, não demorando muito a colaborar no jornal maçônico aqui estudado antes de fundarem **A Província do Pará** (ROCQUE, 1976, p. 16).

⁵⁷ Alan Christian de Souza Santos comprova em seu trabalho intitulado "O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892)" a participação significativa de maçons a favor da causa republicana. Na seção “A maçonaria paraense no alvorecer da República”, o pesquisador explica a afinidade dos interesses republicanos com os dos maçons, nos preceitos libertários de cada posicionamento.

⁵⁸ Antônio José de Lemos (1843 – 1913) foi intendente de Belém entre os anos de 1897 e 1911, com projeto civilizador na cidade, pautado no modelo europeu da época. Dr. Assis foi responsável pela iniciação política de Lemos, havendo, dessa forma, fortes laços de influência entre os dois, incluindo as atuações de cada um no jornal **A Província do Pará**. Para saber mais: SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente: Antonio Lemos-1869-1973**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Figura 9: O Pelicano, 1872



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Da mesma forma, outros redatores do periódico foram pertencentes à Igreja católica, como Padre Eutichio⁵⁹ e Cônego Ismael Nery, os quais formaram um grupo expressivo de

⁵⁹ “A figura emblemática do padre Eutychio Pereira da Rocha assinala em grande medida a complexidade existente na sociedade brasileira na qual igreja e maçonaria estavam instaladas no findar do Dezenove. Como negro, ele esbarrava no “defeito de cor” e nos limites de mobilidade social que a realidade da escravidão impunha. Como padre, destacou-se por não aderir à voga ultramontana defendida pelo bispo do Pará, D. Macedo Costa, acabando por ser suspenso de suas obrigações religiosas. Como maçom, além de ser um dos responsáveis pela circulação do periódico maçônico Pelicano, ocupou o cargo de delegado do Grande Oriente Unido no Pará por praticamente toda a década de 1870, tornando-se assim o representante oficial da potência maçônica dirigida por Saldanha Marinho. Sua representatividade no seio da maçonaria paraense é tamanha que o seu nome passou a ser utilizado para designar lojas maçônicas e um dos logradouros mais antigos da cidade de Belém. Além disso, em julho de 1943, seus restos mortais que se encontravam no cemitério de Santa Izabel foram trasladados para a Loja Harmonia nº08 e depositados em uma urna funerária guardada desde então com a veneração de diferentes gerações de maçons. Fonte: SANTOS, Alan Christian de Souza. O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém: 2011.

intelectuais maçons na gerência do periódico. Padre Eutichio foi cônego, político, jornalista e professor, baiano. Em 1850, mudou-se para Belém para assumir a presidência do Mosteiro Carmelita, mesmo período em que se filiou ao Partido Liberal (MONTEIRO, 2016, p. 147). Ismael de Sena Ribeiro Nery, nascido em Alagoas, foi professor e cônego da Sé no Pará, e, juntamente com seu companheiro de jornal, travou luta contra o Bispo Dom Macedo Costa em defesa dos preceitos maçônicos e contra os princípios ultramontanos⁶⁰. Desse modo, o conjunto que **O Pelicano** agregou em sua administração e redação demonstra o envolvimento que seus administradores possuíram na causa maçônica e na oposição à Igreja, por meio da imprensa e da política.

Seu projeto editorial modifica-se em 1873, quando mantém seu nome de origem, mas não mais se intitula “Órgão da Maçonaria”, o que ocasionou, ainda, um conflito entre os próprios jornais defensores da sociedade a respeito do nome, tão significativo para a doutrina, permanecer o mesmo em uma folha que não mais se denominava maçônica.

A divisão de suas publicações não segue uma ordem cronológica e linear. Nos arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira estão dois jornais listados como **O Pelicano**, a explicação possível para essa divisão advém da mudança citada acima.

Em 1872, as edições do jornal são publicadas do nº 01 até o nº 55; em 1873, ainda como Ano I, as edições seguem sequencialmente até o nº 107, modificando para o Ano II nesse mesmo ano, da edição nº 01 a nº 25, ainda como “Órgão da Maçonaria do Pará”. Em outro segmento do Acervo Digital da Biblioteca Nacional, temos **O Pelicano**, em 1873, intitulado “Consagrado à causa da humanidade”, em seu Ano I, do nº 01 ao nº 08 disponíveis. E, por fim, em 1874, sob a mesma titulação, segue publicação do nº 15 ao nº 34, como Ano I. Ressalvamos que algumas edições dos anos citados não se encontram disponíveis no Acervo Digital. Esta alteração no frontispício demonstra, provavelmente, a alteração de um jornal que se publicava como porta-voz da instituição na província, para um jornal de empreendimento particular, dirigido ainda pelo Dr. Assis e seus companheiros, mas não mais representando toda a sociedade maçônica.

Na tentativa de defender e divulgar a sociedade maçônica ao público leitor paraense, **O Pelicano** demonstra em sua primeira publicação qual era seu intento, ou seja, defender a doutrina e combater os que a ela dirigiam críticas e blasfêmias acerca de suas ações e membros.

⁶⁰ Houve discordâncias entre o clero católico paraense quanto ao projeto romanizador do Bispo Dom Macedo Costa. A proibição de padres e cônegos em participarem de rituais maçônicos fora questionada por homens como Padre Eutichio e Cônego Ismael Nery, assim, surgiram figuras dissidentes entre o próprio clero quanto às ordens do Bispo do Pará, que comandava as ações da Igreja naquele momento.

Nesse sentido, mesmo em sua titulação “excluindo os assuntos políticos e religiosos”, a folha volta-se, inúmeras vezes a esses temas, em um embate direto com o periódico **A Boa Nova** e seus dirigentes, principalmente referindo-se ao Bispo Dom Macedo Costa e a notícias sobre a Questão Religiosa.

Ainda a respeito de sua primeira publicação, é preciso enfatizar os princípios expostos da Maçonaria na propagação de ideias intelectuais e difusão de conhecimento, no sentido democrático do saber, em um desejo claro de que todos deveriam tomar ciência sobre as ações da Maçonaria e o que ela propõe como doutrina a ser seguida. O jornal se manifestava como porta-voz de defesa diante da missão de desmistificar o que a Igreja Católica julgava acerca dos pedreiros-livres:

Na difusão das luzes intelectuais por todas as camadas da sociedade, na disseminação de ideias úteis ao bem estar da humanidade, consiste também um dos maiores empenhos da Maçonaria, que mal preencheria sua missão sobre a terra se tão somente curasse do socorro material do corpo, negligenciando aliás a nutrição substancial do espírito; porquanto ela tem em mira a confraternização da humanidade em uma só família, a extirpação da miséria e a dissipação das trevas do obscurantismo.

Sob este ponto de vista ressalta muito mais a injustiça das imputações, que nos são feitas, porque de todas as sociedades civis é a nossa aquela que mais que se inspira nos salutares preceitos do cristianismo, apregoando uma igualdade entre os homens que não repugna com a Hierarquia Maçônica. E se a obra prática de evangelização universal, está bem longe de ser completada no mundo inteiro, apesar do auxílio divino e sobrenatural, como é que em boa fé se pode increpar á Maçonaria, que só dispõe de recursos contingentes, por não haver ainda alcançado a plena realização de seu *desideratum* [desejado]? ...

O tempo nos fará justiça, quando os nossos mistérios forem estudados pelos mesmos que ora nos acusam (sic) *inscientemente* (**O Pelicano**, 1872, nº 01, p. 1, **grifo nosso**).

Advogando veementemente, em todas as edições de publicação, a favor de sua causa, o jornal fez jus à apresentação em 1872. Inúmeros artigos expõem opiniões acerca da Maçonaria, mas principalmente sobre o jesuitismo⁶¹, condenado pelo jornal e característico do movimento do Bispo do Pará em seu mandato na Diocese da província, bem como às difamações realizadas pela Igreja n’**A Boa Nova**, notícias referentes a eclesiásticos e maçons, sessões de homenagens e comemorações nas lojas maçônicas aqui existentes, como a Loja Harmonia, local onde o Padre Eutichio Pereira da Rocha foi iniciado (MONTEIRO, 2016, p.

⁶¹ Uma das reformas do projeto romanizador perante a Igreja Católica fora a conquista de fieis, com projetos de evangelização e catequização. Empreendimentos foram realizados nos interiores do Estado, realizados pelo Bispo do Pará, como jornadas de evangelização e criação de paróquias em cidades mais afastadas do centro. Assim, tal projeto, próximo às ações jesuíticas do século XVI, também foi denominado de jesuitismo por seus críticos.

147). O periódico também registrou artigos referentes à abolição de escravos, tema defendido pelos redatores e comemorado em algumas sessões de Lojas maçônicas em que se realizava a compra da alforria de escravos.

Como retrata Elson Luís Monteiro, o posicionamento político das figuras pertencentes ao **O Pelicano**, homens de posses, demonstra uma classe de intelectuais organizados no confronto a uma elite conservadora existente na época, “ao expressar as ideias científicas e liberais, assim como anticlericais, não deixavam de serem ideólogos de um capitalismo burguês que se apresentava como fator de progresso, ao qual se alinhavam as propostas de um Estado laico, republicano e moderno” (MONTEIRO, 2016, p. 145). Porém, nem todos os maçons eram defensores do Partido Republicano, por exemplo, alguns nomes notáveis da Maçonaria, como Samuel Wallace Mc-Dowell e Sousa Franco, foram defensores do sistema monárquico.

Apesar das afirmações do professor Elson Monteiro, artigos moralizantes relativos à leitura e direcionadores de um comportamento conservador destinados a famílias foram publicados n’**O Pelicano**, contrariando, de certa forma, o que poderíamos presumir de uma folha pertencente a ideários progressistas e científicas.

Alan Christian de Souza Santos, em seu estudo sobre a imprensa maçônica belenense no findar do século XIX, explicita a tendência preponderante que a maçonaria paraense, na década de 1870, seguia. A maçonaria moderna orientava-se por duas grandes ordens, o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos, o primeiro dirigido por visconde do Rio Branco (1819 - 1880), conservador, católico e monárquico. Este círculo foi ligado à tendência inglesa, a qual não desejava confrontar diretamente a Igreja em conflitos como a Questão Religiosa, e o segundo, de influência francesa, dirigido por Saldanha Marinho (1816 - 1895), progressista, liberal e republicano, intentava atuar mais intensamente nas decisões políticas, além de defender a separação entre Igreja e Estado. Após estudos citados pelo historiador acerca de documentos e pesquisas relativos às lojas e obediências maçônicas, Alan Santos afirma que, “pelo conjunto de evidências consideradas acredita-se que a tendência maçônica preponderante no Pará da década de 1870 foi mesmo àquela ligada à tradição francesa, reivindicadora de causas políticas e reformas sociais” (SANTOS, 2011, p. 78). Contudo, afirma haver, também, na sociedade maçônica brasileira, experiências múltiplas de maçonaria. Portanto, é preciso ponderar os posicionamentos inscritos no jornal **O Pelicano** no que tange aos diferentes assuntos abordados em suas edições e aos diferentes articulistas de cada publicação/opinião exposta, pois, mesmo seguindo a Ordens semelhantes dos seus

companheiros de imprensa, seus discursos variam de acordo com as fraternidades as quais pertenciam.

Foram inúmeros os artigos de teor defensivo para com a sociedade a qual o jornal denominava-se porta-voz, como **A Maçonaria e seus detratores**, o qual reflete o intuito do periódico em defender o órgão a que pertence. Publicado em 14 de julho de 1872, na edição nº 07, o redator do artigo acusa a “classe dos jesuítas” em seu desejo de ignorância da população, em contrapartida à Maçonaria, que estava a favor da divulgação da ciência e liberdade de pensamento:

Os meios que a Maçonaria emprega para conseguir a perfectibilidade humana e que a seita jesuítica julga opostos à religião cristã são: *a razão, a instrução, a liberdade de pensamento e de consciência.*

Estes princípios sendo suficientes para ilustrar o homem; sendo professados por todos os povos cultos, não podem convir à seita que pretende dominar por meio da ignorância, da fé, da superstição e da infalibilidade (**O Pelicano**, 1872, nº 07, p. 2).

Paralelamente aos artigos de defesa e esclarecimento acerca da Maçonaria, também verificamos os condenatórios aos jesuítas e eclesiásticos, em alguns momentos, direcionados especificamente ao Bispo do Pará e ao Bispo de Olinda, protagonistas da Questão Religiosa. O anticlericalismo do periódico foi mais evidente em seu segundo ano de publicação, em que artigos como **Contra quem combatem?** foram publicados, conjuntamente a artigos contestando o que fora publicado em outros jornais, como **A Boa Nova** e **A Regeneração**⁶², defensores da Igreja Católica. O referido artigo, inserido na edição nº 56, em 2 de janeiro de 1873, ainda como ANO I, cita o clericalismo e o jesuitismo como os alvos do combate instaurado na folha:

Contra quem combatem?

Pergunta a *Boa Nova*.

A resposta é simples:

Combatemos os abusos, os excessos do poder clerical, o *cleriquismo* enfim.

Em outras eras, o monstro apresentou-se sob outras formas. Os nossos antecessores o combateram sob essas formas: o absolutismo, a ambição, a avareza, o farisaísmo, a intolerância, a inquisição.

Hoje o monstro se apresenta sob a forma de jesuitismo, resolução daquelas antigas formas; nós o combateis sob esta forma.

Se há incoerência, não é nossa; vem do Proteu de roupeta e tonsura. (**O Pelicano**, 1873, nº 56, p. 1).

⁶² **A Regeneração** foi dirigido pelo Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell, maçom, mas frequentador da Igreja Católica. Mesmo pertencente à sociedade, utilizou de seu jornal para a defesa dos ideais cristãos, principalmente durante a Questão Religiosa. Informações sobre o periódico foram coletadas na minha pesquisa de Iniciação Científica, orientada pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales, no plano de trabalho intitulado **A Regeneração: o romance como progresso material e moral nos escritos maçônicos** (2016-2017), financiado pelo CNPq.

Como uma clara resposta à **Boa Nova**, o jornal enfatiza a imagem de um clero que se apresenta sob diferentes formas, e a que estaria naquele momento sendo apresentada, seria a forma do jesuitismo, movimento de referência ao Bispo Antônio de Macedo Costa, inspirado no evangelismo jesuíta em suas empreitadas para catequese aos índios e cidades interioranas do estado do Pará, levando-os à dita “civilização moral e cristã”.

Dessa forma, para compreendermos efetivamente o papel da publicação no resgate do seu posicionamento referente aos temas sociais, políticos e literários da época em que circulou, é preciso, também, conhecer os artigos divulgados em suas edições, bem como as outras “vozes” publicadas, de que maneira contribuíram para o posicionamento da folha e se foram condizentes com o projeto editorial expresso ao longo de sua circulação.

3.2.1 Figurações de autoria: os discursos n’O Pelicano

Reconhecer os outros nomes inscritos no periódico é tarefa essencial para compreender suas atuações no público paraense e a história referente ao período de publicação do jornal. Diferentes figuras públicas estiveram presentes de forma significativa na folha, ao opinarem e posicionarem-se sobre os temas discutidos ao longo dos três anos de disseminação do jornal. Acreditamos que estes nomes constituíram parte do grupo de intelectuais maçons, os quais conviviam nos mesmos ambientes e possivelmente pensavam da mesma maneira sobre as questões discutidas naquela época, expondo seus posicionamentos nas discussões pertencentes ao periódico.

Algumas publicações foram assinadas por indivíduos comuns em diferentes tipos de publicações do jornal, como o padre Guilherme Dias, que assina uma série de artigos intitulada **Cartas ao Bispo Diocesano**, na qual argumenta sobre seu afastamento do púlpito e do confessionário da Igreja católica, ocasionado pelo Bispo do Pará. Após o ocorrido, o padre recorreu à imprensa para que o público formasse juízo a partir de seus esclarecimentos:

Consinta v. exc. que eu lhe dirija algumas cartas, para a avaliar melhor das minhas ideias que v. exc. classifica de livres, fulminando-me por isso com uma suspensão *ex informata conscientia*.

Consinta igualmente v. exc. que eu faça publicar estas cartas, para que a opinião pública desta ilustrada província forme de nós ambos, juízo firme e seguro.

Já que v. exc. me tolheu o uso da palavra no púlpito, permita que eu venha a esta tribuna discutir com as forças da minha débil inteligência, e com as fortes convicções do meu espírito, os meus princípios religiosos condenados por v. exc., como contrários ao espírito da Igreja, mas conformes e constantes com o espírito do cristianismo (**O Pelicano**, 1872, nº 15, p. 2).

Padre Guilherme Dias e outros padres foram retirados do púlpito como castigo ao desobedecerem a ordem de Dom Macedo Costa para se afastarem da maçonaria e do partido Liberal. Assim, a dissidência entre o clero paraense tomou conta das páginas dos periódicos, incluindo o maçônico **O Pelicano**, que deu voz aos padres afastados.

O clérigo, posteriormente à sequência citada acima, publicada nas edições de números 15, 16, 17, 18, 21, 22, 42 e 48, não possui seu nome citado no periódico até o ano de 1874, já com a mudança de titulação d'**O Pelicano**, em que assina a série de artigos intitulada **Páginas Soltas**, entre as edições de números 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32 e 34. Divulgados no espaço *Folhetim*, os artigos foram ponderações direcionadas ao jesuitismo e a um autoritarismo católico, tão criticado pelo jornal maçônico. Mesclando narração e posicionamento crítico, o padre inicia denunciando a tirania de inquisidores católicos:

Esta mansão horrenda, onde tigres com forma humana bebem o sangue de milhares de desgraçados, suas vítimas, esta câmara dos tormentos não foi edificada em nome de Confucius e de Kaly: foi em nome de Cristo, d'aquela que disse a Pedro: - Mete essa espada na bainha.

Inquisidor, homem cruel, tigre, hiena tonsurada, aproxima-te, bem cumprir o teu mister. Caminha...

- Carrasco, não te esqueças do funil, traze o balde da água...

E vem o balde, e vem o funil, e o paciente é ligado, e a água nauseabunda entra-lhe à força na boca.

E depois amarram-lhe os braços, passam a corda pela roldana, elevam o desgraçado, e rápido deixam cair.

Desconjuntaram-se-te os membros, rangeram-te os ossos?!...Ah! Mas isso que vale?

Confessa, mártir, confessa um crime que não cometeste, confessa um crime que não te passou pela mente. Denuncia teus pais, teus filhos e teus irmãos.

Corre, corre, sangue puro; corre, que adubarás a terra que nos deu o berço.

(**O Pelicano**, 1874, nº 24, ANO II, p. 2-3).

A tirania nesse trecho provoca confissões não verdadeiras, ou delações mentirosas, para o castigo cessar. Tal crítica pode estar direcionada aos demais clérigos que podem ter delatado seus companheiros de púlpito ao Bispo do Pará, ocasionando o afastamento deles. Ou talvez a crítica aos atos inquisitoriais, em uma possível comparação entre a tirania da Igreja no período medieval e a daquele período vivido por Guilherme Dias. Em todo o caso, o abuso de poder clerical é o foco da crítica.

A publicação segue denunciando jesuítas e defensores da infalibilidade papal, aqueles que estariam, provavelmente, envoltos no projeto ultramontano do Bispo do Pará, ou que pensavam como ele. Dessa forma, mesmo pertencente ao clero, Guilherme Dias foi uma das

vozes opositoras a Dom Macedo Costa e seus seguidores, compondo os escritos contrários à Igreja ultramontana publicados no periódico.

Ainda no ano de 1872, são publicados alguns artigos reveladores para compreender a conduta do periódico quanto aos seus “adversários de pensamento” e quanto aos temas defendidos pela redação. Em 15 de setembro de 1872, na edição nº 25, inserido na seção *Variedade*, um trecho de **As Farpas**⁶³, texto produzido por Eça de Queirós em parceria com Ramalho Ortigão, intitulado **Com os padres**, é publicado:

Do sermão político deu-nos o senhor prior de Belas um exemplo acentuado e conciso. Sua senhora debruçou-se levemente no púlpito, e a doutrina que ensinou foi que Victor Manoel é um ladrão, e que é um ladrão o sr. de Bismark. De resto, que Pio IX é Cristo. – O que nos encanta neste sermão é a originalidade. E’ o sermão antigo de fundo. Até aqui o sermão louvava o santo do dia ou comentava a festa sagrada: agora ataca a política e discute as dinastias. O padre é jornalista de sobrepeliz. O púlpito alarga-se em tribuna. O sacerdote volta-se para o Cristo do altar e grita-lhe: peço a palavra sobre a ordem. O clero sai do céu, e entra na Arcada (**O Pelicano**, 1872, nº 25, p. 1-2).

Pelo conteúdo da publicação queirosiana no jornal, é possível verificar o combate a padres, como os acirrados debates direcionados ao Bispo do Pará, e ao referido anticlericalismo, mencionado anteriormente em publicações na redação católica. Tal fato nos remete ao que Antonio Augusto Nery (2016) estuda na produção do autor português ao referir-se à íntima relação da Igreja com o Estado em Portugal, criticada por Eça de Queirós, relação essa também presenciada em Belém:

Nesse texto temos muito perceptível outro aspecto da atuação da Instituição religiosa, e de seus representantes na sociedade, que parecia indignar Eça de Queirós sobremaneira e que é alvo de crítica por parte do escritor em diversos de suas produções. Refiro-me à íntima ligação mantida entre a Religião e o Estado português, entre a Igreja e os políticos portugueses (NERY, 2016, p.68).

A referida conjuntura está diretamente relacionada ao que **O Pelicano** denunciava em seus artigos sobre a Questão Religiosa e a influência do Bispo Macedo Costa em decisões que

⁶³ Escritos por Eça de Queirós (1845 -1900) em parceria com Ramalho Ortigão (1836 – 1915), **As farpas** foram folhetos mensais publicados em dupla autoria entre 1871 e 1872 e, posteriormente, somente por Ramalho, até 1882. NERY, Antonio Augusto. Anticlericalismo e antirreligiosidade em **As farpas** (Eça de Queirós). In: Elias J. Torres Feijó; Roberto Samartim; Raquel Bello Vázquez; Manuel Brito-Semedo. (Org.). **Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Portuguesas**, 2ª ed., Santiago de Compostela - Coimbra: AIL - Editora, 2015, v. 01, p. 65-71.

atingiam a sociedade na época. Este marco na história do Pará está na explicação de NERY (2016) a respeito do escritor português, no qual:

Utilizando como exemplo o sermão do prior de Belas, na região de Sintra, Eça propõe que o discurso “politizado”, ou, melhor dizendo, “politiqueiro” de muitos padres misturava as questões religiosas e espirituais com interesses da Igreja, ou, como propõe Eça no texto, tornava-se arma fatal e peremptória contra qualquer um que confrontasse os interesses da Igreja romana e o domínio e/ou influência papal (NERY, 2016, p. 68).

A figura que iria confrontar os ideários da Igreja romana, como bem desejava Macedo Costa, era a Maçonaria, tutelada pelas palavras impressas n’**O Pelicano**, que também utilizou o espaço jornalístico para acusar seus censores.

Diferentemente do que Augusto Nery propõe sobre os escritos de Eça de Queiroz serem antirreligiosos, a folha maçônica mantém certa defesa para com questões moralizantes e cristãs, como os artigos assinados por Raymundo Castello-Branco. O autor, presente em algumas edições do jornal é uma incógnita quanto à sua biografia, pois não obtivemos maiores informações além de sua assinatura no periódico. Autor de artigos com teor moralizante, bem como de algumas críticas direcionadas à leitura de romances, inicia sua participação no impresso em 6 de outubro de 1872, com artigo intitulado **A perseguição à Maçonaria**, publicado na edição nº 31, inscrito na primeira seção do jornal, denominada *O Pelicano*. Nele, Castello-Branco defende o órgão doutrinário e acusa o ultramontanismo em ser um movimento de intolerância:

Eis descoberto o segredo! Não busquemos n’outra parte o (sic) *porque* da guerra, que os verdadeiros católicos levantam contra o (sic) maçonaria! A ponta do véu começa levantar-se com o que deixamos transcrito, tirado das bulas dos santos padres, os infalíveis.
De suas infalíveis palavras nos vem a razão que procuramos.
Assim, a perseguição da maçonaria está no ser ela uma associação, onde todas as religiões e crenças tem entrada; ou melhor, onde o respeito e a tolerância da consciência são exercidas e praticadas.
Uma associação, que à seus adeptos não pede mais que o amor de Deus e do próximo, que não indaga suas crenças, e os aceita, tais como se apresentam e existem sobre a terra, não pode deixar de ser fulminada, por isso que a intolerância eclesiástica não admite um tal princípio, no qual ela clara e positivamente enxerga eminente perigo às suas maquinações (**O Pelicano**, 1872, nº 31, p. 1).

No artigo intitulado **A verdadeira educação**, publicado em 13 de outubro de 1872, na edição nº 33, o autor explica o que seria a “verdadeira sabedoria” a ser ensinada ao “moço e ao

velho apaixonados”, menciona ainda nomes bíblicos e exemplos da Bíblia, demonstrando conhecimento e leitura da obra:

É fora de dúvida, que tanto o moço, como o velho apaixonado, (sic) *precisam* ser educados, porquanto, as paixões pervertem a sabedoria.
Em verdade, é incontestável, que o sentimento da verdadeira sabedoria é inato.
[...]
O merecimento, o amor, o sentimento de glória, a honra, o talento, a instrução, o caráter independente, os gozos da vida, a própria justiça, e a mesma sabedoria. E coisa nenhuma tem a queda tão certa, como a mulher que não foi educada pelo exemplo de Sara, da Bíblia.
- <<Não sejas muito justo, diz a Escritura, nem sejas mais sabido do que é necessário, para que não venhas a ser estúpido. >> (**O Pelicano**, 1872, nº 33, p. 1).

No artigo referido, a concepção de sabedoria do autor se aplica a ideias relativas ao cristianismo, como fraternidade e bondade, e se aproxima ao teor moralizante exposto também no jornal “inimigo”, **A Boa Nova**, no qual igualmente é defendida a ideia sobre as paixões demonstrarem-se perigosas para o constructo moral e intelectual da sociedade.

Em outro artigo assinado pelo mesmo autor, intitulado **O mundo vai por si**, publicado em 27 de outubro de 1872, na edição nº 37, o escritor reitera o teor moralizante ao citar paixões como condutoras na personalidade de homens e mulheres, enfatizando uma sabedoria advinda de um discurso cristão:

Eu creio, que naturalmente os homens (varão e mulher) são bons; mas, eles tornam-se maus, pelas paixões, e pelas ciências (A sabedoria Aplicada, Pelicano n. 31).
(O leproso da cidade d’Aoste, que nunca teve conhecimento do mundo, dizia que o seu coração recusava acreditar na perversidade dos homens, e nas desgraças inseparáveis da humanidade, de que se lhe falava, e alguns livros em vão lhe instruíam).
Por isso, os sábios são raros, como serão raros os escolhidos de Deus.
Contudo, o homem ignorante e reabilita nos infortúnios, e nos sofrimentos penosos e sábios, e não assim nos estúpidos e eternos.
E outrossim, as sociedades e os pais de família podem e devem educar solidamente o homem.
Estes assertos são verdade mui simples; mas, os homens e as sociedades na sua ignorância, não as entendem, nem as podem praticar [...] (**O Pelicano**, 1872, nº 31, p. 2).

“O homem nasce bom, mas a civilização o corrompe”, Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) propagou a ideia de que a civilização moderna, em sua época, seria perversa e desvirtuaria a boa natureza do homem. Provavelmente integrante do repertório de leituras de Raymundo Castello-Branco, este pensamento evidencia o quão importante são os elementos sociais na vida de um indivíduo, sua família, principalmente, e o quanto as ideias modernas, as

“paixões” e as “ciências” podem corromper a virtude de um indivíduo, de acordo com o articulista. A família para Castello-Branco, assim como para a Igreja, é elemento definidor no caráter de um homem, ela deve ser valorizada e respeitada, os pais “devem educar solidamente o homem”, para assim formarem os “verdadeiros sábios”, “escolhidos de Deus”. O articulista, ainda, demonstra repertório de leituras que envolvem não somente a Bíblia, mas também a Filosofia.

Seguindo nos artigos assinados por Raymundo Castello-Branco, excetuando os que nele encontramos de crítica ao romance, o último publicado no impresso, de sua autoria, esteve presente na edição nº 41, em 10 de novembro de 1872 e intitula-se **Punição Providencial**, na qual o autor defende justiça quanto aos ímpios:

Eu creio firmemente na justiça eterna, e na punição providencial.
 Creio nesta verdade: que por cada mal que o homem fizer, lhe virá outro mal, e cada injustiça recairá sobre ele três vezes em dobro.
 Feliz aquele que aprende com o mal alheio, porque não conhecerá por experiência essa verdade, essa lei providencial, imutável, invariável, eterna.
 Porque te domina o mal de teu próximo, e te molesta o bem alheio? Deixa essa paixão turbulenta, e viverás mais contente.
 A Escritura diz: <<Pelas coisas em que alguém peca, por essas é também atormentado.
 <<Ai do ímpio que corre ao mal, porque lhe será dada a recompensa de suas mãos.>> (O Pelicano, 1872, nº 41, p. 2).

Do seu repertório de leituras, a menção à Escritura Sagrada revela a importância dada a ela. Ao enfatizar a “experiência da verdade” e a menção à palavra “verdade” tantas vezes, é evidente que tal leitura deve ser considerada a única que nos revela a veracidade sobre o mundo, sobre o homem e sobre Deus. O autor também expõe seu posicionamento quanto às ações errôneas dos indivíduos, que terão reflexo mais adiante, por uma “justiça eterna”. Sequencialmente, enumera exemplos ocorridos na história, demonstrando conhecimento acerca de suas leituras:

A justiça não falha, a questão é de tempo: ou logo e logo, ou adiante.
 Considera o fim, e os tormentos de todos os iníquos, de todos dos ímpios.
 Nero, imperador romano tão temido, foi destituído, e teve uma morte tormentosa.
 Olímpia, a malvada mulher do rei Filipe II de Macedônia, que fez assassinar a seu próprio marido, a poderosa mãe de Alexandre o grande, morreu, quando menos o esperava, vítima incauta da obra de suas mãos.
 Appio Claudio foi o culpado da morte, que o pai de Virginia, o centurião romano, deu à sua dita filha, para a livrar de ser desonrada por esse *decemviro* [sic], que já a julgava em seu poder. Os romanos, em vez da qualificação verdadeira, chamam esse desespero do coração paterno, um excesso de crime e de virtude ao mesmo tempo. – A história, porém, diz, que depois de tal fato, o povo sublevou-se, e aboliu o *decemvirato*, e Claudio suicidou-se.

- Outros sofrem castigos irremissíveis e sucessivos na sua vida, de que tarde se apercebem!... (**O Pelicano**, 1872, nº 41, p. 3).

Analisar os escritos do autor no jornal faz-se, portanto, necessário, para compreendermos melhor suas concepções de mundo e as evidências que carrega em sua escrita, sobre seu repertório intelectual, seus posicionamentos e ideias a respeito de diferentes assuntos. Tais concepções podem esclarecer as motivações de suas críticas publicadas no periódico, além de esclarecer a respeito do projeto editorial que **O Pelicano** manteve ao divulgar seus textos, demonstrando apoio aos pensamentos defendidos pelo autor, mesmo eles divergindo quanto a outros artigos.

Outro autor significativo presente no periódico é Alexandre Herculano, citado, pela primeira vez, em 1872, assinando o artigo intitulado **Amor feminino**⁶⁴, em 20 de outubro, na edição nº 35, na seção *Variedade*. O texto, que também foi publicado em Belém no jornal **A Província do Pará**, em 1879⁶⁵, arrola sobre as diferentes manifestações do amor feminino, sob uma visão de mulher, casta e virgem. Porém, o que mais nos interessa a respeito do autor português é seu nome citado, já no ANO II, em 28 de setembro de 1873, edição nº 25, no artigo intitulado **Alexandre Herculano e o ultramontanismo**. Nele, o autor demonstra-se crítico ao jesuitismo:

Nessa crença, tão incompreensível seria a supressão de um dogma antigo, como a adição de um dogma novo, ou (para me servir da frase de um teólogo eminente do século XV) nessa crença não se tinha por menor heresia afirmar ser de fé o que não o era do que negar que o fosse o que era. Nisto consistia praticamente a imensa vantagem do catolicismo sobre as seitas dissidentes, indefinidamente variáveis, flutuantes, subdivididas de dia para dia, gerando as mais desvariáveis aberrações religiosas. Além disso a Igreja já tinha leis que a regiam desde os séculos primitivos e que só os parlamentos cristãos, os concílios podiam alterar, quando essas alterações não fossem de encontro às tradições apostólicas, e a que todos membros da sociedade católica desde o Papa até o mais obscuro entre os fieis, eram obrigados a obedecer. Depois, na economia da sua administração interna, nos ritos e em outras manifestações acidentais do culto, cada igreja nacional, e até cada província eclesiástica, tinha os seus usos e liberdades especiais que a Igreja universal consentia, porque o que constitui verdadeiramente a unidade é a unidade da fé.

⁶⁴ Texto pertencente ao livro *O Monge de Cister*: “No romance *O Monge de Cister* (1848), do escritor romântico português Alexandre Herculano, depreende-se um panorama histórico de Portugal do século XIV, focalizando-se o reinado de D. João I (1385-1433), com ênfase no ano de 1389, e a ordem de Cister. Em flashback são trazidos os anos de 1383 a 1385, que registram os acontecimentos que possibilitaram a tomada do poder pelo Mestre de Avis, derrotando a rainha Leonor Teles, viúva do rei D. Fernando.” Fonte: TOLOMEI, Cristiane Navarrete. A verdade e a verossimilhança em *O Monge De Cister*, de Alexandre Herculano. **Revlet- Revista Virtual de Letras**, v. 9, p. 216-235, 2017.

⁶⁵ SALES, Germana Maria. SILVA, Alan Flor da. A relação entre periódicos e a História da Literatura: a prosa de ficção de autoria portuguesa na Província do Pará em foco. **Raído**, Dourados, MS, v. 10, n. 22, ed. especial, 2º semestre 2016.

[...]

Na própria disciplina, o poder temporal, quando nisso interessava, reprimia as tendências abusivas de Roma, e até, não raramente, o episcopado, momentaneamente desperto, recordava-se debaixo de enorme pressão do passado e, batendo com as algemas nos degraus do trono pontifício, fazia-o estremecer (**O Pelicano**, 1873, ANO II, p. 2).

A publicação no jornal maçônico é de uma carta escrita por Alexandre Herculano, a qual fora publicada em outro jornal, intitulado **Novo Mundo**. Herculano foi um dos católicos liberais contrários à reforma ultramontana em Portugal⁶⁶ e, no fragmento acima, descreve primeiramente o que seria, para ele, o verdadeiro catolicismo, distinguindo do “novo” catolicismo a surgir, descrito como “tendências abusivas de Roma”. Assim como **O Pelicano**, o intento do autor português é a crítica ao ultramontanismo, desse modo, a redação da folha paraense o utiliza como meio de enfatizar sua opinião, advinda naquele momento de um escritor já renomado em Portugal e no Brasil.

O jornal manteve ainda discussões com periódicos dirigidos por Dom Macedo Costa e Samuel Wallace Mac-Dowell, este último tendo participado na redação d’**O Pelicano**. Após ser exonerado por pedido próprio, fundou **A Regeneração** (1873 – 1876), em 1873, e apresentou comportamento contrastante durante sua participação na imprensa.

Na edição nº 81, em 3 de abril de 1873, são defendidas as reuniões que maçons realizavam na cidade e acusado de intolerante o Bispo, que publicara n’**A Boa Nova** críticas aos pedreiros-livres, denominando-os como “monstros”, cidadãos que “viviam nas trevas”:

Queremos, em uma palavra, aquilo que tanto aplaudimos que fosse concedido aos católicos da Irlanda.

Coloquemo-nos, também, na altura da nossa civilização.

E, portanto: abaixo a intolerância!

No dia seguinte A Boa Nova, que espelha o que se passa na residência episcopal, saiu desabrida; os maçons, ao lê-la, não eram homens, eram monstros.

Insolente, a Boa Nova do sr. bispo, parecia não dirigir-se a cidadão que se costumam respeitar; figuremos um senhor de escravos lá em uma fazenda longínqua dos sertões, armado de latego, castigando os míseros que incorreram em seu desagrado...

Tal era o sr. D. Antonio, bispo católico, no dia seguinte ao do meeting maçônico.

[...]

Sabeis o que foi que disse o bispo na Boa Nova, e ao depois no púlpito?

<<Meus filhos, os maçons querem acabar com a vossa religião, a religião que recebestes com o leite com que vossas mães vos alimentaram; os maçons

⁶⁶ OLIVEIRA, Gustavo de Souza. O liberalismo e a Congregação da Missão: Um estudo comparado entre Portugal e Brasil (1860-1910). **Lusitânia Sacra**, v. 35, p. 73-93, 2017.

querem destruir o trono, para fazer nadar em sangue este belo país, esta magnífica terra de Santa Cruz.>>>

Mas o que é que os maçons querem? Querem a liberdade de cultos (**O Pelicano**, 1873, nº 81, ANO I, p. 1).

Não só por pertencerem à Maçonaria e imprimir em suas páginas preceitos dela, o jornal foi alvo de luta do Bispo do Pará também por defender a liberdade de cultos, bem como a educação laica e secularização dos cemitérios, assuntos rechaçados pela diocese. A publicação de uma petição a favor da liberdade de cultos em **O Pelicano**, em 7 de abril de 1874, comprova o interesse no assunto.

Além disso, a disputa pelo poder novamente é evidente nas palavras impressas no artigo, na citação de um trecho publicado no jornal católico, “os maçons querem destruir o trono”, é possível entender que a ameaça ao poder clerical pelas ideias e ações maçônicas é alvo de grande preocupação da Igreja. Como já fora mencionado anteriormente, a disputa política entre monarquistas e republicanos estava efervescente na época e tal disputa ideológica manteve forte motivação política neste período, já que houve, de um lado, clérigos e maçons defensores da Monarquia e, de outro, maçons, majoritariamente, a favor do movimento republicano.

A desavença relacionada ao dr. Samuel Mac-Dowell ocorreu, também, entre os jornais **O Pelicano** e **A Regeneração**, este último dirigido pelo advogado que, mesmo pertencendo à Maçonaria, durante a Questão Religiosa, posicionou-se favorável à diocese de Belém, travando discussões com o jornal maçônico:

O interessante é que o bacharel Samuel Wallace MacDowell, declaradamente maçom (...), quando ocorre a questão religiosa, posiciona-se em alguns momentos como maçom, ao lado da maçonaria, participando da redação do jornal **O Pelicano**. Em outros momentos defende a Igreja, escrevendo artigos na publicação católica **A Boa Nova**, declarando-se católico e condenando o que ele classifica de excessos de ambos os lados, como quando defende a autoridade episcopal de ataques de **O Liberal do Pará** (MONTEIRO, 2016, p. 154).

Dr. Wallace Mac-Dowell foi um dos críticos do título **O Pelicano** permanecer em um jornal que não mais se dizia porta-voz da maçonaria, crítica publicada na **Regeneração** em alguns artigos de 1874. Em 18 de janeiro desse ano, o jornal do advogado é mencionado em **O Pelicano** devido a uma publicação de Mac-Dowell negando sua participação num possível pedido de prisão de Dom Macedo Costa:

O redator da *Regeneração* foi redator do **Pelicano** não durante três meses, mas, até que pediu exoneração desse cargo, alegando afazeres, e lh'a foi concedida; portanto poderá dizer que não escreveu pedindo os processos dos bispos (se por ventura o **Pelicano** alguma vez o pediu, o que não nos recorda agora) mas, não poderá fugir de compartilhar como solidário de tudo quanto nele se escreveu durante o tempo que fez parte da comissão da redação (**O Pelicano**, 1874, ANO I, n° 31, p. 3).

O posicionamento de Mac-Dowell divergiu de seus demais companheiros maçons devido não somente aos assuntos ideológicos, como a defesa do advogado a favor de Dom Macedo Costa, mas, talvez, principalmente pela sua campanha a favor da manutenção da Monarquia, estando mais próximo da ordem maçônica que não intentava se afastar da Igreja católica e do que ela defendia.

Entre divergências, também surgiram periódicos semelhantes ao **Pelicano**, os quais defendiam a sociedade maçônica e também divulgaram textos críticos direcionados à **A Boa Nova** e ao bispo do Pará, como **O Santo Officio**⁶⁷ (1871 – 1880), folha de caráter maçônico, a qual noticiou e divulgou práticas de leituras na defesa de uma sociedade livre de pensamento, e **A Flamígera**⁶⁸ (1873), apresentada com claras intenções de defender a Maçonaria, e impressa na tipografia d'**O Santo Officio**.

Dessa forma, **O Pelicano**, mesmo modificando seu título, em 1873, para “Órgão consagrado à humanidade”, manteve em suas publicações o mesmo teor combativo aos discursos críticos a respeito da Maçonaria. Demonstrou-se preocupado com os assuntos políticos, assim como aos religiosos, tornando-se palco de discussões a respeito da Maçonaria e Igreja Católica em Belém do Pará, no século XIX.

O embate direto entre os periódicos acirrou-se a partir de 1872, após ações da Igreja contra padres maçons. A disputa pelo poder, discursivo e político, entre essas duas instâncias esteve presente nas páginas dos jornais de cada instituição. Muito mais do que uma disputa ideológica entre doutrinas divergentes em seus preceitos, as discussões sustentaram um embate político envolvendo assuntos pertinentes quanto à condução de um poder estatal ambicionado por ambos os lados do conflito.

Porém, assim como os assuntos de teor político e religioso foram alvos de preocupação do periódico, as práticas de leitura também estiveram presentes, na forma de notas e artigos, com posicionamentos diferentes do esperado em um jornal progressista e defensor de uma

⁶⁷ Informações sobre o periódico **O Santo Officio** foram coletadas na minha pesquisa de Iniciação Científica, orientada pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales, no plano de trabalho intitulado **Estrella do Norte e Santo Officio**: folhas noticiosas para famílias (2014-2015), financiado pelo CNPq.

⁶⁸ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Sob o manto da moral: o romance em arguição**. 2017. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

sociedade de preceitos intelectuais libertários e, ao mesmo tempo, posicionando-se subversivamente a respeito do assunto. Tais comportamentos serão analisados na próxima seção, em que a crítica ao romance inscrita nos jornais será analisada.

4 A CRÍTICA AO ROMANCE: POSICIONAMENTOS ACERCA DO NOVO GÊNERO

“Estava atormentada por uma crise nervosa que a deixava louca. A bem dizer ela não raciocinava, lançava-se na paixão de espírito alterado pelos romances que lera, a carne irritada pelas insônias cruéis que se prolongavam por semanas [...]”

Émile Zola, Thérèse Raquin

Paixões, adultério, idealizações, peripécias e críticas sociais são temas recorrentes no romance moderno em ascensão no século XVIII, provocador de alvoroços quanto a sua leitura em uma sociedade regida, majoritariamente, por preceitos religiosos e moralizantes. De acordo com homens letrados e médicos da época, o romance, além de expor temas degradantes, alterava a saúde de quem os lia, principalmente das mulheres, seres considerados vulneráveis às licenciosidades contidas nesses escritos.

Há um consenso entre os estudiosos do romance que, durante o século XIX, parte significativa da crítica ao gênero embasava-se na moral e nos bons costumes do período, porém, mais do que isso, críticos também elegeram o romance como perigoso para as ideias questionadoras da ordem vigente, para os pensamentos revolucionários e comportamentos subversivos, no âmbito político e social, os quais seriam instigados por determinadas leituras, entre elas, eleita a mais preocupante, a do romance.

Algumas das acusações estudadas em determinados discursos sobre as práticas de leitura do romance no século XVIII e XIX são/foram estudadas, no Brasil, por Aparecida Paiva (1997), Márcia Abreu (2003), Andrea Muller (2012), Valéria Augusti (2008) e Germana Sales (2015). No que tange à crítica moralizante e discursos detratores do romance:

O cenário da crítica ao romance foi inaugurado na ocasião do seu surgimento, em meados do século XVIII, quando teve início a contenda entre os que o defendiam e aqueles que investiram esforços em descrever os prejuízos que sua leitura podia causar. Essas contestações que avaliavam o gênero como inconveniente e pernicioso foram disseminadas, atravessaram o oceano e chegaram ao Brasil, abrigadas em diversas páginas, entre elas, as folhas periódicas diárias ou semanais, de fácil alcance do leitor constituíram um suporte favorável para promover e divulgar o pensamento em torno do ato de ler (SALES, 2015, p. 52).

No entanto, mais do que verificar a crítica sob o viés da moral e dos ditos bons costumes da época, esta seção pretende analisar, sob o olhar político-doutrinário de cada jornal, a crítica ao romance publicada nos periódicos, de maneira a comparar as opiniões a partir de intenções e desejos que não se detiveram apenas no discurso conservador vigente na época,

mas, e talvez principalmente, voltaram-se para os projetos sociais das folhas noticiosas, envolvendo temas de ordem religiosa/doutrinária e política, os quais pretenderam atingir amplo público leitor.

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas. A imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República (LUCA, 2008, p. 133-134).

O engajamento dos jornais cariocas, descrito por Tânia Regina de Luca, em atividades políticas, também ocorreu em Belém do Pará. Dessa forma, a reflexão crítica sobre as práticas de leitura vigentes também foi alvo de debates, pois, pensada como um ato individual ou coletivo, a leitura do romance estava acessível para parte⁶⁹ da população belenense, seja em livros ou jornais⁷⁰.

Nesse contexto, na presente seção analisaremos os posicionamentos de acordo a ordem em que se divide os subtópicos: primeiramente abordaremos as críticas detratoras sobre o romance, verificadas nos jornais **A Boa Nova** e **O Pelicano**; posteriormente, analisaremos a oposição entre as críticas presentes entre os dois jornais, relativos à defesa e/ou condenação das leituras pelas partes debatedoras; em seguida analisaremos a sequência de artigos **Leituras em famílias: antes da oração da noite**, publicada no ano de 1878 n'**A Boa Nova**, como parte integrante do projeto de Dom Macedo Costa voltado para a recomendação de leituras, e, ao final, concentraremos a análise nas recomendações inscritas em **O Pelicano**, por meio de notas e anúncios dos mais variados títulos verificados no periódico.

Assim, pretendemos inscrever, na história literária nacional, a presença significativa de assuntos literários em jornais religiosos oitocentistas, de forma a identificar a crítica ao

⁶⁹ Homens e mulheres com poder aquisitivo para a compra de livros e jornais foram os principais leitores destes romances, além dos que tiveram acesso à escolarização na época, porém, comerciantes, donas de casa, jovens e adultos iletrados também detinham acesso a essas leituras, pois a prática de leituras oralizadas, comprovada nesse período, foi causadora desse alcance a esses grupos sociais. Fonte: LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

⁷⁰ As pesquisas empreendidas pelo Grupo de Pesquisas em História do Livro e da Leitura (GEHILL), coordenado pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales (UFPA), bem como os estudos realizados pela professora citada, assim como as produções científicas da profa. Dra. Valéria Augusti (UFPA) e profa. Dra. Simone Cristina Mendonça atestam a significativa circulação e presença de periódicos, romances-folhetim, livros em diferentes edições e grande quantidade de exemplares em títulos estrangeiros disponíveis ao público leitor na Belém oitocentista.

romance e a outras leituras, as quais estavam atreladas aos projetos político-doutrinários destes jornais, os quais mantinham o desejo em frear e/ou incentivar as ideias e novos posicionamentos que o gênero forneceu ao público leitor.

4.1 Os inimigos da fé: o romance imoral e condenável

Gênero em ascensão no século XVIII, o romance foi tema de debates sobre sua prática de leitura e circulação na sociedade oitocentista. Primordialmente considerado um gênero menor, em comparação às Belas-Letras, o novo gênero, sob o viés da moral, foi condenado por persuadir os espíritos e as almas cristãs a caminhos e ideias viciosos.

Nesse sentido, **A Boa Nova** compreende o romance como fruto de uma modernidade revolucionária e contrária ao cristianismo. No artigo intitulado **O mal e sua cura**, publicado em 1º de junho de 1872, observamos uma das primeiras manifestações da redação ao declarar que estavam vivendo em uma luta contra um inimigo em comum aos cristãos católicos:

N'uma palavra a luta atual, é a luta da revolução contra a ordem estabelecida depor Deus, é a luta do paganismo moderno contra o Cristianismo, a luta do reino do mal contra o reino de Deus. Hoje já quase não se trata mais do combate entre a Igreja católica e as várias seitas que ainda professam o Cristianismo, os dois campos que se acham em face representam o primeiro, o reino de Jesus Cristo com o estandarte da Cruz, o segundo, o reino das trevas com a bandeira vermelha da revolução (**A Boa Nova**, 1872, nº 25, p. 1, **grifo nosso**).

O espírito combativo é presente contra o chamado “paganismo moderno”, termo possivelmente relacionado às decisões antisseculares em voga naquele período e já citado anteriormente nesta dissertação. Mas o que causa curiosidade é como os romances são inseridos nessa luta:

Para penetrar-vos mais desta verdade, vejamos como o paganismo moderno se manifesta na política, na filosofia, na literatura, na arte, na educação, n'uma palavra, em tudo o que hoje se celebra com o nome de luz e progresso do século dezenove [...]. E' em nome do materialismo, do ateísmo, condecorados com o nome de ciência que se quer roubar aos homens a fé em Deus, e a imortalidade da alma. **Os romances, a imprensa periódica espalha as doutrinas mais perniciosas, sobre Deus, a alma, a moralidade, a família, a vida futura** (**A Boa Nova**, 1872, nº 25, p. 1, **grifo nosso**).

No trecho acima, a preocupação não é somente com a moral, mas com a subversão dos pensamentos considerados corretos e benignos à conduta cristã, voltada a obedecer aos valores

da Igreja, em contrapartida à influência de “doutrinas perniciosas” que, por meio de livros, em “nome da ciência”, desejam “roubar aos homens a fé em Deus”. As possibilidades de relações com o escrito acima são algumas: no século em que reverberavam pensamentos iluministas e progressistas, muitos dos quais contrários ao que a Igreja pregava, houve intensos debates em torno da perda do poderio da instituição religiosa em contraponto à influência da Maçonaria, presente não somente na cidade de Belém, mas no Brasil como um todo, atuando de forma mais intensa na imprensa. Assim, tal doutrina e pensamentos antissecularistas podem ser o “mal” ou o “paganismo moderno” de que trata o artigo. O romance, assim como a imprensa, é alvo de crítica por ser instrumento da circulação dessas ideias e, portanto, merecedor de condenação em **A Boa Nova**.

Em **O Pelicano**, o romance é condenado apenas por uma voz dissonante das demais publicações no periódico: Raymundo Castello-Branco⁷¹ assina alguns artigos no jornal e, em 6 de outubro de 1872, escreve a seguinte afirmação:

Destas ciências, as que aproveitam mais ao homem moral, e que menos o prejudicam, são as *ciências sociais e jurídicas*.
 Das ciências sociais destaca-se a política, que é a ciência mais momentosa do mundo, mas tão pervertida como a *sabedoria*.
 A literatura de romances devia ser proscrita;
 Mas, fatalmente agrada tanto, que alguns moralistas têm adoptado o seu gênero, para serem lidos.
 Rousseau cita o exemplo d’uma moça, que quase enlouqueceu de paixão pelas perfeições de *Telêmaco*.
 Um médico notável fez a seguinte advertência: “A moça lê romances aos 11 anos, terá ataques de nervos aos 20.”
 O senso comum repele o romance.
 De mil poetas se tira um, que pode ser lido.
 A filosofia e as ciências naturais são muito úteis; mas, a escolha é muito difícil.
 A história ilustra as ciências propriamente ditas, e a ciência da sabedoria; mas deve ser narrada.
 As ciências positivas têm uma utilidade toda particular, não obstante os seus muitos defeitos.
 A ciência da moral peca no ascetismo.
 Não se confunda a ciência da moral com a moral, e com os moralistas. (**O Pelicano**, 1872, nº 31, p. 1).

O artigo intitulado “A sabedoria aplicada” inicia tratando da diferença entre paixão e sabedoria, a primeira contrária à segunda. Entretanto, afirma que a sabedoria não é contrária à instrução, porém, apenas as “ciências propriamente ditas” são instrutivas, destacando as leituras relativas à ciência como as que causam “menos mal” e os romances como uma leitura que

⁷¹ Não há informações sobre o autor no periódico em que escreveu, a pesquisa em outras fontes também foi infrutífera quanto à sua identidade ou ocupação.

deveria ser proscrita, proibida. Neste caso, não mais entendido como instrumento propagador de doutrinas perversas, mas contrário à verdadeira instrução, o romance é julgado por causar efeitos, entendidos à época, como negativos no leitor.

Novamente baseando-se nas ideias de Rousseau, o autor menciona o exemplo de uma moça que quase enlouqueceu ao ler **As Aventuras de Telêmaco** (1699), pelas “perfeições” do protagonista. Os desvios morais que esse romance pode causar são graves para o articulista, crianças de 11 anos não poderiam realizar determinados tipos de leitura, em que as tramas poderiam influenciar sua conduta até a maior idade, como descrito no artigo. Ora, meninas dessa faixa etária poderiam estar realizando a catequese, praticando leituras e ações religiosas, o caminho considerado correto a seguir, assim, o desvio ocorreria se elas lessem determinados gêneros, podendo corromper sua virtude de acordo com as influências das histórias lidas.

Tal pensamento acerca da leitura, como esclarece Márcia Abreu (2003, p. 267-268), já em século anterior, não era limitado à leitura de romances, mas à leitura como um todo: “A leitura em geral era vista como um risco para a saúde, pois o esforço continuado prejudicaria os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago, como adverte Simon-Andre Tissot (1728 - 1797), médico suíço [...]”. Em outro estudo da mesma autora, as motivações de censores portugueses no século XVIII são semelhantes e podem ser resgatadas no presente estudo no que concerne à tentativa de controle das práticas de leituras, mesmo aquelas com máximas morais, como citado pelo artigo, a “ciência da moral” também deveria ser proscrita, pois “os censores pensavam que a lascívia e as cenas impudicas poderiam ser mais atraentes, sobretudo quando ao enredo “amatório” se associava um estilo eloquente” (ABREU, 2007, p. 63).

Dessa forma, pelo argumento de uma “verdadeira instrução”, assim como pelos efeitos e sensações físicas que o romance causaria aos seus leitores, principalmente às leitoras, as leituras úteis e edificantes seriam as das ciências (que não expusessem nenhum tipo de conteúdo imoral) ou as cristãs, como defendido pelo mesmo autor em outro ensaio intitulado **Frutos da Sabedoria**, publicado em 20 de outubro de 1872:

Um pai disse á seu filho: <<Meu filho, estais emancipado, e vais entrar no mundo. Segundo os livros santos, ama a justiça, mas não morras por ela. <<Não morras por ela, isto é, filho da minha alma, não te apaixonones pela justiça, senão virás a ser injusto, e perecerás. >>
E esse filho, que amava a seu pai, como a sua alma, sempre foi prudente, cheio de equidade, e justo, e feliz.
E uma mãe disse para sua filha: <<Minha amada filha, tu vais te casar; sê uma mãe de família, sê como a mulher forte dos livros santos. >>
E essa filha, casada, foi uma esposa insipiente, e adquiriu celebridade, e caiu; E na sua queda, dentro do seu coração, dizia assim: <<A minha alma soberba já não tinha seiva; e, apaixonado meu coração, eu caí de todo...

<<Bem diz o livro que eu desprezei!.... (**O Pelicano**, 1872, nº 35, p. 2).

Nesse caso em particular, as afirmações de Raymundo Castello-Branco assemelham-se às afirmações inscritas em **A Boa Nova**, no que diz respeito às consideradas verdadeiras leituras edificantes e instrucionais, bem como na citação à figura da mulher, como exemplo a ser seguido, as mulheres dos livros santos deveriam ser referências para as jovens que desejassem obter a salvação da alma.

A preocupação em leituras realizadas por jovens mulheres é também presente em **A Boa Nova**. Assim como nos escritos de Castello-Branco, autores de leituras moralizantes são recomendados pelo jornal católico em 1º de janeiro de 1872, no artigo intitulado **Ensaio de discurso**, “recitado em uma das escolas dessa cidade”:

[...] pretendo hoje demonstrar que tal não acontece; que a Religião Católica é amiga do progresso e da civilização; que longe de fomentar a ignorância, procura ao contrário difundir na maior escala a instrução; e que a ela se devem os maiores sábios, os mais consumados artistas, e os homens mais eminentes, cujos nomes enchem de brilho as páginas da história. Para este fim acostar-me-ei principalmente a uma grande autoridade, Mr. de Chateaubriand, sem, contudo, sacrificar-me as minhas opiniões particulares [...] Em moralistas temos Fenelon, Massillon, Flechier, Pascal, Bossuet, La Bruyère, o marques de Maricá, o conselheiro Bastos, e tantos outros [...] a incredulidade nada pode produzir. Essencialmente negativa, ela é por isso mesma destruidora; é filha do demônio, que, como diz Goethe na sua tragédia Fausto, é o espírito que sempre nega (**A Boa Nova**, 1872, nº 01, p. 3).

O articulista, ao mencionar o discurso proferido em uma escola, demonstra a preocupação dos moralistas em utilizar de grandes escritores para defenderem seus posicionamentos e ideias, como vimos anteriormente. A menção a autores como Alexandre Herculano, Jean-Jacques Rousseau, entre outros, é frequente nos artigos publicados nos jornais, neste caso, a instrução por meio de autores moralistas é enfatizada na menção a François-René de Chateaubriand⁷², reconhecido como um grande defensor da fé católica.

A voz dissonante em **O Pelicano** inscreve um discurso muito similar ao d’**A Boa Nova**, fato que poderia contradizer o comportamento editorial da folha maçônica, mas que, possivelmente, é fruto de um posicionamento respeitoso a diferentes opiniões, mesmo que divergentes entre as demais publicações. No entanto, as semelhanças nos posicionamentos finalizam com o desaparecimento dos artigos de Raymundo no jornal maçônico.

⁷² Para saber mais: BRITANNICA, Encyclopædia. **François-Auguste-René, vicomte de Chateaubriand**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Francois-Auguste-Rene-vicomte-de-Chateaubriand>. Acesso em 10 mar. 2019.

Em 31 de julho de 1872, sob o título **O processo Junqua**, é noticiado em **A Boa Nova** a condenação de dois autores, antigos membros da Igreja, por terem escrito um romance com cenas e sentenças imorais, julgamento ocorrido na França:

O Sr. Peychez é acusado por ter publicado na Tribuna um romance intitulado <<Mistérios d'um Bispado>>; os seus co-réus, Junqua et Mouls, por terem fornecido os manuscritos desse romance.

O Sr. Peychez toma sobre si toda a responsabilidade da publicação dos Mistérios d'um Bispado.

O Padre Junqua, um dos atores da obra declara, que dela escreveu o prefácio, a famosa carta à sensação, a carta de amor; que redigiu o capítulo sobre a morte do conde de Florial, e que, a seu ver no livro não se encontra nenhuma palavra obscena; sem, contudo, tais palavras se acharem no romance, ele recusa a paternidade (**A Boa Nova**, 1872, nº 42, p. 2-3).

A publicação transcreve um trecho da sentença do julgamento ocorrido no tribunal do Jury do departamento do Gironde na França, porém, possui trechos de crítica próprias do impresso católico após explicações sobre o ocorrido. O romance e seus autores deveriam ser condenados pelo tribunal, em nome da fé católica. A redação declara-se contra as cenas odiosas contidas no livro:

Temos fé, dizeis-vos. Mas um homem que tem fé, não escreve as imoralidades que deslustraram vossa pena!

Nossa justiça não está ao serviço de ninguém, nem d'uma religião, nem d'um partido, nem d'um indivíduo. Servimos a lei e a liberdade.

A liberdade! Constantemente a temos defendido, e temos sofrido por ela!

Mas a liberdade que nós defendemos não é a vossa!...a vossa tem n'uma mão a espada e na outra um brandão, a vossa mata! (**A Boa Nova**, 1872, nº 42, p. 2-3).

Mistérios de um Bispado é tradução de **Les mystères d'un évêché: scènes du jésuitisme et de la rénovation chrétienne**, romance publicado em 1872, e de autoria dos condenados citados no artigo acima, Pierre-François Junqua (1821 – 1899) e Xavier Mouls (1822 -1878). O romance foi publicado na seção *Folhetim* no periódico **La Tribune de Bordeaux**, e após grande escândalo sobre a prosa ficcional, Mr. Peychez, dirigente do jornal, toma para si a responsabilidade da publicação. O romance denunciava os abusos de poder de clérigos ultramontanos, que receberam significativa atenção pela Igreja romana em 1870. Padre Junqua e Xavier Mouls foram contrários à Igreja ultramontana e integraram-se ao movimento separatista da Igreja Católica na França, fundando a primeira igreja Galicana⁷³ em Bordeaux.

⁷³ CABRAL, Alberto Carlos Rosa Ferreira das Neves. **O Galicanismo como fundamento dos princípios de 1789**. 2016. Disponível em: <https://promariana.wordpress.com/2016/01/25/o-galicanismo-como-fundamento-dos-principios-de-1789/>. Acesso em 10 mar. 2019.

De acordo com suas biografias virtuais, as casas dos padres foram invadidas pela polícia após a publicação de **Mistérios de um Bispo**, posteriormente, os sacerdotes foram proibidos de usarem suas batinas e, desobedecendo às ordens, participaram de um julgamento que os condenou à prisão e exílio⁷⁴. O fato ocorrido, com clara reverberação na longínqua província do Grão-Pará, comprova a integração da imprensa local aos acontecimentos em outros países, fornecendo a devida atenção a crimes relacionados à escrita e circulação de romances, com integrantes do clero envolvidos.

Em 19 de maio de 1877, o artigo **Livros perniciosos**, ainda na folha católica, chama a atenção ao tratar os livros perversos como causadores de algumas ações condenáveis pela Igreja, inserindo estes livros como frutos do que nomeiam de “tempos modernos”, um período de atitudes odiosas contra a religião:

Os livros perversos e irreligiosos são a peste da sociedade, pelas ruínas e estragos que causam no mundo às almas. A eles se devem as inumeráveis heresias que tem combatido a fé, seduzindo grandes talentos, roubado à Igreja nações inteiras.

A quem se deve, nos tempos modernos, a piedade quase extinta, desterrando o pudor, dominando a malícia, as paixões com a máscara da virtude, a virtude reputada uma vileza, essa universal licença de duvidar em matéria de religião, de negar, de caluniar, de ridicularizar, de sofismar sem reserva?

A quem se devem as revoluções no século presente, a anarquia na política, a impiedade no religioso, tantos sistemas filosóficos e econômicos inimigos do Cristianismo?

Quem bem pensar há de necessariamente dizer: **toda essa barafunda de erros, de crimes, de estragos, tem por origem os maus livros, enciclopédias, dicionários, ensaios, folhetos, poesias, histórias, romances, almanaques, jornais e mil outras pestilentas produções, que o gênio do mal propaga por toda a parte.**

O inferno não possui arma mais mortífera e poderosa que a imprensa ímpia, para sujeitar a incauta mocidade, extraviando o seu entendimento.

Um livro ímpio fala e fala eternamente, e leva o seu veneno às regiões mais remotas, e se estende a mais que uma geração. (**A Boa Nova**, 1877, nº 39, p. 2, **grifos nossos**).

O mal propagado pelas leituras consideradas ímpias não se limita à ameaça à moral e aos bons costumes da época, mas sim, e talvez principalmente, por influenciar ideias e comportamentos nos diferentes meios culturais e políticos. Ao citar o termo relativo ao considerado modernidade pelo jornal, ações dela recorrentes ou pelo menos presentes na sociedade do período, o redator enfatiza o antagonismo entre a Igreja, a fé e a religião contra o período moderno, as revoluções do século, a luta contra o secularismo.

⁷⁴ TEYSSOT, Thierry. **Pierre-François Junqua**. Disponível em: <http://www.gallican.org/junqua2.htm>. Acesso em 10 mar. 2019.

Os adjetivos são enfáticos, “maus livros”, “pestilentas produções”, e o tom acusatório é frequente em produções como essa, de condenação aos livros ditos “perversos e irreligiosos” que provocariam heresia e anarquia política. Os mencionados “inimigos do Cristianismo” seriam aqueles que propagam tais leituras, bem como os que as leem, inserindo esses indivíduos em um local de extremo repúdio pela Igreja e seus fiéis.

A discussão sobre a influência de leituras na condução de atos contrários ao poderio clerical, as ditas “revoluções no século presente”, integra uma conjuntura política altamente preocupante para os eclesiásticos, detentores de poder e porta-vozes de uma verdade considerada absoluta, a qual se delineava, cada vez mais, para a desconstrução de seus preceitos e valores:

A preocupação com a leitura, tomada mais aguda nessa época, articula-se, como sabemos, a razões conjunturais. O desenvolvimento de uma imprensa e de uma literatura de propaganda republicada ou socialista inquieta intelectuais de diferentes instâncias de poder. Esse é um tempo em que as certezas seculares vacilam, em que os modelos tradicionais não são mais garantias de eficácia. As contradições e os conflitos nascidos no embate entre a Igreja e a modernidade podem se exprimir nesse discurso de veto à leitura. O debate político que sacode com violência a República nascente encontra, no impresso – livro ou jornal – um suporte de expressão (PAIVA, 1997, p. 62).

O discurso do veto ao romance por Frei Pedro Sinzig (1876 – 1952), estudado por Aparecida Paiva (1997) em seu objeto de pesquisa, o livro **Através dos romances: guia para as consciências (1915)**, verifica-se também no século XIX, em Belém do Pará, sob a tutela de Dom Macedo Costa, o qual, assim como Sinzig, também se dedicou a guiar as leituras de seu público, conduzindo-os a uma instrução cristã, voltada, primordialmente, para a conduta ideal que pregava e contrária às novas ideias que surgiam ao longo do século.

Dessa forma, **A Boa Nova** empreende seu discurso a favor de uma moralização voltada à “verdadeira instrução”, para a condução de bons comportamentos, desejáveis aos filhos e filhas cristãs. Em 27 de fevereiro de 1878, em artigo intitulado **É preciso ler com atenção**, publica:

Assim, enquanto aos livros. Os ímpios mais enraivados, os mais corrompidos pelos perniciosos efeitos dos maus livros não desconhecem, antes tem afirmado, como o faria um católico fervente a feliz e salutar influência dos bons. Entre muitos outros, a história moderna atesta nos um facto, que de *per si* prova o que vimos dizendo. Um dia Diderot encontrou um volume das suas próprias obras nas mãos de sua filha; tirou-lhe como se fora veneno, e deu-lhe, em lugar d’ele, o catecismo da doutrina cristã. Conta também um escritor francês, chamado Beauzée que tendo ido um dia a casa de Diderot encontrara

ensinando o catecismo a sua filha <<Ele que não podia deixar de perceber a minha surpresa, relata o citado escritor, antecipou-se a dizer-lhe: <<Pois que melhor fundamento posso eu dar a educação de minha filha, para que venha a ser um dia o que deve ser; filha respeitosa e terna, digna esposa e boa mãe? E’ preciso, no fim das contas, convir em que não há moral que valha a da Religião, nem que se firme em tão poderosos motivos. >> (A Boa Nova, 1878, nº 17, p. 2).

No artigo acima é retomada a preocupação de jovens meninas em contato com determinados tipos de leituras, enquanto que a recomendação seria sempre a realização de leituras da doutrina católica, como mencionada no exemplo de Denis Diderot (1713 - 1784). A proibição de sua própria produção em respeito à educação de sua filha demonstra a atenção dada a leituras que poderiam influenciar as ações e pensamentos dessa criança. Para ela crescer e tornar-se uma “filha respeitosa e terna, digna esposa e boa mãe”, era preciso dar-lhe o “melhor fundamento”, ou seja, romances e leituras filosóficas não seriam úteis para o caráter da jovem e sim a moral religiosa, o catecismo cristão.

A desconfiança que filósofos como Voltaire, Rousseau e Diderot trataram o romance⁷⁵, mesmo eles sendo escritores do gênero, é utilizada pelo articulista para reafirmar a condenação a esses livros, pois, embora respaldados em preceitos morais ou religiosos, também eram dignos de desconfiança:

Também os livros sagrados, ou, de qualquer maneira, os livros religiosos, são um perigo para as “mentalidades fracas”, sobretudo os que apresentam mais motivos narrativos; não só e não tanto porque ali se podem esconder máximas heréticas ou ardis diabólicos [...] – não tanto por isso, mas porque deixam a mente livre para fantasiar. [...] (SITI, 2009, p. 166-167).

Mesmo não mencionado nesse artigo, pode-se entender que todo livro distante do que propõe a Igreja e seus representantes, para ser lido, é considerado pelo redator como imoral e se afasta da “verdadeira religião”. A luta empreendida pela Igreja, referida em artigos anteriores, novamente é exposta em favor de uma batalha contra maus livros e maus jornais:

Outro tanto dizia Rousseau e muitos outros. A história é fecundíssima em factos desta ordem. **Os maus livros e maus jornais é mister guerreá-los, persegui-los e evitá-los, como se faz ao tigre, a serpente, a peste, ao veneno, ao ladrão, ao assassino.** E’ um dever impreterível de todo o homem de bem, dever, que pelas circunstâncias dos tempos que atravessamos, assume as proporções d’um dever, absolutamente indeclinável cuja transgressão é de máxima responsabilidade (A Boa Nova, 1878, nº 17, p. 2, **grifo nosso**).

⁷⁵ MATTOS, Franklin de. **A Cadeia Secreta: Diderot e o romance filosófico**. Ilustração de Simone Rebelo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

Sobre tais afirmativas, não é à toa que tantas acusações contra **O Pelicano** e demais jornais maçônicos são difundidas entre as publicações d'**A Boa Nova**. Os jornais, assim como os romances, são comparados a criminosos, “ladrão”, “assassino”, aquele que rouba ou mata o indivíduo que deles se utilizarem, lerem e tomarem para si suas ideias e ações corruptas. Aliar-se a essa imprensa condenada pelo jornal católico, lendo-a e comprando-a, seria o mesmo que tomar o veneno para seu suicídio moral. Mas além de evitar tais leituras, é preciso combatê-las, persegui-las, ou seja, os embates são fundamentados pelo dever de rechaçar os “maus jornais” e “maus livros”, mais especificamente, o romance, além de guerrear contra aqueles que os escrevem ou divulgam, enquanto leitura perigosa às almas, mentes e corações cristãos.

4.2 Luz e escuridão: embates entre a condenação e recomendação de romances

A Boa Nova e **O Pelicano** não apenas divergiram em seus posicionamentos político-doutrinários contrários, como também debateram sobre a publicação e recomendação/condenação de romances.

Em 1872, no mês de agosto, foi publicado o folhetim **O Jesuíta**, no jornal maçônico **O Pelicano**, narrativa ficcional, aparentemente, do relato de um ex-sacerdote da Companhia de Jesus, em que prevalece a crítica às ações e pensamentos de seus integrantes. Tal publicação, citada como romance pelo jornal católico, foi veementemente repudiada pela **Boa Nova** em uma refutação com “esclarecimentos” sobre a vida do autor anônimo:

O Pelicano, papel maçônico desta província, está publicando em folhetim um dos romances mais infames – O Jesuíta pelo padre ***. Há deste autor outros romances, do mesmo jaez que são O maldito, A Freira, e o Frade.

Como agora está em moda atacar o Catolicismo sob a denominação do Jesuitismo e todos os verdadeiros católicos são alcunhados de Jesuítas, escolheu o órgão da Maçonaria Paraense a primeira d'aquelas obras para apresentá-la como um bom pratinho (infelizmente bem requentado) aos seus leitores.

Todas as obras do Padre*** são libelos difamatórios contra tudo que a Religião Católica tem de sublime, elevado e consolador em si.

Entrando com pés de lã no coração dos seus leitores, trabalha depois como hiena e arranca uma por uma todas as crenças cristãs, deixando-o desolado, vazio e sem esperanças (**A Boa Nova**, 1872, nº 45, p. 3).

Assinado por “Aliquis”, o artigo expõe a condenação aos títulos escritos pelo mesmo autor de **O Jesuíta** e descreve brevemente relatos de sua vida particular. Nomeado padre Lâche,

residente em França, o sacerdote foi suspenso de suas atividades sacerdotais devido a uma “vida imoral”:

Havia em Paris um padre suspenso, por causa da vida imoral que tinha levado, chamado Lâche. Vivia de fazer correspondências e de fazer regularmente artigos para diversos jornais e travou conhecimento com Ernesto Renan por afinidade de ideias. Nunca porém assinava o Padre Lâche os seus artigos, mas mandava inserir n’alguma nota do jornal: <<Um dos membros mais proeminentes do clero francês; um dos sacerdotes mais talentosos, que deseja conciliar a igreja com o século atual, etc.>>; conseguindo dessa sorte iludir os escândalos (**A Boa Nova**, 1872, nº 45, p.3).

Joseph Ernest Renan (1823 – 1892) foi escritor, filósofo, historiador, filólogo e teólogo francês, autor do livro **A Vida de Jesus** (1863), condenado pelo periódico católico assim como o romance de padre Lâch. Este foi correspondente e amigo de Ernest Renan, adjetivado como “hipócrito”, possivelmente por ter escrito o romance condenado, mesmo integrando o clero:

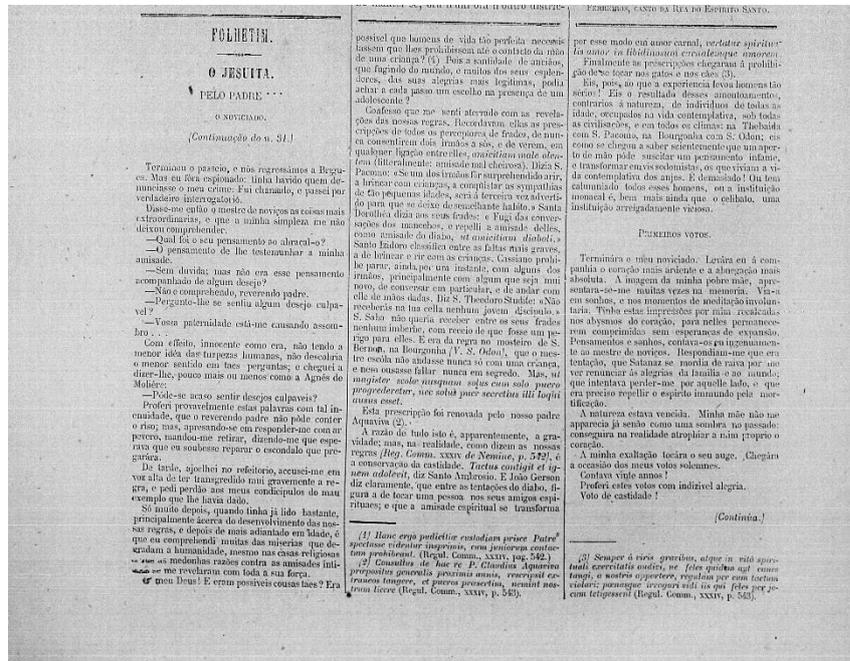
Lâche, este sacerdote desgraçado, era o colaborador principal de Ernesto Renan na elaboração da **Vida de Jesus**. Ninguém suspeitava em Paris semelhante coisa, bem como também não se sabia ser ele o autor do Maldito, porque ele representava o papel de hipócrito e frequentava de vez em quando os sacerdotes mais zelosos e piedosos de Paris (**A Boa Nova**, 1872, nº 45, p. 3).

Ernest Renan posicionou-se de maneira polêmica ao escrever sobre a necessidade da separação entre poder temporal e espiritual, ou seja, a separação entre o poder político exercida pelo Vaticano sobre os civis e a influência de comando sobre a igreja e quem dela faz parte, ou seja, tudo o que a Igreja católica paraense rechaçava em suas páginas, ao defender veementemente a infalibilidade papal e a necessidade de manter Estado e Igreja aliados nas ações sobre a sociedade. Em **A Vida de Jesus** esse posicionamento é reafirmado, portanto, não é de se admirar a caracterização da produção do autor como “obra ímpia” pelo jornal paraense católico.

Atualmente, o livro encontra-se categorizado no gênero espírita, o qual aborda as origens do Cristianismo e contém explicações sobre os escritos e figuras cristãs à luz da História e Teologia e possui edições impressas com tradução para o português brasileiro à venda. Tanto autor quanto livro foram de grande importância na vida política e histórica brasileira, com

comprovada influência do historiador francês ao Imperador Dom Pedro II e demais intelectuais brasileiros, devido ao livro citado acima, bem como outras produções de Ernest Renan⁷⁶.

Figura 10: Folhetim “O Jesuíta”, **O Pelicano**, 1872



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em 15 de agosto do mesmo ano, **O Pelicano**, em sua edição nº 16, refuta a publicação católica, com acusações contra o periódico, citando a conduta hipócrita de seus redatores e afirmando serem mentirosas as declarações de **A Boa Nova**. Tal refutação foi escrita na coluna **A Pedido**, voltado para cartas de leitores, porém, sem assinatura no artigo. Possivelmente a coluna serviu para esconder o verdadeiro autor do reclame, o qual poderia ser um dos integrantes da redação do jornal:

A propósito do folhetim que está sendo publicado neste periódico sob a denominação—*O Jesuíta*—pelo padre ***, trouxe o papel jesuítico de 10 decorrente, uma tão extensa, quão narcótica história, tendo um cabeçalho cheio de palavreados com ares de tudo quanto é verdadeiro, honesto, justo, santo e amável.

E assim, entrando com pés de lã no coração dos seus leitores, trabalha como hipócrita para incutir no ânimo de todos, aquilo que não tem o mais leve cunho da verdade.

E é desta forma que se pretende os foros de imprensa moralizada e verdadeira!

⁷⁶ Para saber mais: RUDI, Thiago Augusto Modesto. A grande missão do século XIX e a escrita da história de Ernest Renan (1848-1863). 2014. 158 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121975>. Acesso em 04 jan. 2020.

A redação da Boa Nova, porém, não querendo responsabilizar-se pela soporífera história, mandou publicar em apedido, na secção dos engodos, e porquê?

O seu *Aliquis* não lhe merecerá confiança para que o seu artigo tivesse as honras de publicação editorial? (**O Pelicano**, 1872, nº 16, p. 1).

Aparentemente, é possível que os redatores d'**O Pelicano** tivessem conhecimento do verdadeiro nome de quem escreveu as acusações na folha católica, ao questionar o artigo e o pseudônimo utilizado. Sequencialmente, prossegue o texto com trechos do prólogo da publicação do padre *** (nomeado Lâche pela **Boa Nova**), em que o autor defende a utilização do gênero romance em seus escritos:

Saem do quadro ordinário dos romances os dois livros que tenho publicado — **O Maldito e Freira**—. Se neles adoptei a forma do gênero literário que mais agrada em o nosso tempo, e no qual, devo confessá-lo humildemente, sou bastante noviço, foi para servir de órgão popular a ideias serias, e que tem intima relação com os mais importantes interesses da nossa civilização (**O Pelicano**, 1872, nº 16, p. 1).

A ideia defendida é que sua escrita foi elaborada no ‘formato’ do novo gênero, pois seria o que mais atrairia o público leitor. Ele pede desculpas por sua escolha, mas afirma ser esse um modo mais eficiente de propagar suas ideias. A explicação sobre o tema de seus livros talvez seja o motivo principal da condenação redigida n'**A Boa Nova**:

Compreendi, com as turbas, que a alma humana não vive sem religião; e elas acharam, comigo, a explicação do enigma que as atormentavam, em face de uma Igreja depositaria oficial do cristianismo, que parecia não querer guiá-las em seus destinos espirituais, senão sob condição de as subjugar com o jugo da teocracia, com a qual se não casa a liberdade. Cristãos sem a liberdade que constitui o homem, homens sem a religião que constitui o homem, homens sem a religião que contem o cristianismo, resumia-se tudo em um antinomia assustadora. Tinham razão as turbas, que vivem de seus poderosos instintos, de se entristecerem ao contemplar o problema doloroso que o século XIV lhes estabelecia: o enfraquecimento social com as crenças tradicionais; as grandezas sociais, o progresso, com uma espécie de ateísmo! (**O Pelicano**, 1872, nº 16, p. 2).

A liberdade religiosa é enfatizada no escrito acima, e a denúncia de um Cristianismo que não se pauta no respeito e sim no fanatismo é descrita nas linhas seguintes, como uma crítica ao que estaria ocorrendo na Igreja naquele período. Finalmente, a crítica ao seu livro é citada:

Quisera que a escola ultramontana, teocrática e formalista, que eu combato com lealdade nos meus livros, me respondesse também com tal de qual lealdade.

Tenho procurado em vão, nos periódicos e mais publicações desta escola, uma página de discussão séria e serena comigo. Começou ela, quando saiu à luz *O Maldito*, por espalhar no público religioso um livrinho, distribuído com profusão, no qual participava ao mundo que eu era um padre suspenso, sustentado pelas esmolas dos presbíteros parisienses e ainda por cima um miserável a quem um célebre banqueiro de Paris, há pouco em luta com os tribunais, e cujos haveres se achava, e, risca, cumprira, por mesquinha soma, o seu manuscrito, a fim de especular com ele para restabelecer o equilíbrio dos seus cofres. A invenção não era brilhante, e poucos foram os crédulos que a aceitaram (**O Pelicano**, 1872, nº 16, p. 2).

Mesmo de origem francesa, ao compreendermos que, assim como o Bispo do Pará, os maçons também possuíam repertório de leituras estrangeiras, é compreensível que tal polêmica tenha tido espaço nos jornais. Atentos às notícias do exterior, com coluna específica nos periódicos para esse tipo de divulgação, os representantes de cada folha demonstraram-se interessados e cientes do que estava ocorrendo fora do país.

O autor do livro criticado dirige suas críticas aos ultramontanos, também inimigos da folha maçônica e ainda rebate as acusações sobre sua trajetória pessoal, inscritas n' **A Boa Nova**, porém, ao que parece, o escritor não nega a religião católica, mas pretende divulgar uma “transformação religiosa”, a qual não se afastaria dos preceitos da ciência, nem pregaria “dogmas negativos”, mas que fosse uma instituição flexível quanto às transformações ocorridas social e cientificamente na sociedade. Sabemos que a Igreja paraense era contrária às modificações que ameaçavam seu poderio perante a sociedade, portanto, tal pensamento seria alvo de críticas por parte da redação católica.

Interessante observar a conduta de padre Lâche ao explicitar sobre o seu processo de escrita, em que ele considerou, no gênero romance, meio eficaz para alcançar um público leitor, para transmitir sua mensagem acerca de um posicionamento relativo à conduta religiosa. Tal informação comprova, de certa forma, a valorização que o novo gênero detinha para a parcela leitora da época, interessada nesse tipo de publicação.

Os confrontos quanto a leituras continuam nos meses seguintes do mesmo ano entre os periódicos. Em 21 de setembro, na edição nº 56, **A Boa Nova** articula sobre o livro **O Inferno**, citado como romance pelo jornal e recomendado por uma ‘certa imprensa’ que ‘ridiculariza os dogmas da pena eterna’:

Ocorrem-nos estas considerações ao ver impresso em a nossa língua, um livro intitulado – **O Inferno** – onde o dogma das penas eternas é ridicularizado.

Uma certa imprensa, recomenda a leitura d’este livro, e recomenda a muito mais, porque o livro já foi condenado pela Sagrada Congregação do Index. Quando o lobo se aproxima das ovelhas, diz S. Francisco de Sales, devemos gritar: aí vem o lobo – O romance – **O Inferno** – tem por fim negar a existência d’um lugar de tormentos e penas eternas na outra vida, lugar a que chamamos inferno.

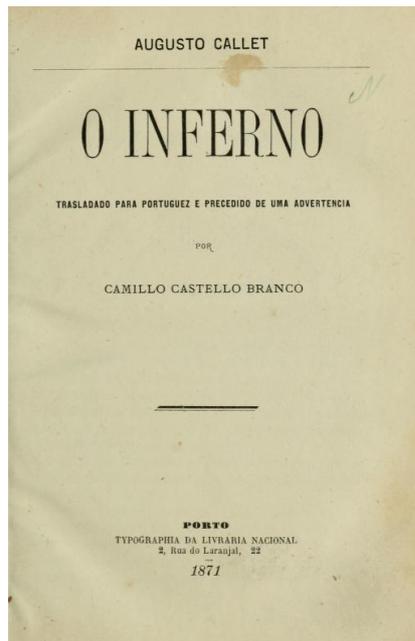
[...]

Cumprimos um dever de escritor católico dizendo que o romance de Augusto Callet – **O Inferno** – traduzido em português, é ímpio e condenado pela Igreja (**A Boa Nova**, 1872, nº 56, p. 3).

O intitulado romance, na verdade, é uma compilação de ensaios retratando como a existência do inferno cristão é interpretado por diferentes vieses: o religioso, o filosófico, entre outros. Auguste Callet (1812 – 1883), autor francês, foi jornalista e político na Segunda República Francesa, porém, não há maiores informações sobre sua vida e seus posicionamentos além disso.

De acordo com a redação d’**A Boa Nova**, o livro está inscrito no **Index Librorum Prohibitorum**, importante documento católico sobre obras proibidas pela Igreja, com última edição datada de 1948, abolido apenas em 1966 pelo Papa Paulo VI. Estiveram nesse índice grandes autores da Literatura como Victor Hugo, Stendhal, Émile Zola e até Ernest Renan, dentre outros autores e obras, como filósofos e historiadores. A menção a uma obra condenada e censurada sendo propagada por “uma certa imprensa”, justamente pela sua condenação, é essencial na compreensão do embate entre a imprensa religiosa e Literatura, o guerrear contra “maus jornais” fica evidente neste artigo, pois não somente a circulação da obra deve ser combatida, mas igualmente os jornais que a recomendam.

Figura 11: Edição portuguesa d’**O Inferno**, de Auguste Callet, traduzido por Camilo Castelo Branco, 1871



Fonte: Arquivo.org

O Inferno, de origem francesa, foi traduzido para o português em 1871 por Camilo Castelo Branco e há uma advertência acerca da produção, mais favorável do que o artigo católico, na qual o autor português admite tratar-se de um livro condenado, mas que não causa aversão para a leitura, aconselhando ele, aos cardeais, responsáveis pela condenação (provavelmente se referindo ao Índice), maior preocupação com outros títulos “menos procurados sem a chancela da proibição”:

O autor, conquanto excomungado, usou a cristã bem-querença de prevenir-me de que a sua obra estava condenada. Decidi logo que o livro não seria de todo mau. E, depois que o li, reflexionei que os cardeais seriam mais discretos esquivando-se a dar voga a escritos que andariam menos procurados sem a chancela da proibição.

A mim me quer parecer que o *Inferno* de Calet sairia com foros de ortodoxo da assembleia dos primitivos cristãos, quero dizer, dos seguidores de Jesus Cristo (CASTELO BRANCO, 1871).

Camilo Castelo Branco esteve presente n’**A Boa Nova** e o próprio jornal o prestigia em outros momentos na apresentação do trabalho do autor como tradutor de biografias de santos, em publicações com sua assinatura. Porém, o mesmo escritor traduziu a obra considerada ‘ímpia’ pelo periódico que o exalta, o que pode confundir o leitor quanto a essa constatação.

O artigo que condena o livro traduzido por Castelo Branco foi assinado por Luiz Maria, figura desconhecida na pesquisa, pois não há esclarecimentos sobre quem seja. Podendo ser uma voz dissonante no impresso, não se ateuve a mencionar Camilo Castelo Branco como um dos tradutores da referida obra, portanto, sua crítica dirige-se especificamente a Auguste Callet e sua produção. O articulista finaliza seu texto reafirmando a condenação para com a leitura: o romance deve ser rechaçado e condenado também pelo público leitor.

A Boa Nova retoma o assunto em dezembro do mesmo ano, na edição nº 83, citando o que presencia na folha maçônica, além da defesa de Auguste Callet:

Assim, n'uma página do Pelicano vemos Voltaire, Rousseau, Pelletan, considerados grandes filósofos, n'outra, são homens loucos, ateístas, propagadores de princípios falsos e cheios de corrupção. Voltaire, Rousseau e Pelletan são escritores ímpios, inimigos figadais da Religião e por isso não nos admira rejeitem a inspiração dos livros santos. Mas são porventura tais autores autorizados para os católicos? E' preciso muita inépcia para cometer tais [*sic*] deslates. Lutero e Calvino, progenitores do protestantismo, podem ser mestres do [*sic*] maçonismo mais jamais aceitos pelos católicos. Dois heresiarcas citados como autoridades! Não acreditaríamos em tamanha tolice, si não a houvéssemos lido no periódico maçônico (**A Boa Nova**, 1872, nº 83, p. 2).

A contradição no elogio a determinados autores é mencionada pela **Boa Nova** como se tivesse sido presente no periódico maçônico. O que se pode compreender no trecho acima é que filósofos como Voltaire, Rousseau e Pelletan⁷⁷ em um determinado momento são elogiados pelos maçons, e em outro momento, são tidos como loucos. De qualquer forma, para a redação católica, esses filósofos são “ímpios e inimigos da Religião”, os quais rejeitam os livros santos e, portanto, rejeitam a palavra cristã. Assim como Lutero e Calvino são mencionados como propagadores do maçonismo, recusados como legitimadores da religião cristã pelos católicos. As acusações são veementes quanto a oposição específica sobre os escritores mencionados. Compreende-se que não somente esses nomes não possuem aceitação e importância para a Igreja ao tratar de assuntos religiosos e políticos, assim como suas ideias devem ser recusadas pelo público.

O Pelicano responde a condenação em 29 de dezembro de 1872, na edição nº 55, rebatendo quase que sentença por sentença declarada em **A Boa Nova**. Em uma de suas considerações, o redator do artigo (desconhecido, por não haver assinatura), argumenta:

⁷⁷ Pierre Clément Eugène Pelletan (1813 – 1884) foi filósofo, jornalista e político francês. Foi iniciado maçom em 1864. Amigo próximo de Lamartine, Pelletan foi crítico de Napoleão III e defensor de ideias progressistas.

Causa nojo quanto escreveis e dizeis no vosso jornal! Se respondemos a estas e quejandas tolices vossas, é com o intuito único de que elas não passem em julgado, e não caem no espirito dos menos instruídos, que tudo aceitam sem reflexão nem exame.

Quanto à autoridade de Callet, do *tal* Callet, como amavelmente dizeis, venha em nosso auxílio a opinião de C. C. Branco, que é autoridade para vós, que como tal o citais na *resumida* biografia de Ignácio Loyola! (**O Pelicano**, 1872, nº 55, p. 1).

O romance condenado fora traduzido e defendido por Camilo Castelo Branco, este que também escreveu uma biografia de Santo Inácio de Loyola⁷⁸, publicada pela **Boa Nova**. A partir desse conhecimento, o jornal maçônico afirma que a folha católica demonstra-se contraditória em suas declarações, ao mesmo tempo que condena este livro, publica outras produções do mesmo autor que o traduziu:

“Ora lede este livro que se vos oferece em português corrente, e dizei, se, apagado o inferno, não será possível acender farol mais humano e mais divino pelo qual se norteie a posterioridade da pecadora Eva, esta imensa família de hoje, estigmatizada seis mil anos antes.”

Ora, aqui tendes o autor da biografia do vosso *querido santinho*, falando como mestre do talento de Callet, e da bondade e grandeza do livro condenado pelos cardeais da cúria romana. (**O Pelicano**, 1872, nº 55, p. 1).

Anteriormente, no jornal católico, é defendido ainda que filósofos como Voltaire, Rousseau, entre outros, não são dignos do público cristão, descritos como “escritores ímpios”, além de citarem os escritores protestantes Lutero e Calvino acusados de “serem mestres do maçonnismo”, posicionamento rebatido veementemente pela folha maçônica:

6.º tópico. “*Lutero e Calvino, progenitores do protestantismo, podem ser mestres do maçonnismo, mas jamais aceitos pelos católicos. Dois heresiarchas citados autoridades, etc.*”

São opiniões, senhores da “Boa Nova”. Questões de gosto ou de preferência.

7.º tópico. “*Demais, Lutero e Calvino não rejeitaram a inspiração e autoridade das Escrituras. Antes se apoiaram nelas.*”

Não dizíamos que a “Boa Nova” mete os pés pelas mãos?

Acolá, Lutero e Calvino são considerados como ímpios, inimigos fígadais da igreja, progenitores do protestantismo, mestres do maçonnismo, homens sem consciência nem autoridade: aqui são considerados como amigos da igreja, excelentes autoridades, excessivamente católicos, não progenitores do protestantismo, não mestres do maçonnismo, pois que não *rejeitaram a inspiração e autoridade das Escrituras. Antes se apoiaram nelas!*

⁷⁸ O fundador da Companhia de Jesus nasceu no Castelo de Loyola, em Azpeitia, região basca ao norte da Espanha, em 1491. Filho de família cristã da nobreza rural, o caçula de 13 irmãos e irmãs foi batizado como Iñigo. Mais tarde, entretanto, mudaria seu nome, passando a assinar Inácio. Fonte: **Santo Inácio de Loyola, o fundador**. Disponível em: <http://www.jesuitasbrasil.com/newportal/institucional/santo-inacio-de-loyola/>. Acesso em 18 jan. 2019.

E para que se apoiaram eles na autoridade das Escrituras? Não nos diga a Sr.^a D. “Boa Nova”, conhecida no bairro como mulherzinha cheia de má fé, contraditória, excessivamente ignorante?! (**O Pelicano**, 1872, nº 55, p. 2).

O sarcasmo nas palavras da redação maçônica é evidente. A visão sobre os posicionamentos d’**A Boa Nova** pelo jornal maçônico é de uma Igreja antiquada, a qual age de má fé para com seu público, sendo ainda intolerante e ignorante quanto às leituras e autores citados. A instrução desses redatores também fica evidente, são homens letrados, de grande repertório literário, os quais não deixam de argumentar baseando seus posicionamentos nas leituras eruditas citadas.

Outra resistência relativa à leitura de romances entre os dois periódicos foi **Cornelia Bororquia ou a vítima da Inquisição**, escrita por Luis Gutiérrez, publicada em 1801 na França e posteriormente na Espanha, com grande sucesso editorial em sua época. **O Pelicano** a cita como uma das comprovações de injustiças causadas pela Igreja, em um artigo com acusações dos ‘absurdos’ do jesuitismo na igreja católica:

<<Cornelia Bororquia, mulher de rara formosura, foi queimada vida na praça de Sevilha por não ter querido aceder aos impuros desejos de certo arcebispo que, raivoso por não conseguir os seus depravados fins, entregou a raptada vítima aos tratos inquisidores.

[...]

O facho inquisitorial, diz a história, queimou milhares de vítimas inocentes, o jesuitismo usou dos maiores excessos, servindo-se até do sigilo do confessionário para consumir os seus hediondos planos; mas, o consciencioso e inabalável católico, não modifica suas crenças nem foge da Igreja, **porque dentro dela haja homens capazes de fazer do altar um balcão e da consciência uma balança de comércio.** >> (**O Pelicano**, 1872, nº 4, p. 2, grifo nosso).

Cornelia Bororquia foi um romance epistolar no qual a jovem protagonista é raptada pelo Arcebispo de Sevilha, que a levou para a prisão do Santo Ofício, acusada de ser ateia, mas que na verdade era objeto de paixão do Arcebispo. As cartas denunciam a hipocrisia e o abuso de poder do bispo, assim como critica a intolerância religiosa e a imoralidade na figura eclesiástica. No trecho “porque dentro dela haja homens capazes de fazer do altar um balcão e da consciência uma balança de comércio”, a crítica volta-se novamente para o abuso de poder dos representantes da Igreja, não só sobre a censura realizada por eles, mas pelo comércio instaurado na doutrina, sugerido pelo **Pelicano**. É preciso pagar pela sua salvação e pelo perdão dos pecados cometidos, aos que se consideram porta-vozes divinos. Tal crítica está relacionada

à trama de Cornelia no que diz respeito à época em que a narrativa ocorre, durante a Inquisição Espanhola.

A Boa Nova considera a produção como meio de difamar os “ministros da religião” e nega como história de fatos:

- **Cornelia Bororquia**, mulher de rara formosura, foi queimada viva na praça de Sevilha por não ter querido aceder aos impuros desejos de certo Arcebispo que, raivoso por não conseguir os seus depravados fins, entregou a raptada vítima aos tratos inquisidores.

Sabemos que esta historieta teve voga em romances, cujo fim era desonrar os Ministros da Religião, torná-los odiosos, mas nunca a lemos historiador sisudo.

Agora mesmo recorremos de novo aos historiadores, que temos à nossa disposição, e nada encontramos acerca das façanhas desse certo Arcebispo.

Supondo, porém, a verdadeira fábula de Cornelia Bororquia, o que provaria isso? E’ que houve desgraçadamente um Arcebispo esquecido de seus sagrados deveres, que chafurdou-se no lodaçal dos convícios.

Ora nos que não defendemos a impecabilidade do Pontífice romano, estamos longe de admiti-la em um Arcebispo ou Bispo. (**A Boa Nova**, 1872, nº 40, p. 1).

Nos dois periódicos a história de Cornelia é tida como verídica, mesmo sendo de conhecimento dos redatores sua publicação como romance. A principal crítica do jornal católico quanto a esta produção é a tentativa de difamação dos Ministros da Religião, em “torná-los odiosos” por meio da trama que acusa um clérigo de ações imorais. A interpretação, sobre o romance tratar-se de algo verídico, advém da declaração do próprio autor espanhol no prefácio da obra, ao declarar como história verídica, utilizando de uma das famosas estratégias do romance moderno em despertar a curiosidade do leitor por meio da escrita de uma história baseada em fatos reais.

Figura 12: Edição francesa de **Cornelia Bororquia ou a vítima da Inquisição**, Luis Gutiérrez, 1803



Fonte: Arquivo.org

O romance ainda foi publicado na seção *Folhetim*, no jornal **O Santo Officio**, em 1874, possivelmente também como forma de utilizar a narrativa para enfatizar o posicionamento do jornal, manifestadamente contrário às figuras religiosas e suas ações intolerantes na região à época⁷⁹.

A obra espanhola não somente critica uma igreja autoritária e seus representantes, tidos como ardilosos e expostos como monstros, mas também intentou expor a necessidade de uma Igreja mais tolerante, menos dotada de fanatismo e censura. Por meio de personagens como a própria Cornelia Bororquia, a qual morre sem rancor do seu algoz, enfatizando sua fé e devoção cristã mesmo em seus últimos momentos de vida, Luis Gutiérrez demonstra sensibilidade quanto à religião, e não a nega, nem a condena totalmente⁸⁰. No entanto, para a redação d'**A Boa Nova**, a figuração exposta do Arcebispo já é suficiente para a condenação de sua leitura.

Porém, os periódicos não divergem em tudo relativo à leitura de romances. Surpreendentemente, **O Pelicano** recomenda o mesmo romance que **A Boa Nova** recomendaria a posteriori, assim como outro romance do mesmo autor. Em 3 de agosto de 1873, a folha

⁷⁹ SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **O romance no periódico maçônico O Santo Officio**. Apresentação de comunicação oral no I SILET IFPA, 2015. Publicação no prelo.

⁸⁰ “Luis Gutiérrez apresenta um posicionamento relativo a uma formação ilustrada (DUFOUR, 1987), em que a religião deve ser local de tolerância e de atitudes compassivas, inspirado pela Carta Acerca da Tolerância de John Locke (1689)”. Fonte: SILVA, Jeniffer. **Cornelia Bororquia: historieta do século XIX**. No prelo.

maçônica publica a seguinte nota sobre **Os Filhos do Capitão Grant** (primeira publicação em 1868), de Júlio Verne (1828 – 1905):

Os filhos do capitão Grant— É este o título de um interessante romance que nos foi enviado pelo Sr. B. Garnier, do Rio de Janeiro, traduzido do francês pelo Sr. Jacintho Cardoso da Silva.

Nitidamente impresso e de agradável leitura é essa obra, que recomendamos aos amantes da literatura, porque nela encontrarão a par de sãs doutrinas, exemplos edificantes que muito aproveitam a vida futura dos que começam sua peregrinação neste oceano, chamado mundo.

Da rápida leitura que fizemos de suas primeiras páginas não podemos ainda formar juízo sobre seu assumpto, entretanto, escolhido como fora pelo Sr. Garnier para oferecê-lo a mocidade estudiosa, e ainda tendo sido coroado pela academia francesa, não duvidamos considerá-lo pelo modo que fizemos nestas linhas.

Agradecendo a oferta, prometemos corresponder por nossa parte os desejos de quem nos honrou com a primeira parte desta interessante obra (**O Pelicano**, 1872, nº 10, p. 4)

O famoso livreiro Baptiste Louis Garnier (1823 - 1893)⁸¹ é citado como o responsável pelo recebimento do livro, e a preocupação do jornal na leitura para posterior recomendação é a mesma presente na folha católica, que publicou a seguinte nota em 30 de agosto de 1873, em um curto espaço entre a publicação maçônica:

Os filhos do Capitão Grant. – E’ este o título de um romance, com que obsequiou-nos o Sr. Garnier, escrito por Verne, e coroado pela academia francesa. Recomenda-se esse romance já pelo seu interessante enredo, já por várias noções geográficas, etnográficas, e de história natural, que soube o autor espalhar com arte e gosto em sua agradável narrativa.

Demoramos a notícia desse livro, porque quisermos ter uma ideia por nós mesmos dessa publicação, e para não recomendar ao público uma leitura porventura mal sadia (**A Boa Nova**, 1873, nº 69, p. 4).

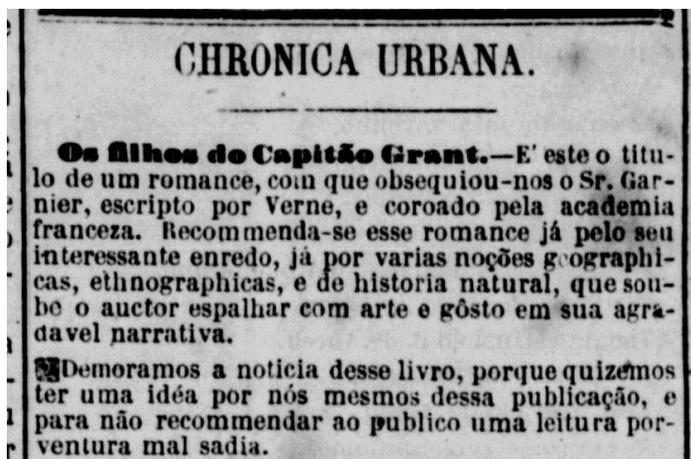
Os estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa em História Literária (GEHIL) comprovam a circulação de obras de importantes livreiros e editores entre os periódicos noticiosos e literários, paraenses, do século XIX, bem como a presença deles na construção de acervos como o da Biblioteca Fran Paxeco, na sede belenense do Grêmio Literário Português⁸². Nosso estudo também afirma a presença do Sr. Garnier no recebimento de títulos pelos

⁸¹ Baptiste Louis Garnier, foi um dos grandes livreiros do século XIX presentes no Brasil e com forte presença também em Belém do Pará, citado em jornais doutrinários no oferecimento de livros e lançamentos. Instalou-se em 1844 no Rio de Janeiro e iniciou a publicação de obras romanescas nacionais e estrangeiras no país.

⁸² DUTRA, Stéfani Lobo. **Obras recebidas e anunciadas:** a circulação de obras na biblioteca do Grêmio Literário Português e em anúncios dos periódicos na Belém oitocentista. Plano de trabalho desenvolvido pela bolsista de iniciação científica, CNPq, orientada pela profa. Dra. Germana Maria Araújo Sales.

periódicos doutrinários/religiosos, confirmando o forte interesse na circulação de livros, e mais especificamente, romances, na região⁸³.

Figura 13: Os filhos do Capitão Grant, A Boa Nova, 1873



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

A Boa Nova, anteriormente a agosto de 1873, recomendou outro título de Júlio Verne, **Viagem ao redor do mundo** (possivelmente romance hoje intitulado **Volta ao Mundo em 80 dias** [1873]), o qual possui primeira publicação em 30 de janeiro de 1873 e recebe recomendação no jornal em 12 de junho do mesmo ano:

CHRONICA URBANA

Viagem ao redor do mundo. – E’ este o título de um romance publicado pelo Sr. Garnier no Rio de Janeiro, com o qual fomos obsequiados. Lemos com interesse o dito romance, e agradou-nos sobremodo o enredo, nada encontrando nele que pudesse ofender os bons costumes ou a fé. Quando tantas leituras mal sadias correm com tanta profusão no meio da mocidade, alegramo-nos encontrando alguma que não tenha laivo de imoralidade ou de heresia (**A Boa Nova**, 1873, nº 55, p. 4).

A data entre a primeira publicação do romance e a nota no jornal é interessante pela rapidez com que chega o título até as longínquas terras paraenses, advindo também do Sr. Garnier, desejoso em vender suas obras na província do Grão-Pará, assim como em propagandear seu nome nos periódicos religiosos.

A preocupação sobre os romances citados anteriormente, em não “ofender os bons costumes e a fé”, é patente em ambos os jornais. As obras do escritor francês são reconhecidas

⁸³ O oferecimento de livros advindos da livraria/editora B. L. Garnier foi verificado nos jornais: **O Santo Officio** (1872 – 1889), **A Boa Nova** (1871 – 1883) e **A Regeneração** (1873 – 1876).

por seus enredos aventureiros, os quais não narram o romance romântico, nem condutas imorais relativas ao caráter humano, focando nos assuntos científicos, voltados para a exploração de fatos históricos, geográficos, entre outros; talvez, por isso, seus títulos sejam recomendados por ambos os jornais. Mesmo sendo um dos romancistas famosos à época, é exceção quanto ao posicionamento favorável das folhas no que diz respeito à sua leitura.

4.3 Moralizar e civilizar: guia de leitura em A Boa Nova

“Leituras em Famílias: antes da oração da noite” é uma série de artigos assinada por R. P. Huguet e traduzida do francês, de acordo com as informações contidas no jornal **A Boa Nova**, em 1879. O texto, publicado em oito edições no periódico e dividido em tópicos enumerados durante essas partes, foi inspirado no ato de famílias cristãs ao se reunirem no final do dia para realizar a leitura de livros sagrados, finalizando o momento com uma oração.

Apesar de enfraquecido entre nós o espírito cristão, algumas famílias patriarcais, que conservam ainda as boas tradições, não tem pejo de rezar em comum a oração da noite fazendo sempre antes d’ela uma leitura edificante. A vida dos santos é uma das obras que mais convém aos diversos membros da família; mãe e filhos, amos e criados, todos n’ela acham lições práticas e modelos tocantes. **Somos porem obrigados a confessar que este gênero de obras muito deixa ainda a desejar, e não convém igualmente a todos os espíritos** (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 09, p. 2, grifo nosso).

A sequência, publicada geralmente nas segundas e terceiras páginas das edições do jornal, argumenta sobre as práticas de leitura da época e, mesmo sem grandes informações sobre o autor e sua produção, se foi publicada em livro, qual seria sua data de publicação original, há muito o que analisar no escrito que reverbera o pensamento da folha católica quanto a leitura de romances, bem como confirma seu posicionamento contrário ao novo gênero.

O artigo pretende conduzir seu público para as leituras amenas e edificantes, mas enfatiza que não deixará de citar também as obras condenadas e ímpias, com a intenção declarada em deixar o texto mais atrativo e variado:

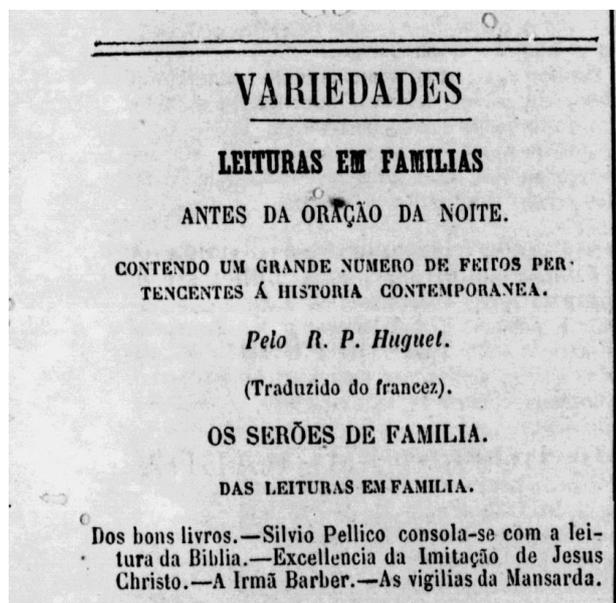
Confessamos por isso que muitas vezes ficamos embaraçado, quando nos perguntaram que livro poder-se-ia ler em família, na hora em que todos os seus membros acham-se reunidos para orar. (2). **N’esta hora reservada ao descanso e a conversação amáveis, convém uma leitura ao mesmo tempo curta e interessante, ligeira e edificante, própria para formar o gosto, comover o coração e ornar a memória por meio de máximas solidas e de trechos bem escolhidos.**

[...]

Para dar variedade a estas páginas, e tornar esta leitura mais atrativa, não nos contentamos em citar os bons autores; invocamos muitas vezes também, em prol da nossa fé e da moral evangélica, escritores que não tem a ventura de praticá-la (Huguet apud A Boa Nova, 1879, nº 09, p. 2, grifos nossos).

A valoração quanto às leituras religiosas e edificantes repercute em todo o escrito, mas a importância dada em citar os romances condenados é evidente para atrair a curiosidade do leitor, imerso em um período de significativa propagação dessas narrativas. O “proibido” só se insere como leitura nesse escrito para censurar as obras e autores considerados “ímpios” e “inimigos da religião”, como já lemos em outros artigos críticos ao romance no jornal.

Figura 14: “Leituras em Famílias: Antes da oração da noite”, **A Boa Nova**, 1876.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao final da primeira parte publicada na edição nº 09, a opinião de um escritor e jornalista francês, Luis Veillot⁸⁴, surge ratificando o posicionamento defensor de um bom estilo nas produções narrativas, bem como da valorização de obras moralizantes:

Todos conhecem a raridade do que se chama os bons livros, conquanto confeccionem-se muitos. [...] Há livrarias especiais que trabalham para a moral e para a virtude, não só quando aproxima-se o primeiro dia do ano, mais ainda durante o ano inteiro. Ali pelo menos não se podem negar as boas

⁸⁴ Louis Veillot (1813 – 1883) foi escritor e um dos líderes do ultramontanismo na França. Foi também jornalista e editor. Veillot foi contra as ideias liberais e manteve oposição às ideias iluministas e revolucionárias advindas da Revolução Francesa. Foi de grande influência na igreja francesa. Fonte: BRITANNICA, Encyclopædia. **Louis Veillot**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Louis-Veillot>. Acesso em 05 jan. 2020.

intenções; autores e livreiros querem sincera e conscienciosamente fazer bons livros.

Infelizmente, porém há quase sempre n'eles algum defeito e grande defeito a censurar. O bom livro não tem simplicidade, ou é demasiadamente simples; falta-lhe interesse, ou cai no drama ou no melodrama; falta-lhe estilo, é baixo e empático, e assim mesmo raras vezes correto.

Além de tudo isto, falta ao bom livro a moralidades. E verdade, que combate o vício e a honra a virtude; mas esta virtude desce as condições tão vulgares, é tão estúpida, faz tantas fases, que todas as suas desgraças são demasiadamente justificadas (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 09, p. 3).

A crítica citada volta-se para os “bons livros”, aqueles que deveriam ser lidos, mas que, por possuírem um “estilo raras vezes correto”, não formam gosto no leitor erudito, além disso, também não possuem moralidades e quando possuem, são por meio de trajetórias “vulgares”. Sobre as tramas mencionadas, podemos inferir que se trata das narrativas sobre a virtude recompensada⁸⁵, algo condenado pelo autor, pois a trajetória exposta ao leitor, primeiramente de uma vida pecadora, para, ao fim, viver um final redentor, ainda assim é condenada. Para o articulista, o leitor não deveria entrar em contato com as mais singelas cenas de pecado, nem as “desgraças” serem justificadas, pois também seria uma forma de amenizar ações pecadoras ou imorais na conduta das personagens.

Os argumentos presentes apenas nessa primeira parte relacionam-se aos posicionamentos beletristas ainda do século XVIII, os quais julgavam o romance um gênero inferior por compará-lo aos gêneros clássicos, referindo-se ao estilo, à linguagem e composição das narrativas, bem como se assemelha às críticas de religiosos, os quais condenavam o novo gênero pelo viés moralizante.

A opinião do autor francês, Veuillot, permanece na sequência de “Leituras em famílias”, na edição seguinte, nº 10, em 1º de fevereiro de 1879, ao relatar obras destinadas a meninos, estes que estariam em contato com perversões em suas leituras, pois:

Em geral as qualidades e virtudes dos meninos desenvolvem-se n'estes livros por meio das provas pelas quais fazem-nos passar a malvadeza e a estupidez dos parentes, dos pais caprichosos, das madrastas terríveis, das tias imbecis. O menino bom e virtuoso é vítima da injustiça e acaba prosperando; o menino preferido é um monstro cujo fim é péssimo. Estes autores ineptos tomam os elementos sagrados da família para construir algum melodrama absurdo, em que o traidor, o tolo, o criminoso, o infame pertence sempre ao número dos parentes mais chegados, e o jovem leitor dispõe-se a crer que o mundo é uma caverna de que a família forma o mais medonho compartimento. **As paixões,**

⁸⁵ Estratégia narrativa em que as ações morais da personagem, mesmo após cometer desvios em sua conduta, são recompensados após reconhecer seus erros e decidir seguir o caminho cristão. Tais informações são melhores tratadas no trabalho de Márcia Pinheiro em sua dissertação intitulada *Fabíola: a subversão, a moralização e a virtude recompensada*, defendida em 2017.

todas as paixões vêm a cena. Uma parvoíce inqualificável preza-se de compor romances, verdadeiros romances, segundo o gosto do dia, para leitores de dez a quatorze anos. (Luiz Veuillot) (Huguet *apud* A Boa Nova, 1879, nº 10, p.2, grifo nosso).

Para o autor, as leituras que fariam os jovens entrarem em contato com cenas odiosas e imorais eram perigosas para suas condutas, influenciados pelo que liam e pelos exemplos que tinham ao seu dispor nessas narrativas. Os jovens novamente são alvo de preocupação, leitores de dez aos quatorze anos, são, de acordo com o artigo, alvo desses romances, ou seja, são obras destinadas para esse público, em etapa de formação intelectual e de personalidade. Famílias cristãs, nessa faixa etária, destinam seus filhos para a catequese, para serem realizadas a primeira confissão e primeira comunhão, porém, se tais crianças entrassem em contato com a “parvoíce inqualificável” destinada a eles, o caminho seria desviado do ensinamento religioso para outros pensamentos e condutas.

Além disso, nas narrativas mencionadas, a família era tida como mal ou inimiga dos personagens, porém, para a Igreja, o valor dessa instituição é de grande importância, assim, vê-la como antagonista em determinadas leituras era preocupante aos religiosos. A importância dada ao matrimônio, à constituição familiar, pai, mãe e filhos, é primordial à Igreja que preza por essa união convencionada na Bíblia, manchar tal imagem é também desprestigiar o valor defendido pela doutrina, aos mandamentos que o clero católico defende.

A leitura verdadeiramente moralizante, portanto, estaria em obras que não divulgassem comportamentos ruins advindos de integrantes da família, assim como não apresentassem ações conduzidas pelas paixões e contrários aos valores religiosos. Márcia Abreu (2003) esclarece sobre a preferência das leituras religiosas as quais edificariam pelos bons exemplos, sem mencionar cenas torpes, pois poderiam aflorar determinados pensamentos nos leitores:

A ideia de moralização pela leitura promovida pelos religiosos parte de pressupostos exatamente contrários aos dos romances. Os textos cristãos propõem modelos positivos de virtude por meio da narração de vidas de santos e de fatos bíblicos nos quais se pode conhecer a trajetória de homens e mulheres que não pecam, que cumprem os mandamentos, que temem a Deus. É a partir da imitação do comportamento dessas pessoas que se pode atingir o ideal cristão. Os romances também se dizem preocupados com a moral, mas a atingem pelo caminho oposto, mostrando pessoas que erram, que se corrompem, que são fracas diante do vício. Narram essas histórias do ponto de vista de quem as condena, mas ao narrá-las põem os leitores em contato com o pecado. Isso já constitui um grave problema: narrar abertamente situações de imoralidade e pecado, permitindo que o leitor se imagine na mesma situação (ABREU, 2003, p. 271).

Seguindo a mesma linha de pensamento descrita por Márcia Abreu, verificamos que R. P. Huguet, não mais sob os argumentos de Luiz Veillot, critica mais claramente os romances considerados moralizantes, na sequência do artigo, em 5 de fevereiro de 1879, edição nº 11, em que cita um “outro gênero da literatura” digno de atenção em seu guia:

Um outro gênero de literatura, que convém dar a conhecer aos pais e aos mestres cristãos, são estas novelas, estes romances piedosos, espalhados com profusão nas bibliotecas paroquiais, dados em recompensa n'um grande número de casas de educação, por causa da modicidade do preço. Atacando estas obras, não queremos acusar os autores delas, nem suas intenções que julgo boas más os tristes resultados que produzem, tão frequentes, e tão pouco previstas.

[...]

Estes romances morais, inocentes demais para o maior número, compostos para os meninos ou para o povo, são feitos com tão boas intenções, que á porfia exageram a religião e a virtude, e as desfiguram completamente (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 11, p. 2).

Tais romances estão cada vez mais presentes em diferentes locais, como mencionado acima, em bibliotecas paroquiais, casas de educação, devido à “modicidade do preço”, portanto, concluímos que romances e novelas, de preços módicos, além dos publicados em jornais, os quais mantinham preços baixos, estavam ao alcance dos leitores. O artigo deve tratar de uma realidade francesa, mas que também se repetiu nas províncias brasileiras.

A crítica é realizada pela idealização presente nesses romances, os quais “exageram a religião e virtude”, pois, para o autor, a trajetória de salvação da alma é vivenciada apenas por grandes percalços e sacrifícios, os quais não adentrariam em vivências pecadoras ou desvirtuadas de uma conduta religiosa e penitente. Não somente essa idealização de figuras pertencentes à vida real e encontradas na prosa de ficção é preocupante, mas as ideias incutidas no público leitor por meio desses novos escritos:

Quando chegam então os tempos d'efervescência popular, quando as cabeças se exaltam e quando o demônio revolucionário vem abrir as portas a todos os desejos, as ideias comunistas servem-se d'estes pretextos para introduzir-se nas almas mais naturalmente honestas.

Vou muito longe sem dúvida; mas muitos bons livros, tem, parece-me, tanto como os maus, contribuindo para adulterar as ideias do povo (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 11, p. 2-3).

Aparecida Paiva (1997) estuda a censura de romances no guia de Frei Pedro Sinzig e menciona acerca da grande preocupação de figuras católicas como Sinzig para com a leitura de romances. Do mesmo modo, Dom Macedo Costa objetivava controlar as práticas de leitura da

sociedade a qual fez parte, como uma das formas de combater os avanços nas ideias revolucionárias e secularistas que viriam modificar bruscamente o poder hegemônico da Igreja em suas convicções políticas:

A preocupação com a leitura, tomada mais aguda nessa época, articula-se, como sabemos, a razões conjunturais. O desenvolvimento de uma imprensa e de uma literatura de propaganda republicada ou socialista inquieta intelectuais de diferentes instâncias de poder. Esse é um tempo em que as certezas seculares vacilam, em que os modelos tradicionais não são mais garantias de eficácia. As contradições e os conflitos nascidos no embate entre a Igreja e a modernidade podem se exprimir nesse discurso de veto à leitura. O debate político que sacode com violência a República nascente encontra, no impresso – livro ou jornal – um suporte de expressão (PAIVA, 1997, p. 62).

De acordo com os intentos do Bispo do Pará, bem como seu projeto editorial em **A Boa Nova**, o discurso de veto atrelado às preocupações políticas, citado por Aparecida Paiva, é confirmado em nosso estudo. Não somente os livros são perigosos, mas igualmente a imprensa propagandista de determinados títulos ou a que imprime em suas edições esses romances.

Para o autor de “Leituras em Famílias”, um bom livro não poderia dedicar-se às tramas fabulosas e ímpias, nem idealizar seus personagens em tramas virtuosas, assim como não deveria cair em estilos enfadonhos, conduzindo o público cristão “a ir procurar em livros perigosos uma distração que não encontra nos que lhe são oferecidos”. Desse modo, qual seria a solução? Como atrair o público para as verdadeiras leituras virtuosas? A resposta são as obras hagiográficas e religiosas:

Levando em conta estas dificuldades, que são muito reais, julgo entretanto que exageram-nas muito, que o mal não é tão grande como se pensa, que ainda é tempo de dar-lhe remédio, que as almas cristãs não estão a tal ponto alteradas e enjoadas para não poderem mais suportar leitura alguma seria, e que a história, sobretudo a da Igreja, contem grande número de acontecimentos em que o extraordinário, unindo se à realidade, pode contentar a imaginação sem enganar o espirito e sem prejudicar ao coração.

A hagiografia oferece n’este ponto uma mina inesgotável, muito tempo desprezada, e que há alguns anos começa-se felizmente a explorar com êxito. Ha poucos Santos cuja vida, contada com arte e simplicidade ao mesmo tempo, não possa oferecer o atrativo dos romances mais sedutores (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 11, p. 3).

Assim como para o Frei Pedro Sinzig, já no século XX, “[...] a meditação dos livros santos é o “único e verdadeiro” gesto de leitura, gesto que prolonga o da oração”, percebemos a mesma ideia nesse artigo, em que, o principal objetivo de uma prática de leitura em família seria o gesto de oração, conduzindo ações e pensamentos para a ‘verdadeira salvação’ da alma,

por meio dos livros religiosos. Ainda na edição nº 11, temos, finalmente, autores mencionados na crítica ao romance:

Acusa-se algumas vezes de austeridade excessiva a crítica, que estigmatiza a literatura chamada leviana e folgazona pelos indulgentes, e à qual juízes menos condescendentes chamam imoral. <<E' cousa tão agradável deixar o mundo prosaico da realidade para viajar no país das quimeras deslumbrantes sob a direção de Alexandre Dumas, d'Eugenio Sue, de Balzac, ou de Mme. Sand! O real, como disse um poeta, é pequeno, mas o possível é imenso, e a imaginação constrói, ao ler as páginas d'estes deliciosos escritores, belos castelos no ar, onde é agradável fixar-se por um dia, por uma hora apenas! >> Eis os que repetem os otimistas literários. Sem ser pessimista, convém responder-lhes que toda medalha tem um verso, e que o senão d'estas belas utopias encontram-se ordinariamente nos anais judiciários ou nas estatísticas fúnebres, escritas pela mão do crime ou do suicídio, que é também um crime; porque a vida parece-se com esse talento de que se deve dar conta ao pai de família, e não é mais permitido dispor da sua do que da alheia (Huguet *apud* **A Boa Nova**, 1879, nº 11, p. 3).

A fuga da realidade, a influência das histórias nos leitores, levando-os a cometerem os mesmos atos lidos nas tramas romanescas, causam ações criminosas, como o adultério ou o suicídio, este último mencionado no trecho acima. O poder sobre a vida não está nas mãos dos homens, mas somente na de Deus, e, retirar sua própria vida é crime inafiançável para a Igreja e seus representantes.

Alexandre Dumas, Honoré de Balzac, Eugène Sue e George Sand são grandes autores reconhecidos a sua época, estamparam suas narrativas folhetinescas em grandes jornais e fizeram sucesso por suas publicações. Tais nomes, e possivelmente seus títulos, não são estranhos também aos detratores referidos neste trabalho, e são tidos como os maus exemplos de narrativas ludibriantes, provocadores de más atitudes. No trecho acima, os pais são chamados a atenção, pois periódicos como **A Boa Nova**

se anunciam como folhas que guardam as boas regras e que chamam atenção dos pais de família para os vícios que não devem ser praticados e, entre eles, aconselham que resguardem suas casas de novelas e romances, pois podem causar danos irreparáveis, principalmente às esposas e filhas moças, virtuosas almas, que deveriam ficar resguardadas dessa praga que era a ficção (SALES, 2015, p. 57).

A preocupação para com as mulheres não tardou a surgir no artigo de Huguet, porém, antes são enfatizados os benefícios do livro **Imitação de Jesus Cristo**⁸⁶, em 19 de março de 1879, edição nº 23:

⁸⁶ **A Imitação de Cristo** é de autoria do monge alemão Tomás de Kempis (1379 – 1471), escrito no século XV. O livro é considerado um tratado moral e devocional de ordem católica e encontra-se disponível atualmente em diferentes edições impressas e virtuais, “livrete mais difundido da literatura cristã depois da Bíblia. Seu êxito

Este livro que foi a ambrosia da Idade Média, só tem sabor para os aflitos. Os moços leem-no com incúria, os homens maduros com um triste entusiasmo. Quando já começa a alongar-se a sombra de vossos dias, quando já tragastes muito cálices, só então chega a hora deste livro. Torna-se um mestre indulgente, um companheiro, um amigo; faz brotar de vossa pena a fonte de lagrimas como a água do rochedo; abre-vos um céu interior cujo orvalho vos regra; é o refrigério de vosso deserto. Belo livro divino! Vaso inesgotável de Magdalena, d’onde o óleo dos perfumes corre em ondas no coração de tudo o que chorou, de tudo o que viveu e sobreviveu (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 23, p. 3).

O livro é muito bem elogiado neste trecho do artigo, assim como é mencionado em outros trechos como exemplo de boa leitura. Publicado no século XV, o livro sobreviveu todos os séculos posteriores, tendo edição atual, em língua portuguesa, produzida e vendida pela editora Martin Claret, no Brasil. Como livro de devoção e auxiliar nas orações, a **Imitação** é “um companheiro, um amigo” para os leitores, descrito como “livro divino”, e seria uma das leituras recomendadas para os leitores d’**A Boa Nova**, por meio do texto de Huguet.

Posteriormente à crítica, para exemplificar a recomendação acima, temos a narrativa de como uma leitura conduziu uma família a converter-se à religião católica e aos trabalhos da Igreja. Ao relatar a história de Jerusha Booth, americana que viria a chamar-se Madame Barber, em seu casamento, e em religião, Irmã Maria Agostinha, o autor relata o início de sua trajetória, por meio de seu marido, Virgil Barber:

Seu marido tendo por acaso encontrado uma vida de S. Francisco Xavier, a leitura d’este excelente livro o excitou a estudar os dogmas da Igreja Católica. No fervor de suas indagações, foi a New York para consultar as obras dos primeiros Padres da Igreja, e voltou plenamente convencido que a Igreja Católica era a única que conservava a doutrina da primitiva Igreja de Jesus Cristo. Sua resolução estava tomada. Renunciou juntamente com os erros de sua crença às funções de ministro muito bem retribuídas, e foi a New York, onde abriu um colégio com o concurso de sua mulher que partilhava suas convicções religiosas (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 23, p. 3).

Jerusha Barber entrou no Convento de Visitação de Georgetown em 1818, com o marido integrando-se aos jesuítas. Ela fundou um convento de visitação em Kaskaskia, Illinois, Estados Unidos, em 1836, permanecendo lá até 1844⁸⁷. De grande importância dada pelo redator do artigo, o livro **Imitação de Jesus Cristo** fora decisivo na iniciativa de Virgil Barber,

inicial deve-se, sem dúvida, às mesmas características da *devotio moderna*, que então se iniciava. De linguagem e estilo simples, tem a originalidade de pôr diante do cristão, clé-rigo ou leigo, a vida e o exemplo de Cristo.” Fonte: **Tomás de Kempis (1379-1471)**. Disponível em: <https://historiadaigreja-com.webnode.com/p/tomas-de-kempis-1379-1471-/>. Acesso em 09 mar. 2019.

⁸⁷ MCGUINNESS, Margaret M. **Called to serve: A history of nuns in America**. NYU Press, 2013.

integrando toda a família nas ações católicas, principalmente sua esposa, dedicada completamente aos trabalhos católicos em toda a vida. Nesse ponto da sequência, iniciam-se vários relatos sobre figuras femininas e a leitura de romances realizada por elas.

Em 2 de abril do mesmo ano, na edição nº 27, o tópico “Das Leituras em Família” é publicado, em que se narra a fala de uma criada a qual mantinha a prática de leitura ao final do dia juntamente à sua mãe, pai e irmãos. Primeiramente são citados os livros que a mãe lia à noite, a título de divertimento, mas também de instrução, referente a algumas passagens de **Telêmaco** (1699) e **Robinson Crusóé** (1719):

Estes livros contavam as histórias d’um filho chamado Telêmaco, que procurava seu pai de ilha em ilha, e que era sempre embarçado por naufrágios, aventuras, tentações e desgraças que faziam chorar e que entretanto causavam prazer; ou bem ainda a história d’um pobre desgraçado, chamado Robinson, que era lançado pela tempestade em um deserto no meio do mar, só com um cão e um pássaro, e que achava em seu espírito e na graça de Deus, os meios de edificar uma casa para si, de fazer um jardim, de afeiçoar-se rebanhos domesticados, e de bem-dizer a Providencia em sua solidão (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 27, p. 3).

Telêmaco e **Robinson Crusóé** foram romances de grande sucesso editorial durante a época de duas primeiras publicações, bem como posteriormente a ela. Grandes nomes da Literatura estiveram presentes em terras brasileiras desde o século XVIII, como comprova a circulação significativa de romances realizada por Márcia Abreu em **Os Caminhos dos Livros** (2003). No entanto, o que mais agradava a criada eram as passagens santas, da **Imitação de Jesus Cristo**, esta que motivava a aprendizagem de ler e orar após a leitura conjunta a sua mãe, consideradas “passagens mais sérias e santas”. O livro, assim, novamente é enfatizado, por meio deste exemplo, como leitura edificante:

Durante o dia porem, depois que todos já tinham saído, que a escada e o quarto estavam varridos, e que a panela fervia a fogo lento nas cinzas ainda quentes, minha mãe lia para mim só passagens mais serias e mais santas, que me agradavam muito mais, porque só falavam de Deus e para Deus. Era a *Imitação de Jesus-Cristo*, mediações sobre as doenças, sobre as aflições, sobre a morte, sobre o céu, e livros de orações cujas páginas estavam manchadas por suas lagrimas, e estragadas por seus dedos. Era n’essa páginas que ela me ensinava a ler e a orar. Pequeninha ainda, eu preferia estes livros aos outros, porque minha mãe tinha um semblante muito mais recolhido e consolado quando os recebia de minha mão, e porque quando eu a via entristecer-se ou chorar baixinho sobre seu estado, um d’estes livros abertos secava suas lagrimas e restituía-lhe seu sorriso. Isto me excitava a fazer minhas orações com muito mais compunção e com muito mais prazer ao pé de sua cama (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 27, p. 3).

Na passagem também é mencionado que tais leituras não estavam inseridas apenas em famílias abastadas financeiramente, mas também eram presentes “até na mansarda e na modesta choupana do pobre”, ou seja, os bons livros alegrariam o espírito e regozijariam o coração também dos pobres. Tal afirmação comprova, novamente, o acesso de toda uma parcela da população iletrada, a qual mantinha suas leituras por meio da oralização dos escritos.

Ainda na mesma edição, o tópico “Dos Maus Livros” inicia. Comparando os considerados “maus livros” como “uma espécie de veneno violento que corrompe os espíritos e vicia os corações”, é introduzido nesta parte uma analogia ao jardim do Éden descrito por John Milton em **Paraíso Perdido** (1667), como a “doce e casta vida do lar doméstico”, que seria corrompida caso o romance folhetim “penetrasse” no local:

Se o romance folhetim penetrar em vossa família, tudo isto desaparece. Infeliz que sois! O inimigo está em vossa casa, onde penetrou com seu séquito de ilusões falazes, de ideias falsas, de lascivas e perigosas emoções, de sonhos corruptores, de imagem incendiarias! Eva, porque, ai! Eva é imortal, Eva sente, sem querê-lo, palpitar-lhe com violência o coração, não procura mais a sociedade de Adão, e sente necessidade de estar só. Está ela realmente só? Não, está com os sentimentos que um outro lhe inspirou e é justamente porque não está só, que abandona o seu marido. O inimigo, como diz Milton, já se acha no ar que ela respira, na luz que a alumia; influi em seus pensamentos durante o dia, em seus sonhos durante a noite (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 27, p. 3, **grifo nosso**).

Eva é mencionada como a culpada do pecado primeiro ter ocorrido na história bíblica, e, assim, é realizada a comparação com uma possível esposa leitora de romances, esta leitura que “em lugar de conter e de moderar as paixões, lisonjeiam-nas, excitam-nas, desenvolve-as; fornece boas razões para as más ações; pouco a pouco mina e abala o senso moral no coração da mulher, perverte sua razão, perturba as suas ideias, e a lança em uma espécie de febre e de delírio” (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, p. 3). A culpa do pecado adentrar em algum lar é da mulher, assim como Eva foi considerada a causadora da “queda do homem” na passagem bíblica. A comparação do romance-folhetim ao fruto proibido, considerado na Bíblia como responsável da detenção do conhecimento do bem e do mal por Adão e Eva, nos remete à ideia do livro, ou especificamente do romance, ser instrumento significativamente poderoso quanto às influências que viria a exercer nos leitores, e principalmente nas leitoras, relativos aos assuntos sobre mundo e questões humanas indesejados pela Igreja para ser de conhecimento dos indivíduos.

Na sequência, mais uma leitura beletrista é mencionada no artigo. Citando Jacques-Bénigne Bossuet, em 5 de abril de 1879, na edição nº 28, o tópico “Dos Maus Livros” prossegue e alerta para as más leituras por meio dos exemplos do teólogo francês:

Bossuet, gênio que lançara um olhar tão profundo sobre o coração humano, também vos preveniu do perigo d’essas más leituras, n’um tempo entretanto em que elas eram muito menos perigosas, Ele disse que madame Henriqueta de Inglaterra, quando começou a ocupar-se dos grandes negócios, renunciou aos romances, a essas perigosas ficções e a seus leitores insípidos, e depressa preferiu-lhes a história, essa sabia conselheira, indicando ele esta mudança como o sinal d’um espírito que tornava se capaz de compreender as grandes cousas e de encontrar a verdade (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 28, p. 2).

Jacques-Bénigne Bossuet (1627 - 1704) foi o bispo mais eloquente e influente porta-voz dos direitos da Igreja francesa contra a autoridade papal. Ele é atualmente lembrado principalmente por suas obras literárias, incluindo panegíricos fúnebres para grandes personagens⁸⁸. É perceptível a menção a obras e autores do século XVIII. Possivelmente a publicação original é datada desse século, porém, não se deve esquecer que os mesmos autores e obras também estiveram presentes nos anos posteriores às suas primeiras publicações, tendo circulado aqui também no século XIX, já como importantes nomes da Literatura francesa.

Após a passagem acima, Huguet cita alguns autores e títulos de romances, possivelmente em voga na época em que ele escreveu, como maus exemplos das “perigosas ficções” que Bossuet alertava:

Que diria ele então em nossos dias, exclama M. A. Nettement, em que o romance está tão longe da inocência d’Astrée, da moralidade subtilizada d’Artamène, do Grande Cyro, d’Ibraim, ou do ilustre Bassa e da interminável Clelia? Que juízo fazia das leitoras dos Mistérios de Paris, das Memórias do Diabo, do Judeu Errante dos Dramas desconhecidos, e da Rainha Margot! Que opinião formaria sobre as inteligências amestradas n’esta escola de mentiras, d’imoralidades e de paradoxos, das razões manchadas n’esta atmosfera de erro, ele que n’um tempo em que as mulheres liam todos os bons livros, todos os grandes livros, os Ensaio de moral de Nicole, a Perpetuidade da fé, a História Universal, Malebranchce, Bourdaloue, Armand, Descartes, os grandes homens de Sevigné, Tacito, em sua língua, temia ainda esse canto deixado a louca de casa, a imaginação, pela leitura de mademoiselle Scudéri e dos romancistas de sua escola? (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 28, p. 2).

As “inteligências amestradas”, ao entrarem em contato com os maus livros, com as más referências contidas neles, poderiam transformarem-se e penderem a questionamentos e

⁸⁸ Fonte: TRUCHET, Jacques. **Jacques-Bénigne Bossuet**. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Jacques-Benigne-Bossuet>. Acesso em 09 mar. 2019, tradução nossa.

ações distantes do que a Igreja e seus representantes desejavam aos fiéis, logo, o questionamento do que os romances provocariam nestas mentes, principalmente nas mulheres, como sempre é enfatizado pelo artigo, é de relevância para o escritor: “Que opinião formaria sobre as inteligências amestradas n’esta escola de mentiras, d’imoralidades e de paradoxos, das razões manchadas n’esta atmosfera de erro [...]”. Os enredos são ameaçadores à ordem de pensamento instaurada pela Igreja.

Os primeiros autores e livros citados no trecho são, possivelmente, referências ao livro **L’Astrée**, de Honoré d’Urfé (1568 – 1625), **Artamène ou le grand Cyrus** (1649–53; **Artamenes or the Grand Cyrus**) e **Clélie, histoire romaine** (1654–60; Clelia), de Madeleine de Scudéry (1607 – 1701). O primeiro trata-se de um romance pastoral do setecentos, os dois seguintes atribuídos à romancista francesa, conhecida também por seu pseudônimo, Safo, reconhecida hoje como uma das grandes escritoras da literatura francesa. Madeleine de Scudéry publicou seus romances em nome de seu irmão, Georges de Scudéry, e criou seu próprio salão literário, *Société du Samedi*. Suas obras lançaram as bases do chamado *roman à clef*, movimento que também integrou Madame de la Fayette (1634 – 1693).

Os romances franceses citados são comparados a títulos relacionados à filosofia, como os **Ensaio de moral**, de Nicolas Malebranche (1638 - 1715), considerados “grandes livros”, também como os de René Descartes (1596 – 1650), filósofo e matemático francês, e Louis Bourdaloue (1632 - 1704), escritor e jesuíta francês. Fica evidente a valorização às Belas-Letras, especificamente aos autores franceses, em detrimento da leitura de romances, principalmente os escritos por uma mulher.

Dessa forma, assim como há grande preocupação voltada para a leitura realizada por mulheres, também há perigo nos escritos femininos. George Sand e Madeleine de Scudéry sendo mencionadas mais de uma vez pelo autor desse artigo, são evidenciadas como duas grandes escritoras polêmicas em suas produções e trajetórias pessoais, consideradas maus exemplos para a conduta moral das leitoras.

O perigo das leituras prossegue com o relato de um processo judicial envolvendo uma jovem “desonrada na casa de sua mãe”. Pelas palavras de um magistrado, R. P. Huguet narra o caso:

«E, contudo, cessa a admiração quando se pensa a que mãe foi confiada a sua mocidade. Madame Lemoine estava divorciada desde 1851. A justiça pensou (infelizmente enganou-se muito) que a mãe era mais digna do que o pai de velar sobre os filhos. Sabeis com que desleixo criminoso. Ela deixava vagar sua filha pelas lojas dos artistas, dando-lhe em tudo uma liberdade que devia produzir os mais determináveis frutos. Ouvistes ontem os esposos Lemaitre; contaram-vos todas as conversas indecentes de Angelina, e

disseram-vos quanto ficaram indignados da leviandade de seu proceder e de suas palavras; ela provocar os homens com o olhar etc.

<<Angelina teve outra infelicidade: não foi educada nos sentimentos de religião, que só podem combater instintos detestáveis. E quem ter-lhe-ia dado essa instrução religiosa? Uma mãe que se jactava de ser filósofa? Uma mãe que não acredita em Deus, Ela assim o disse! Uma mãe que deixava-lhe entre as mãos os mais perniciosos livros para uma menina de quinze anos? (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 28, p. 3).

A mãe, divorciada e ateia, é considerada a principal culpada em não guiar sua filha na instrução religiosa. A mulher divorciada e não cristã está distante de dois grandes valores da Igreja: casamento e fé. A figuração dessa mulher, descrita cima, é retratada como alguém distante da ordem religiosa, livre dos preceitos do casamento e dos dogmas católicos.

A liberdade da filha em frequentar determinados locais, como “lojas dos artistas”, e ler determinados livros foram causadores de sua “perdição moral”. Angelina, a filha, ainda lia George Sand e romances publicados em jornais, assim como a ficção de Marion Delorme:

<<Angelina, vós o sabeis, lia os romances de Madame George Sand, lia outros romances publicados pelo jornal que recebia sua mãe; deleitava-se na leitura d’um livro particularmente imoral: as confissões de Marion Delorme. A história d’uma cortesã tinha para a infeliz moça um atrativo particular. Podia ela por ventura n’esta leitura aprender a dominar as suas paixões, a lutar, a combater contra essas excitações perigosas da mocidade e dos sentidos? N’ela aprendia que o casamento é cousa insensata, instituição social que já se ousou chamar a prostituição jurada?

Representavam-lhe as paixões como dadas pela Divindade, e diziam-lhe que era loucura resistir-lhes. Eis a instrução que recebeu. Não vos admireis, pois, se ela caiu tão baixo?>> (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 28, p. 3).

Marion Delorme (1613 – 1650)⁸⁹ foi uma reconhecida cortesã francesa e foi título de uma peça teatral escrita por Victor Hugo, em 1828. A leitura sobre a trajetória de uma cortesã já poderia ser considerada, por si só, um atentado à moral. A preocupação se estende para o que uma mulher deveria aprender, principalmente o controle de paixões e excitações da mocidade, pois o controle de leituras nas mulheres é também um controle de seus sonhos e fantasias (MORAIS, 1998, p. 3). Após mais condenações ao gênero romance, o artigo, nesta edição, encerra com palavras enfáticas:

Esta espécie de romances que enche hoje a maior parte dos folhetins e das revistas, é a degradação do gênero humano, e dever-se-ia bani-lo de toda casa honesta. Não são somente más obras, são ainda más ações; porque, por meio d’estas folhas levianas, que vão hoje por meio da imprensa diária, até a última camada do povo, é lançada incessantemente na sociedade uma funesta

⁸⁹ **Marion Delorme - French courtesan**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Marion-Delorme>. Acesso em 30 de jan. de 2019.

semente, que abafará com o joio o bom grão que ainda existe, isto é, os princípios de religião e de moralidade, para só aí deixar germens, de egoísmo e de corrupção (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 28, p. 3).

A “degradação do gênero humano” é ocasionada por meio da leitura do romance-folhetim alvo principal de toda a crítica presente na citação, perigoso por estar inserido até nas camadas mais “populares”. As tramas envolventes, personagens de condutas questionáveis, difamação sobre a família ou sobre representantes religiosos, entre outros temas são as sementes lançadas aos leitores, que obterão “germens de egoísmo e de corrupção” após o envolvimento com as leituras.

A condenação também se volta para as revistas e imprensa diária, a popularização do romance por meio de jornais e revistas novamente é comprovada, e torna-se ameaçadora pelo alcance maior ao público, contudo, o guia de leituras de R. P. Huguet, assim como narrativas virtuosas publicadas n’**A Boa Nova**, poderiam ser bons instrumentos para combater tais “venenos”. O sentido de combate contra um inimigo comum é retomado em vários trechos desta sequência, lembrando a guerra contra os “maus livros” e “maus jornais” já mencionados anteriormente em artigo próprio do jornal.

Em 16 de abril de 1879, na edição nº 30, o guia continua no mesmo tópico a tratar sobre os maus exemplos relacionados à leitura de romances. Nesse momento, o autor apresenta um excerto de um jornal religioso em que é relatada uma trama amorosa entre um caixeiro ganancioso e uma moça de “boa família”. O caixeiro teria conquistado a atenção da bela jovem por ser também leitor dos mesmos títulos que a menina lera, assim, eles vivem um caso proibido. O que é enfatizado nesse relato são os retratos de personagens de condutas condenáveis, quando narrados em um romance, os quais poderiam ser atrativos aos leitores, para repetirem os mesmos comportamentos ou admirarem as mesmas personalidades:

O herói pode ter estado nas Gales, como o Tremor de Lelia, pode ser um miserável dos mais corruptos, como Leone Leoni, outro herói de Madame Sand, não será por isso menos poético. O caixeiro torna-se um pensador profundo, um artista eminente, um homem magnânimo; se foi fraco e mesmo infeliz, foi culpada d’isso a sociedade, ou pelo menos a fatalidade. Ele conserva-se nobre em sua degradação, belo, sedutor sublime; e irresistível; ama a infeliz a quem vai desonrar; é com remorsos e quase contra sua vontade que a impele a sua perda. Ele hesita, mas a paixão, <<a santa paixão>> arrastá-lo (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 30, p. 2).

A imagem da jovem, considerada também criminosa por facilmente deixar-se conduzir pelo rapaz ganancioso, é relatada logo abaixo:

A moça em lugar de ser um tola, de coração fraco, de espírito corrupto, de imaginação [*sic*] enfebrada, é uma mulher forte, amante, poética, pura, sobretudo pura, sempre pura, depois como antes; ela sente que uma verdadeira grandeza vive ainda n'este homem; quer relevá-lo por seu amor e restitui-lo á sociedade que tem necessidade d'ele. Se a sociedade persiste em repeli-lo, pois bem! Haverá uma alma que o há de compreender. Em pouco tempo, em lugar de ceder a maus desejos, de ser ao mesmo tempo repugnante e ridícula, sacrifica-se.

Eis que torna-se a verdade no romance; eis o que ele faz d'uma desgraçada e d'um aventureiro, correndo juntos pelo mundo (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 30, p. 2).

A crítica volta-se para as intrigas amorosas condenadas pelo jornal religioso, bem como acusa de subversão as imagens construídas do herói e da heroína no gênero, repugnantes aos olhos do censor pelo fato de uma moça, de “boa família”, envolver-se com alguém de “classe inferior”. Essas considerações relacionam-se a vivências reais, condenadas por irem de encontro ao que esse censor acreditava ser o correto nos hábitos da sociedade. A valorização por outras leituras, consideradas amenas e religiosas, são elogiosas, pois não colocariam o leitor em liberdade de interpretações ou usos práticos de suas ideias no cotidiano.

Prosseguindo nos maus exemplos em leitura de romances, em 7 de maio de 1879, na última edição publicada de **Leituras em Famílias: antes da oração da noite**, o tópico “Dos Maus Livros” encerra com o seguinte relato:

<<Tendo apenas dezesseis anos de idade, dotada d'uma rara beleza, objeto dos cuidados da afeição de toda a sua família, Maria B..... morando em casa de seu pai, fabricante de papel em Villete, tinha diante de si um futuro de felicidades; contudo já se dizia desencantada, e desiludida, seus dias eram vazios, e as horas só lhe traziam enfado.

<<Possuindo uma imaginação ardente, Maria alimentavam-na com dramas e romances, que a exaltavam ao mais alto grau. Ela via-se heroína de mil aventuras cheias de emoção, e quando as necessidades da vida material vinham dissipar o seu sonho, sofria como o fumista de ópio, arrancado ao seu cruel prazer, maldizia da existência, e via-se brotar em seu espírito o pensamento faltar, cujo remate devia ser uma catástrofe.

<<Ha alguns dias, durante a ausência de seu pai em viagem para os afazeres de seu comércio, Maria matou-se asfixiando-se com carbônio. Ela estava deitada em cima de sua cama, vestida de branco, e junto d'ela aberto o romance *Belle-rose*.>> (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 2).

A comparação sobre a leitura de romances neste momento volta-se à metáfora dos efeitos que o ópio traz aos usuários. Mais do que imaginar-se nas cenas ardentes lidas na obra citada, Maria sofreria a abstinência de um viciado no entorpecente quando não estivesse com a leitura em mãos ou quando terminasse alguma. Os efeitos da droga são viciantes, ou seja, o

romance é objeto perigoso em mãos de jovens moças ou de qualquer outra pessoa que não desejasse seguir pela compulsão doentia por algo.

Sobre o romance citado no trecho acima, **Belle Rose**, o único título possível a ser relacionado seria **Capitão Belle Rose** (1847), de Amédée Achard (1814-1875), jornalista e escritor francês, o qual viria a ser reconhecido por escrever romance de capa e espada, mas que também se devotou ao romance de costumes⁹⁰.

Assim como Thérèse Raquin, Emma Bovary e Maria do Carmo (**A Normalista**, 1893), Maria é mais uma mulher influenciada por suas leituras a cometer um ato tão trágico como o suicídio. O perigo da leitura não se restringe a fantasias romanescas incutidas nas mentes leitoras, mas também está nos possíveis sintomas físicos que poderia ocasionar a leitura de certas narrativas.

Márcia Abreu (2003) explicita sobre as prescrições de médicos relativas às leituras por causar determinados sintomas, como Simon-Andre Tissot em **A saúde dos homens de letras** (1775). Tais condenações, pautadas em argumentos de uma ciência, também são presentes nessa sequência. Assim como o discurso científico, o discurso religioso neste jornal intenta, por meio de diferentes argumentações e utilizando diferentes leituras legitimadoras, como as dos grandes letrados à época, filósofos moralistas e escritores religiosos, instaurar o discurso do veto, da censura, da prescrição ao romance no público leitor paraense.

Prosseguindo na crítica ao novo gênero, um novo tópico é inserido, intitulado “Dos Romances”. O articulista volta-se, novamente, para a discussão sobre a leitura de romances imorais e sobre os perigos dessa literatura. Em um primeiro momento, a crítica é destinada aos autores do gênero:

Atraídos pelo engodo do ganho, pelo desejo d’uma vã popularidade, ou por algum motivo ainda menos digno de estima talvez, especulam com as paixões de seus leitores; e, para dobrarem-se a seus gostos, transportando-os em seus escritos fora do domínio da realidade, lançam-nos em um mundo imaginário e fictício, onde tudo é falso e inverossímil, as personagens, as posições, os sentimentos e as ideias. O espírito, depois da leitura d’estes romances, acha-se mais vazio ainda do que antes; e coração d’elas traz não sei que fadiga e um desgosto mais profundo pelas exigências e pelos deveres da vida: muito feliz se não perde a inocência e não recebe sobre as coisas de maior importância, impressões falsas, que o tempo, a experiência e leituras mais sérias custarão muito a apagar (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 2).

⁹⁰ LE ROMAN D’AVENTURES. **Amédée Achard (1814-1875)**. Disponível em: <http://mletourneux.free.fr/auteurs/france/francais2.htm>. Acesso em 28 fev. 2019.

O posicionamento contra os efeitos que o romance poderia incutir em seus leitores e, principalmente, nas leitoras, é enfático novamente. A realidade é suprimida pelas fantasias dessas narrativas, causando desgosto pela vida comum, ação essa presenciada em **Madame Bovary** (1856), de Gustave Flaubert, por exemplo. As imagens de leitura com a protagonista do romance francês são retratos de mulheres atraídas e subvertidas pela ficção. A autonomia feminina em uma mulher que lê e interpreta as narrativas de acordo com sua experiência individual, em uma ordem conservadora, é enfaticamente atacada pelos detratores do romance; ao construir novos significados, a figura feminina, submetida a inúmeras regras e convenções, desvirtuar-se-ia para uma liberdade que não lhe era atribuída, enquanto mulher, esposa, mãe, filha e leitora do século XIX.

Perigo maior do que desgostar da realidade por aqueles que se iludem por esses escritos, é o leitor apegado pelas “coisas da terra”, pois a vida terrena, para o escritor, é apenas uma passagem para uma verdadeira experiência de vida (a divina):

Um perigo maior ainda é que os livros d’este gênero enganam o homem sobre o fim d’esta vida, e em lugar de apresentar-lhe com uma passagem que conduz uma vida melhor, como uma prova que prepara-o para uma felicidade mais perfeita do que aquela de que se pode gozar n’este mundo, concentram todos os seus pensamentos e todas as suas esperanças nas cousas da terra (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 3).

O romance, dessa forma, é julgado sob dois vieses: primeiramente, por lançar ideias quiméricas nas mentes de seus leitores, os quais idealizariam suas trajetórias e desejariam vivenciar histórias como as lidas nos escritos, assim, afastando-se da religião:

Se o romance faz um quadro muito belo da vida, do coração humano, do jogo dos sentimentos e dos caracteres, das alegrias da paixão correspondida, ele exalta as imaginações e as almas; transportam-nas para um mundo homérico, já acariciado e entrevisto no segredo de seus sonhos, e quando d’áí caem no mundo real, não podem mais sustentar as suas lutas nem praticar os seus deveres; tem já perdido o gosto do positivo e da verdade, e sentem-se desanimadas por esta doze de desgostos que ingere-se em todas as afeições o mesmo em todas as alegrias d’este mundo (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 3).

Posteriormente, condenado quando retrata as torpezas humanas, ao ocasionar o contato com cenas odiosas como perigo às mentes leitoras, ameaçando a ordem instaurada pela Igreja por meio dos discursos e sacramentos a serem seguidos:

Se, pelo contrário, o romance toma a realidade do lado de suas baixezas, de suas misérias e de suas torpezas: compraz-se em escolher na vida, no homem, na sociedade, tudo o que [*sic*] nol-os pode mostrar debaixo d’um ponto de

vista medonho ou odioso, debaixo d'um aspecto disforme ou repugnante, desanima-nos, deixa-nos um fundo imenso de abatimento e de tristeza, tira-nos o desejo de combater pelo bem n'um mundo onde tudo é mal, e com tanto que espalhe sobre este mal esse prestígio de que o talento nunca é avaro, acaba por apaixonar-nos por esses vícios, por essas monstruosidades humanas ou sociais que são tratadas como vencedoras, e ás quais entrega em pasto todas as crenças e todas as virtudes (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 3).

Os livros, ainda no mesmo tópico, são considerados mais perigosos que os discursos, eles seriam ameaças permanentes, pois estariam infiltrados nas escolas, nas casas e as produções estariam sempre à disposição, considerando sua significativa popularização na compra, circulação e leitura mencionada pelo autor nessa sequência, além da referência, novamente, de que a ficção, mais do que máximas moralizantes, sermões ou parábolas, possuíam grande interferência nas ações humanas:

Acreditemos que os livros são mais perigosos do que os discursos, assim como um mau princípio é mais funesto do que uma má ação. Com efeito, não se está sempre na escola do mundo; um mau livro acha-se continuamente à nossa disposição; muitas vezes o autor é menos comedido em suas palavras do que o somos no mundo (Huguet apud **A Boa Nova**, 1879, nº 36, p. 3).

A experiência do leitor de romances, individualizada e entendida como prática geradora de novas representações e outras práticas sociais, tornava-se um perigo quando subvertiam as diretrizes sociais e religiosas acordadas em um contexto conservador. A conduta adotada pelo jornal católico, na condenação a determinadas leituras, assemelha-se a outras figuras religiosas que se detiveram em posicionar-se contra o romance, pois, como Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995) explicitam:

A condenação regular e reiterada das “más leituras” é modulada de acordo com a conjuntura. Com efeito, os bispos raramente deixam de voltar ao tema sempre que os tempos se tornam mais difíceis para a Igreja, mas pode-se notar que, nessas ocasiões, eles atualizam o discurso, modelando-o de acordo com novos argumentos, porém raramente mudam os julgamentos fundamentais. (...) (CHARTIER, HÉBRARD, 1995, p. 32).

Da mesma forma que Frei Padre Sinzig escrevera seu guia de leitura para católicos em 1923, o Bispo do Pará publicou um guia de leituras n'**A Boa Nova**, em 1879. A sequência “Leitura em Famílias” do autor R. P. Huguet serviu como meio de publicar a censura à leitura de títulos que poderiam desvirtuar o público do único caminho considerado virtuoso, este orientado pelos dogmas católicos que a Igreja pregara e instituíra como genuínos preceitos cristãos. Esse guia nos revela as leituras rechaçadas pelo autor e pela folha católica, da mesma forma como as leituras realizadas e recomendadas pelo crítico, de filósofos e beletristas dos

séculos anteriores ao Oitocentos, até aos escritores contemporâneos, figuras do clero ou simpatizantes da Igreja católica, utilizados como autoridades no discurso que pretendia legitimar a prescrição ao romance.

Sob as réguas de um catolicismo engajado em questões políticas e sociais, a crítica ao romance de Dom Macedo Costa, por meio de diferentes escritores/redatores publicados em seu jornal, não se limitou apenas aos possíveis atentados contra a moral e os bons costumes na prosa folhetinesca, mas, igualmente, discutiu a influência de novas ideias e questionamentos relativos à ordem vigente da época, quando a Igreja perdia, gradualmente, seu poder de influência e atuação na sociedade oitocentista.

4.4 Boas recomendações: A maçonaria engajada nas práticas de leitura em O Pelicano

A sociedade maçônica, por meio da imprensa, demonstrou significativo envolvimento na presença e circulação de livros e jornais em Belém durante o século XIX. Assim como **A Regeneração** e **O Santo Officio**, periódicos contemporâneos ao **O Pelicano**, o porta-voz da Maçonaria e posteriormente folha defensora da instituição, também destinou em suas edições notas e anúncios sobre a publicação e recebimento de exemplares, lançados na corte ou entregues por livrarias famosas na época. Em 27 de junho de 1872, a folha inicia publicações noticiosas acerca de folhetos maçônicos lançados na corte:

Oferta. – Ao illm. sr. Bento José Rodrigues Vianna devemos a de cinco folhetos importantes sobre assumptos relativos à Maçonaria, publicados na corte do Império, dos quais oportunamente transcreveremos o que nos for possível atento o pouco espaço de que dispomos para isso. Agradecendo cordialmente ao distinto cavalheiro, que nos fez a oferta, louvamos os sentimentos generosos de fraternidade maçônica, que manifesta em sua carta dedicatória (**O Pelicano**, 1872, nº 02, p. 4).

Bento José Rodrigues Vianna não possui autoria em demais artigos do jornal, mas sabemos que se trata de um comerciante da cidade, de acordo com seu nome citado em **O Liberal**, em 1871 e 1878, nas edições nº 27 e nº 180, respectivamente. Também fez parte da companhia fluvial de Belém, de acordo a nota publicada em **O Liberal**, em 1871, edição nº 64, nomeado como parte integrante da diretoria. Aparentemente, o comerciante adoece em 1880, edição nº 88, ao ser citado em uma pequena nota no mesmo periódico acima, em convocação para uma missa dedicada a rezar por sua alma, porém, apenas na edição nº 125 fica claro que se tratava de um comerciante português, falecido no dia 25 de abril daquele ano, em uma nota do consulado de Portugal, também publicada n' **O Liberal**.

Os dados revelam o contato entre maçons e portugueses, pois “outro ponto que se articula com a composição social da maçonaria paraense e com o conjunto de mudanças que afetavam a realidade local diz respeito à presença de portugueses na instituição” (SANTOS, 2011, p. 55). Entre a participação ativa de portugueses no Pará, verificamos também a presença deles produzindo escritos de propaganda à instituição a qual faziam parte, e não soa estranho produções como a de Bento José Rodrigues Viana estampadas n’**O Pelicano**, pois grande parte dos maçons paraenses “estavam vinculados ao campo intelectual e cultural” (SANTOS, 2011, p. 60) da região.

Em 29 de junho de 1872, o jornal segue com uma publicação contrária aos artigos de Raymundo Castello-Branco, já analisados neste trabalho. Ao contrapor a crítica moralizante do advogado, a folha inscreve na edição nº 106, recomendações de obras condenadas pelo **Index**:

Boa recomendação. — A celebre congregação do Index acaba de decretar a condenação das seguintes obras:

“Boissonnade (J.A.) *A Bíblia desvelada*, Paris 1871.

Figuiet (Luiz) – *O dia seguinte ao da morte ou a vida futura segundo a ciência*, 1ª, Paris 1872.

Maugin (Arthur) – *O homem e o animal*, obra ilustrada com 120 gravuras, Paris 1872.

Ormaniau (P.M.) – *Os direitos civis e a liberdade religiosa dos católicos*. Roma, impressa romana de C. Bartoli. 1872.”

Isto quer dizer que a congregação do Index, não podia melhor recomendar à leitura dos fiéis estas obras.

Ninguém ignora, com pesar dizemos, o estado de aviltamento a que a ambição da cúria tem arrastado estes e semelhantes decretos.

Por todos é hoje considerada a condenação dessa grei, como o mais honroso atestado que se possa obter.

Continuem, que quanto pior melhor (**O Pelicano**, 1872, nº 106, p. 4).

Aqui evidencia-se a má imprensa que recomenda livros proibidos pelo **Índex**, como visto anteriormente em **A Boa Nova**. Não só **O Inferno** foi divulgado em **O Pelicano** como leitura recomendada, mas outros autores e títulos, em uma lista considerável a estar presente no jornal, publicação de grande valor subversivo se atentarmos aos costumes da época, à ordem do não afrontamento para com a Igreja. No entanto, devido aos confrontos já explicitados neste trabalho, a redação do jornal maçônico não desejava concordar com a Igreja e seus representantes e sim contestar o que ela pregava, e esta contestação se fez presente também nas recomendações literárias.

Entre os nomes e títulos dos livros, o único reconhecível entre eles foi o de Louis Figuiet (1819 – 1894), médico cientista e autor francês. O título, disponível na versão em inglês, **The Day After Death; Or, Our Future Life According to Science**, possui data de publicação

de 1874⁹¹. O autor escreveu sobre assuntos relacionados ao espiritismo e talvez por isso teve uma de suas obras condenada pela Igreja.

Os títulos sugerem os temas a serem abordados nessas produções, portanto, relacionam-se, possivelmente, ao que o jornal maçônico condenava em seus artigos e demais publicações, como o fanatismo religioso, normas e proibições para conduta social estabelecidas pela Igreja, as quais os redatores não concordaram. Ao recomendar tais obras, o periódico reforça, de outra maneira, o seguimento crítico para com a Igreja, empenhado em todos os seus anos de circulação, e confirma a condenação d'**A Boa Nova**, por exemplo, quando a folha criticava um “certo tipo de imprensa” a qual se detinha em recomendar romances ímpios.

Em 22 de agosto do mesmo ano, sob o título “Novo Romance”, é publicada a notícia da conclusão do romance de Constantino Gomes de Souza (1825 – 1877):

Novo romance. —Lê-se na *República*:

O sr. dr. Constantino Gomes de Souza, já conhecido nas letras brasileiras por várias produções, concluiu um romance em dois volumes com o título “Filha sem Mãe.”

Dentro em pouco deve ser dado à estampa, e então ocupar-nos-emos detidamente do seu mérito literário (**O Pelicano**, 1872, nº 18, p. 4).

Constantino foi autor e jornalista sergipano, colaborou nos jornais baianos **O Crepúsculo**, **A Borboleta** e **O Homem**, também participou de jornais da corte como **Jornal do Commercio**, **Ilustração Brasileira** e **Semana Ilustrada**⁹². O autor publicou, em folhetim, diversos dos seus romances, como **O Desengano**, em 1871, **O Grumete**, em 1873 e o romance aqui citado, **A Filha Sem Mãe**⁹³, também em 1873 e **O Cego**, em 1875 e 1877 (SALES, 2004).

Fica evidente a novidade da notícia no jornal maçônico em anteceder a publicação oficial do romance-folhetim, mesmo republicando o que já fora noticiado em outro jornal (**A República**). A folha demonstra interesse em noticiar sobre tal publicação, enfatizando na breve nota o reconhecimento de seu autor em terras brasileiras por suas produções.

No segundo ano de publicação do jornal, em 24 de agosto de 1873, o jornal publica a seguinte nota:

Livros importantes. — Fomos obsequiados pelo infatigável sr. Garnier com a oferta das seguintes e importantes obras: *Guerra dos Mascates, o Indio*

⁹¹ **Louis Figuier**. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/author/25945>. Acesso em 19 fev. 2019.

⁹² SANTANA, Antonio Samarone de; DIAS, Lúcio Antonio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. Constantino Gomes José de Souza. In: SANTANA, Antonio Samarone de et al. **Verbetes C**. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2019. Disponível em: <http://academiasergipanameicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31902>. Acesso em 19 fev. 2019.

⁹³ Outros dados sobre o romance não foram encontrados durante esta pesquisa.

Affonso, João de Thommeray, Dois dias de felicidade no campo, O dr. Judasshon.

Cada um destes romances importa uma aprazível distração em que o leitor recreando o espirito aprende as mais sublimes lições de moral e encontra exemplos de que muito pode aproveitar.

No interesse de recomendar aos nossos leitores estas interessantes produções com que o sr. Garnier procura solícito agradar os amantes da literatura, especialmente ás senhoras, nós o fazemos d'aqui, pedindo para elas a atenção dos que a leitura de boas obras constituem seu principal recreio.

Assim cumprimos o dever de gratidão que devemos a quem tão [sic] cavalheirosamente nos obsequiou com remessa dos livros, cujo recebimento por esta forma acusamos agradecido (**O Pelicano**, 1873, nº 16, p. 4).

Alguns dos títulos citados na nota acima são de autores hoje reconhecidos no cânone brasileiro, no entanto, outros continuam desconhecidos nas pesquisas empreendidas para esta dissertação, por meio de seus nomes ou títulos. **Guerra dos Mascates**, de José de Alencar, foi publicado em 1873, no Rio de Janeiro, assim como Bernardo Guimarães publicou **O Índio Afonso** também no mesmo ano pela B. L. Garnier (SALES, 2004). **João de Thommeray** é de autoria de Julio Sandeau, também datado de 1873 pela editora, traduzido por Salvador Drummond de Mendonça⁹⁴. No entanto, sobre **Dois dias de felicidade no campo** e **O dr. Judasshon**, não encontramos maiores informações. A respeito das datas entre a primeira publicação e a nota divulgada em **O Pelicano**, é evidente, novamente, o intento em noticiar sobre os recém-lançamentos advindos da famosa livraria da corte, além do envio imediato de novidades livrescas para o impresso maçônico. Os jornais aqui estudados demonstram-se propagandistas da livraria mais famosa da época, não se distanciando de jornais diários contemporâneos a eles quanto à divulgação da B. L. Garnier.

O anúncio recomenda os títulos mencionados, principalmente às leitoras, considerando “boas obras” em ações recreativas, também enfatizam que se tratam de leituras para distração, com “sublimes lições de moral”. A preocupação para com essas leituras amenas e instrutivas já foi abordada no presente capítulo e, novamente, explicita-se o olhar atento para com as leitoras do jornal, revelando a mesma atenção d’**A Boa Nova**, porém, ao contrário do impresso católico, a folha maçônica muito mais recomenda romances do que proíbe e, ao verificar os títulos noticiados, os temas não se atrelam apenas aos de temática moralizante.

Em 7 de setembro de 1873, na edição nº 19, mais um livro é recebido pelo jornal, agora com algumas considerações acerca do autor e sua publicação de poesias:

⁹⁴ SANDEAU, Julio. **João de Thommeray**. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7105>. Acesso em 19 fev. 2019.

Mais um livro. — Estamos de posse do livro que pelo vapor *Paraná* nos enviou do Rio de Janeiro o Sr. Verediano Carvalho, escritor há muito conhecido não só na Corte como n’esta e outras províncias mais, máxime depois da publicação do MANUAL MERCANTIL (2ª edição), que tão bom acolhimento teve em todo o Império.

O livro que nos foi oferecido intitula-se—MALDITAS—. E’ por assim dizer um grito d’alma, uma acusação, uma repreensão severa contra aqueles que, perdendo o sentimento da dignidade humana, com tudo especulam, mesmo com o amor íntimo, casto e puro dos filhos e filhas, das *filhas* a quem tão cedo ensinam o CAMINHO DA PERDIÇÃO!

O crime tem mil avenidas; por qualquer d’elas que o homem caminhe lá vae ter, embora sinta a ausência d’um guia, ainda mesmo que os esplendores d’uma opulência futura lhes tenha cegado os olhos da razão e do entendimento: Tão planas, tão doces, tão diretas são elas!!...

Nada dizemos quanto ao mérito da obra, isto é, não fazemos uma análise, ainda que rápida, por que, sendo estreitíssimos os laços d’amizade e da fraternidade que nos unem ao autor, não nos sentimos n’esta hora com aquela imparcialidade que deve ter todo aquele que, por vontade ou obrigação, se constitui juiz de qualquer produção literária. O bisturi da crítica tremeria em nossas mãos: —A outros a lamina d’ aço!— (**O Pelicano**, 1873, nº 19, p. 4).

O breve comentário sobre o lançamento não contém maiores informações sobre o conteúdo, a não ser pela possível crítica que ele pode conter contra aqueles que “perdem o sentimento da dignidade humana”. Sabemos ainda que o autor é estimado pelo redator da nota, e conhecido na Corte do país e demais províncias. Seu nome surge em dois periódicos cariocas, **A Vida Fluminense**, em agosto de 1873, anunciando o mesmo título – **Malditas** – e em **O Mosquito**, em 16 de agosto do mesmo ano, em anúncio de lançamento do mesmo livro.

Em Belém, Veridiano é mencionado em anúncios no jornal **Diário de Belém**, em 1874, como autor dos livros **Manual Mercantil ou enciclopédia elementar do comércio brasileiro** e **Cálculos comerciais**, em 1876, também sendo noticiado no **Jornal do Pará** no mesmo ano, em uma listagem de títulos disponíveis na loja José M. da Silva, com 65 ocorrências nesse jornal. No **Diário de Belém** são 10 ocorrências, compreendendo os anos de 1874 a 1876, anunciando os mesmos títulos, comprovando significativa presença a partir de seus escritos disponíveis nas livrarias da cidade.

Alguns versos de **Malditas** são publicados após a nota, ao ser enfatizado pelo redator que tais poemas, “além de estar na índole do jornal, merecem ser [*sic*] conhecidas dos nossos estimados leitores”:

LIBERDADE

Les états son égaux, e les hommes son frères.

VOLTAIRE.

Obras de Deus não conhecem/ ferros vis da escravidão,/No vergel a ave é livre,/ livre a féra no sertão [...] Se seguem de Deus as obras da liberdade o

bom trilho, porque se escravisa o fraco/ que de Deus também é filho? [...] (**O Pelicano**, 1873, nº 19, p. 4).

O poema trata da escravidão, tema presente no periódico e na História da sociedade maçônica que esteve envolvida em processos de alforria, por meio de suas lojas instauradas no Brasil. O assunto foi divulgado em **O Pelicano** por meio de artigos opinativos e anúncios sobre escravos libertos, como explicitamos no capítulo anterior. A recomendação desse livro torna-se relevante no que diz respeito à conduta da folha em seu editorial e defesas que empreendeu ao longo das edições, condizentes às abordagens temáticas do livro de Veridiano Carvalho.

Em 14 de setembro de 1873, o romance **Vida Infernal**, do autor francês Émile Gaboriau (1832 - 1873), é recebido pelo jornal:

Vida Infernal. — É este o título de um lindo romance do festejado Sr. *E. Gaboriau*.

Obsequiado com a remessa da primeira e segunda parte deste importante livrinho, que se dignou fazer-nos o Sr. B. L. Garnier, temos a satisfação de, agradecendo mais esta oferta, noticiarmos aos amantes de literatura mais este precioso trabalho, onde se acham reunidos o útil e o agradável.

A leitura da —*Vida Infernal*— proporcionará aos que empregam as horas do repouso no cultivo do espirito, lições aproveitáveis com as quais se adquirem sempre resultados proveitosos na vida social (**O Pelicano**, 1873, nº 21, p. 4)

Novamente um recebimento da livraria B. L. Garnier e mais uma vez um título famoso à sua época presente no impresso maçônico. **La vie infernale** foi publicado, primeiramente, em 1870, e possui edição portuguesa de 1875, impresso pela Tipografia Horas Românticas. O autor é reconhecido como inaugurador do romance judiciário/policial e obteve grande sucesso com a personagem Monsieur Lecoq, porém, parece ter sido relegado ao esquecimento com o aparecimento de Sherlock Holmes, de Sir Arthur Conan Doyle⁹⁵. No entanto, em sua época, foi um dos autores franceses mais traduzidos no Brasil⁹⁶, assim como **Vida Infernal** foi publicado no rodapé das páginas dos jornais **Correio Paulistano** e **Diário do Rio de Janeiro**, em 1873⁹⁷, na seção Folhetim.

Em Belém do Pará, Émile Gaboriau foi mencionado no impresso **Diário de Belém**, em 1876 e 1887, assim como em **O Liberal do Pará**, em 1888, ambos noticiando seus títulos à venda. Entre os romances estão **Processo Lerouge** (edição portuguesa de 1871), à venda na

⁹⁵ PORTO, Ana Dias. O romance policial e a literatura brasileira: recepção, significados e apropriações. In: ABREU, Márcia (org.). **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789 – 1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

⁹⁶ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Edusp, 1985, p. 137.

⁹⁷ **Correio Paulistano**, entre 2.8.1873 a 18.3.1874. **Diário do Rio de Janeiro**, entre 05.05.1873 a 17.12.1873.

Livraria Universal, publicado no **Diário de Belém**, além de **A caçada aos milhões** e **Os Voluntários de 92**, ofertados para uma biblioteca intitulada *Club Euterpe*, noticiado em **O Liberal do Pará**.

O autor foi referência da narrativa policial entre as décadas de 1870 a 1880, estando presente em diferentes jornais brasileiros, incluindo os paraenses. A recomendação do impresso maçônico aqui analisado reafirma a sua inserção em um mercado livreiro atento às novidades e sucessos da época, inscrevendo-se como um dos meios de divulgação da literatura nacional e estrangeira disponíveis ao público oitocentista.

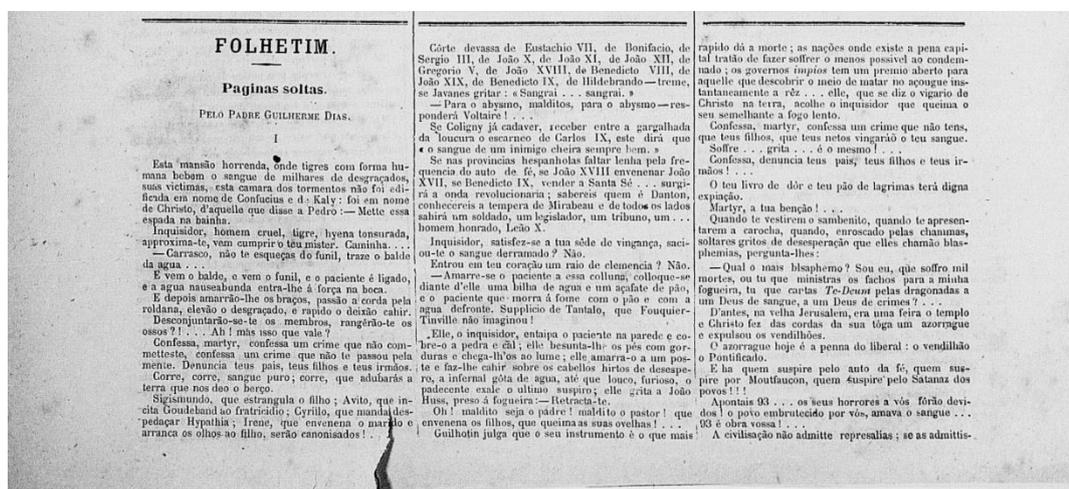
Em 8 de março de 1874, terceiro ano de circulação d'**O Pelicano**, ainda intitulado-se como órgão oficial da Maçonaria, o folhetim **Páginas Soltas** é noticiado na seção *Assuntos Diversos*:

Sob este título principiamos hoje a publicar *Páginas soltas*, que faz a segunda parte de um livro há pouco saído dos prelos da tipografia do sr. trabalho do erudito sacerdote de Cristo, Guilherme Dias, o autor afamado das cartas ao Sr. bispo do *Rio Grande do Sul*. Para essa leitura chamamos a atenção dos nossos assinantes.

Cada capítulo das *Páginas soltas* é uma fotografia fiel dos homens que se intitulam o *sal da terra*, e, se não tivéssemos maiores conhecimentos da ilustração do padre Guilherme Dias, seriam elas bastante para dar-nos a conhecer quanto vale o douto sacerdote, que soube repelir dignamente o jogo do fanatismo e da hipocrisia (**O Pelicano**, 1874, nº 23, p. 4).

Páginas soltas foi publicado em Folhetim n'**O Pelicano** a partir do mesmo número da edição em que se publica a nota acima. Sobre a narrativa, são pensamentos do autor acerca de inquisidores, jesuítas e atos de abuso de poder, além das ações de tortura realizadas por figuras da Igreja.

Figura 15: Páginas Soltas, de Padre Guilherme Dias, *O Pelicano*, 1874.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A respeito do autor, Guilherme Dias da Cunha (1844 – 1907) foi sacerdote católico-romano e converteu-se à Igreja de Torne, de rito metodista. Grande defensor das ideias liberais e anti-ultramontanas, o padre fundou **A Reforma**, primeiro jornal protestante português, reconhecendo-se como um grande crítico da doutrina romana⁹⁸. Novamente, a obra e seu autor relacionam-se com as temáticas envoltas ao **O Pelicano**, no que diz respeito às críticas dirigidas à doutrina ultramontana do Bispo do Pará e ao acolhimento de vozes que defendiam os mesmos temas.

Em 7 de abril de 1874, o jornal publica artigo anunciando uma nova obra maçônica a estar disponível para seus leitores:

O nosso ilustre e distinto Ir.: José Joaquim de Carvalho Junior, que valiosíssimos serviços há prestado à causa maçônica, deferindo com sua pena autorizada serras ardentes que se vão cravar no coração do abutre sanguissedento do jesuitismo, nessa tremenda luta a que impeliu-nos à mão terrível e fatal dos inimigos da luz, acaba de publicar um opúsculo sob o título de Guia do Apr.:, Comp.: e Mestr.:.

É um trabalho de muito merecimento para os maçons que desejam entrar, na verdadeira ord.:, em uma Ofi.:, porque, muito bem diz o autor: «Desde há muito que se fazia sentir a necessidade de um livro que, deleitando, instruisse aqueles Iir.: que por falta de tempo não podem compulsar as diversas obras maç.:, escritas em várias línguas, e pouco acessíveis pela sua variedade e elevado preço.» (**O Pelicano**, 1874, nº 27, p. 4).

O livro trata de preceitos maçônicos e, de acordo com os redatores do artigo acima, é uma produção que torna acessível à comunidade textos para instrução e engajamento nos temas relativos à doutrina. O termo ‘jesuitismo’ também se faz presente, sendo o autor declarado como um dos combatentes dos “inimigos da luz”, ação já firmada pelo periódico em outros artigos e anúncios em que citam figuras católicas como pertencentes à “seita jesuítica”, inimiga dos maçons e da sociedade que se desejava livre de religiões autoritárias.

Prosseguindo no escrito, o redator explica sobre o que trata a produção de José Joaquim de Carvalho Júnior:

O autor explica, sumariamente mas de uma forma que satisfaz, a não deixar o menor enleio no espirito, a origem da maçonaria, posto que venha ela desde a mais remota tradição perdendo-se nas brumas dos tempos, e, depois de concisas definições, desvenda o iniciado, mostrando-lhe a maneira porque se deve conduzir no grande Templo de Salomão, ensinando-lhe desde os primeiros pass.: até quanto é mister para tornar-se Mest.: perf.: e conclui com um dicionário das abreviaturas usadas na maç.:. (**O Pelicano**, 1874, nº 27, p. 4).

⁹⁸ MARQUES, João Francisco. A controvérsia doutrinária entre o catolicismo e o protestantismo em Portugal no último quartel do século XIX. In: CAHEN, Michel. **Des protestantismes en "lusophonie catholique"**. Paris: Karthala, 1998. p. 283-298.

Como respeitável manual sobre a Maçonaria, o livro torna-se mais uma das ferramentas da instituição para propagar-se da maneira como os próprios maçons desejariam, tendo sua história respeitada aos fatos relativos à instituição, distinguindo-se da história contada por outros, os quais propagandeavam mitos e inverdades acerca da instituição. O artigo continua com declarações sobre o livro, sob a voz do Dr. Assis e Padre Eutichio, dois dos dirigentes do jornal:

Finalmente, é um perfeito guia prático para os maçons o livrinho que acaba de ver a luz, cuja apreciação o autor cometeu a dois ilustres Ilr.: que assim exprimem:

O sr. Dr. Assis: «Julgo, portanto que prestais com o vosso trabalho um serviço muito recomendável pondo ao alcance de todos os maçons os meios de instruírem-se fácil cômoda e economicamente. »

O revd. padre Eutychio: «Julgo-o de muito merecimento e utilidade; e, também um aprova de vosso zelo e dedicação. »

Portanto, não seremos nós que nos abalancaremos a avançar mais uma palavra depois que falarão vozes tão autorizadas; e agradecendo o delicado presente que nos fez o nosso ilustre ir.: Carvalho, invocamos, por nosso turno, o seu amor à instituição para que prossiga em prestar-lhe seus bons e importantes serviços, [sic] pedinde venia para repetirmos aqui as palavras com que o ilustre Sr. Dr. Assis conclui o seu juízo acerca da obra de que nos ocupamos: «Eu conjuro-vos, pois, em nome dos santos princípios que a maçonaria sustenta, para que prossigais; Deus e a vossa consciência vos darão a merecida recompensa. » (**O Pelicano**, 1874, nº 27, p. 4).

É relevante ter opiniões como essas a respeito do lançamento, além da presença do símbolo maçônico em vários trechos do artigo, o que evidencia a presença de uma instância legitimadora na divulgação de uma leitura recomendável a toda a comunidade. Aqui temos a chancela de duas figuras maçônicas reconhecidamente importantes à sociedade na época, de grande influência no meio jornalístico e político da região, portanto, a leitura proposta torna-se digna de ser lida e propagada.

A facilidade dessa leitura, comparada a outros livros de mesmo teor, de altos valores e difícil acesso novamente é enfatizada pelo Dr. Assis, o que sugere um movimento empenhado em produzir escritos, impressos, folhetos e livros que alcançariam melhor maçons e profanos.

Este movimento também é presenciado na folha católica, ao publicar narrativas e artigos relativos aos temas que defendia, enfatizando o desejo de fornecer e recomendar leituras para o público, aprovadas pela Igreja e seus dirigentes, na condução dos leitores para os textos religiosos, os quais não ameaçariam a integridade das almas e mentes, mas que, principalmente, não incutissem determinadas ideias e provocassem comportamentos reprovados pelo clero, não somente os relacionados à conduta moral e ética do indivíduo, mas igualmente aqueles relacionados aos movimentos políticos e filosóficos do período que iriam de encontro para com

a influência e poderio que a Igreja exercia. A ordem instaurada pela Igreja por meio do respeito aos sacramentos que ela convencionou não deveria ser desobedecida, pois, tal desobediência acarretaria no enfraquecimento da instituição, na perda cada vez maior de fieis e de poderio político.

A Maçonaria também surge com propósito específico e significativo na imprensa paraense, porém, na tentativa de desmentir as falácias a respeito de seus membros e das ações em Lojas e Oficinas maçônicas. Consideramos esta presença jornalística “um modo de atuação capaz de construir representações a serem consideradas, reconhecidas e minimamente respeitadas tanto pelos irmãos quanto pelos profanos” (SANTOS, 2011, p. 48). Dessa forma, entendemos que a instituição procurava construir representações sociais a partir dos seus próprios escritos, anúncios e recomendações, incluindo os relacionados à divulgação de leituras e elogios a romances, os quais poderiam igualmente influenciar seu público leitor para uma conduta questionadora, de caráter científico, atrelada às ideias iluministas que a instituição mantinha forte simpatia, movimento oposto ao que a Igreja demonstrou em seus impressos.

5 CONCLUSÃO

Entre querelas e mudanças políticas e econômicas, a imprensa oitocentista foi marcante na História do Brasil, como fonte documental e literária sobre as transformações ocorridas na época, sobre os embates entre instituições e seus representantes, sobre a circulação e divulgação de leituras no país. Mais especificamente, a imprensa religiosa/doutrinária foi palco de importantes conflitos ocorridos durante a Questão Religiosa e período pré-Republicano. Em diversas províncias do país, a Igreja católica e a Maçonaria travaram discussões e confrontos em defesa de seus preceitos, em denúncia aos seus inimigos.

Sob diferentes editoriais, a preocupação às leituras realizadas pelo público leitor, de jornal e de livros, também esteve presente nesses jornais. As manifestações favoráveis ou condenatórias à leitura estiveram integradas às discussões políticas e religiosas nos periódicos, e um olhar atento às motivações de cada jornal se faz necessário.

O romance, popularizado por meio da publicação em jornais e revistas, na metade do século XIX atingia leitores das mais diversas idades, assim como dos mais diversos estratos econômicos. O baixo preço dos periódicos, a leitura em voz em alta e a facilidade na linguagem das narrativas foram atrativos para antigos e novos leitores. No entanto, houve quem condenasse tais leituras, por ferir a moral, a fé e provocar reações em quem os liam. Tais posicionamentos estiveram em discussão no periodismo religioso-doutrinário, no qual representantes e simpatizantes das instituições expuseram suas opiniões, discutiram acerca da circulação e propagação do romance, assim como anunciaram e divulgaram os gêneros recomendáveis a partir da crença de cada doutrina.

A partir dessas premissas foi realizada a presente pesquisa, a fim de analisar, em dois jornais paraenses do século XIX, **A Boa Nova** e **O Pelicano**, católico e maçônico, respectivamente, como ocorreu a presença do romance nas folhas e de que maneira os posicionamentos foram semelhantes ou distantes entre si.

Em um período de intensos debates sobre o poder exercido pela instituição católica, esta que perdia cada vez mais fiéis e influência política, seja pela separação entre Estado e Igreja na tomada de decisões sobre os civis, seja pelos movimentos liberais e republicanos, geralmente liderados por maçons, contrariando o que a Igreja apoiava, Dom Macedo Costa e seus apoiadores atuaram em defesa dos valores religiosos e das intenções políticas por meio das publicações no periódico **A Boa Nova**, em intensa condenação à Maçonaria e seus representantes.

O periódico fez parte do projeto romanizador do Bispo do Pará, o qual valorizou as leituras moralizantes e virtuosas e propagandeou em favor delas, porém, mais do que recomendar o que deveria ser lido pelas famílias cristãs, a redação do jornal empreendeu intensos debates acerca das leituras condenadas, não se restringindo aos romances, mas igualmente à leitura da imprensa que divulgava o romance-folhetim. Considerado perigoso às almas cristãs, o romance era ameaçador por expor cenas ardilosas, por descrever personagens de condutas errôneas sob a ótica do pecado, por incitar a imaginação e fantasia nos leitores, mas principalmente por distanciar o público da ordem instaurada pela Igreja, ávida em manter a obediência aos sacramentos e mandamentos cristãos.

Contudo, houve quem discordasse do que o Bispo defendia, não somente representantes de outra ordem doutrinária, mas igualmente integrantes do clero, como Padre Eutichio Pereira da Rocha e Cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery, os quais integraram a redação d'**O Pelicano** juntamente a Joaquim José de Assis. Todos maçons, fundaram o jornal como porta-voz oficial da Maçonaria até meados de 1873, e continuaram em defesa da sociedade até o fim da publicação, em 1874.

Apoiadores da liberdade religiosa e do livre pensamento, a redação da folha maçônica publicou sobre preceitos e ações da Maçonaria, na tentativa de esclarecer seus fundamentos, mas não deixou de debater as acusações realizadas pela redação católica, bem como publicou recomendações de leituras e anunciou novidades literárias da época. Diferentemente do que se esperava, o jornal publica uma voz dissonante da maioria dos artigos sobre leitura de romances. Raymundo Castello-Branco alia-se ao discurso da moralização e da valorização das leituras religiosas, consideradas as únicas verdadeiramente úteis e virtuosas, próximo ao que fora publicado em **A Boa Nova**. Consideramos que **O Pelicano** não deixou de publicar esse posicionamento em respeito à liberdade de pensamento, compreendendo também que o jornal era espaço aberto a quem desejasse escrever a ele, contanto que não destinasse ofensas ou calúnias a alguém. Porém, a opinião de Castello-Branco não é predominante na folha, em sua maioria, **O Pelicano** publica artigos recomendando a leitura de diferentes romances, até os condenados pelo Índice, e trava intensas discussões com **A Boa Nova** a respeito de tais aconselhamentos.

Assim como o jornal católico, a redação maçônica utiliza de autores de grande sucesso para ratificar suas opiniões, demonstrando importante repertório de leituras para a defesa dos posicionamentos, assim como utiliza a voz de representantes maçons para as recomendações publicadas. Não é diferente em **A Boa Nova**, quando livros como a **Imitação de Cristo** e autores como Louis Veuillot estão presentes nos artigos em defesa das leituras religiosas.

Jovens e crianças, principalmente mulheres, foram os exemplos mais mencionados nas publicações condenatórias ao romance, a influência nesses indivíduos acarretaria graves ameaças à construção do caráter de cada um, particularmente à condução do comportamento de famílias, educadas pela figura de uma mãe que, se estivesse afastada da palavra cristã, e influenciada pelas narrativas profanas, desvirtuaria toda a sua prole.

Dessa forma, verificamos que a divulgação e condenação à leitura do romance esteve presente nos periódicos analisados de maneira a integrar-se às discussões ideológicas e políticas de cada jornal, seja como leitura ameaçadora à ordem vigente, cristã-católica, seja como instrumento subversivo a essa ordem, na defesa de novos ideais, novos posicionamentos e pensamentos, contrários e distantes dos sacramentos.

Entre as prescrições de cada jornal, o romance possui notoriedade enquanto discurso influente e permanente nas mentes que os leem. As tramas e personagens são exemplos de conduta e passíveis de identificação ao ponto de induzir e modificar posicionamentos e ações na vida particular do leitor. Sob essa ótica, o novo gênero pode servir como instrumento orientador para a condução de ações e ratificação de opiniões aprovadas por instituições de poder, bem como instrumento subversivo e questionador a sistemas políticos e ideológicos em declínio. De toda forma, o romance moderno prevalece no centro das discussões desde sua origem, sob as diferentes interpretações que dele podem surgir, bem como pela atenção que sua leitura provoca, principalmente em períodos de censura e debates políticos significativos na História.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

LIVROS

ABREU, Márcia. **Os Caminhos dos Livros**. São Paulo: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2003.

ABREU, Marcia. **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: FAPESP, 2008.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. **Jornal e Literatura: a imprensa no século XIX**. Porto Alegre: Nova prova 2007.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CALLET, Augusto. **O Inferno**. Porto: Typografia da Livraria Nacional, 1871. Disponível em: <https://archive.org/details/oinfernoporaugus00call/page/n5>. Acesso em 10 jan. 2019.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos livros**. 2ed. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Ed. UnB, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LUSTOSA, Antônio de Almeida. **Dom Macedo Costa: Bispo do Pará**. 2 ed. Belém: SECULT, 1992.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX (1850 – 1900)**. Belém: Açáí, 2016.

NEVES, Fernando Artur de Freitas. **Romualdo, José e Antônio: bispos na Amazônia do oitocentos**. Belém: Editora da UFPA, 2015.

PAIVA, Aparecida. **A voz do veto: a censura católica à leitura de romances**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

ROCQUE, Carlos. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitograph Editora, 1976.

VIEIRA, David. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1980.

WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DISSERTAÇÕES

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O que revelar? O que esconder? Imprensa & Maçonaria no findar do dezenove (Pará, 1872-1892)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém: 2011.

ARTIGOS

ABREU, Márcia. Letras, Belas Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da Literatura: O discurso fundador**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003

ABREU, Márcia. Cuidado: ler é um perigo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p.60-65, ago. 2007.

BARATA, Alexandre M. A maçonaria e a ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 1, n. 1, p. 78-99, 1994.

CHARTIER, Anne-Marie. HÉBRARD, Jean. Os discursos da Igreja. In: CHARTIER, Anne-Marie. HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura - 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Karla Denise. Civilização católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX. **Revista História Regional**, UNIFAP, 2002, v. 07, p. 73-103.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no século XIX. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 71-85, julho 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 31 de janeiro de 2019.

NERY, Antonio Augusto. Anticlericalismo e antirreligiosidade em As farpas (Eça de Queirós). In: Elias J. Torres Feijó; Roberto Samartim; Raquel Bello Vázquez; Manuel Brito-Semedo. (Org.). **Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Portuguesas**, 2ª ed., Santiago de Compostela - Coimbra: AIL - Editora, 2015, v. 01, p. 65-71.

REIS, Marcos Vinicius de Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX. **Diversidade Religiosa**, Pernambuco, v. 6, n. 1, p.152-182, nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dr/article/view/31334/16497>. Acesso em 13 jun. 2019.

ROCHA, MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Imprensa e leitura de romances no Brasil oitocentista. **Revista Leopoldianum**, 2011, v. 37, nº 101/102/103, p. 33-44.

SALES, Germana Araújo. O jornal como espaço para a crítica ao romance. **Cadernos Literários**. v. 23, n. 1, p. 51-59, 2015.

SALES, Germana Maria Araújo. **Ficção Brasileira - Cronologia**. 2004. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/cronologias/brasileira.htm>. Acesso em 19 fev. 2019.

SILVEIRA, Diego Omar. A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.

SITI, Walter. O romance sob acusação. In: MORETTI, Franco (org.). **O romance: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 165 – 195.

FONTES PRIMÁRIAS

A BOA NOVA. Belém: 1871 – 1883.

A CRUZ. Rio de Janeiro: 1861 – 1864.

A ESPERANÇA. Recife: 1864 – 1865.

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro: 1872 – 1873.

A LUZ. Natal: 1873.

A REGENERAÇÃO. Belém: 1873 – 1876.

LABARUM. Maceió: 1874 – 1875.

O PELICANO. Belém: 1872 – 1874.

O SANTO OFFICIO. Belém: 1871 – 1889.

TRIBUNA CATHOLICA. Ceará: 1867 – 1868.

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

LIVROS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil-1900-2000**. Mauad Editora Ltda, 2007.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de Leitura na Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Edusp, 1985, p. 137.

LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988.

MATTOS, Franklin de. **A Cadeia Secreta: Diderot e o romance filosófico**. Ilustração de Simone Rebelo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

MCGUINNESS, Margaret M. **Called to serve: A history of nuns in America**. NYU Press, 2013.

MCKENZIE, D. F.. **Bibliografia e a Sociologia dos Textos**. São Paulo: Edusp, 2018.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente: Antonio Lemos-1869-1973**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SILVA, Wanessa Regina Paiva da Silva; SALES, Germana. **O romance em debate: pesquisa em fontes primárias**. 1. ed. Manaus: Editora UEA, 2013. v. 500. 224 p.

ZOLA, Émile. **Thérèse Raquin**. Tradução de Joaquin Pereira Neto. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

TESES

RODRIGUES, Almir Pantoja. **Trajatória e circulação de textos em prosa de ficção portuguesa na Belém oitocentista**. 2019. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Silas Daniel dos. **O jornal Imprensa Evangelica e as origens do protestantismo brasileiro no século XIX**. 2018. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. **Primeiras impressões: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)**. 2007. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DISSERTAÇÕES

FRANCISCON, Taís. **Os romances de Maria Edgeworth: do Reino Unido ao Brasil no século XIX**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **A maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888**. 2009. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PINHEIRO, Márcia do Socorro da Silva. **Fabiola: A subversão, a moralização e a virtude recompensada**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RUDI, Thiago Augusto Modesto. **A grande missão do século XIX e a escrita da história de Ernest Renan (1848-1863)**. 2014. 158 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121975>. Acesso em 04 jan. 2020.

SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Pará (1860 - 1889)**. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9332/1/Dissertacao_AssistenciaEducacaoMeninas.pdf. Acesso em 08 ago. 2018.

WOLF, Rayssa Almeida. **“Da imprensa especial” à imprensa espírita: um estudo da Revista Espírita (1858-1868)**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MONOGRAFIA

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Sob o manto da moral: o romance em arguição**. 2017. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ARTIGOS

AAS, Wilma Patricia Marzari Dinardo. Poesia e verdade, de Goethe - a estetização da existência. **Revista Cerrados**, [s.l.], v. 8, n. 9, p.165-177, dez. 1999. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/13321/pdf_294/. Acesso em 30 jul. 2018.

GERMANO, Emanuel da Cunha. Emancipacionismo e abolicionismo nos impressos republicanos em Pernambuco entre 1850 a 1870. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e O Futuro da Educação no Brasil**, Recife, v. -, n. -, p.1-16, jul. 2019. Disponível em: <<https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

MARQUES, João Francisco. A controvérsia doutrinária entre o catolicismo e o protestantismo em Portugal no último quartel do século XIX. In: CAHEN, Michel. **Des protestantismes en "Iusophonie catholique"**. Paris: Karthala, 1998. p. 283-298.

NERY, Antonio Augusto. Anticlericalismo e antirreligiosidade em As farpas (Eça de Queirós). In: Elias J. Torres Feijó; Roberto Samartim; Raquel Bello Vázquez; Manuel Brito-Semedo. (Org.). **Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Portuguesas**, 2ª ed., Santiago de Compostela - Coimbra: AIL - Editora, 2015, v. 01, p. 65-71.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. O liberalismo e a Congregação da Missão: Um estudo comparado entre Portugal e Brasil (1860-1910). **Lusitânia Sacra**, v. 35, p. 73-93, 2017.

PORTO, Ana Dias. O romance policial e a literatura brasileira: recepção, significados e apropriações. In: ABREU, Márcia (org.). **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789 – 1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RILEY, Carlos Guilherme. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 143-172, 2003.

SALES, Germana Maria Araújo. Páginas historiográficas no século XIX. **Todas As Letras Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.37-48, nov. 2016.

SALES, Germana Maria. SILVA, Alan Flor da. A relação entre periódicos e a História da Literatura: a prosa de ficção de autoria portuguesa na Província do Pará em foco. **Raído**, Dourados, MS, v. 10, n. 22, ed. especial, 2º semestre 2016.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **O romance no periódico maçônico O Santo Offício**. Apresentação de comunicação oral no I SILET IFPA, 2015. Publicação no prelo.

SILVEIRA, Diego Omar. A peleja pela “Boa Imprensa”: reflexões sobre os jornais da Igreja, a Romanização dos costumes e a identidade Católica no Brasil. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, Ouro Preto, v. 1, n. 1, p.1-14, jun. 2013.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. A verdade e a verossimilhança em O Monge De Cister, de Alexandre Herculano. **Revlet- Revista Virtual de Letras**, v. 9, p. 216-235, 2017.

RELATÓRIOS

DUTRA, Stéfani Lobo. **Obras recebidas e anunciadas:** a circulação de obras na biblioteca do Grêmio Literário Português e em anúncios dos periódicos na Belém oitocentista. Belém: s.n., 2018.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **Estrella do Norte e Santo Officio: folhas noticiosas para famílias.** Belém: s.n., 2015.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **A Boa Nova: periódico dirigido ao que for verdadeiro, honesto, justo, santo e amável.** Belém: s.n., 2016.

SILVA, Jeniffer Yara Jesus da. **A Regeneração: o romance como progresso material e moral nos escritos maçônicos.** Belém: s.n., 2017.

SITES

ALMEIDA, Rogério Miranda de. **Nietzsche e a religião.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nietzsche-e-a-religiao/>. Acesso em 16 jun. 2019.

BRITANNICA, Encyclopædia. **François-Auguste-René, vicomte de Chateaubriand.** Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Francois-Auguste-Rene-vicomte-de-Chateaubriand>. Acesso em 10 mar. 2019.

BRITANNICA, Encyclopædia. **Louis Veillot.** Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Louis-Veuillot>. Acesso em 05 jan. 2020.

CABRAL, Alberto Carlos Rosa Ferreira das Neves. **O Galicanismo como fundamento dos princípios de 1789.** 2016. Disponível em: <https://promariana.wordpress.com/2016/01/25/o-galicanismo-como-fundamento-dos-principios-de-1789/>. Acesso em 10 mar. 2019.

História do GOB. Disponível em: <https://www.gob.org.br/historia-do-gob/>. Acesso em 13 ago. 2018.

Homem ou mulher natural do Pará (designação usada no Amazonas). Variação de parauara. (PAROARA. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paroara/>. Acesso em 17 jul. 2018.

LE ROMAN D'AVENTURES. **Amédée Achard (1814-1875).** Disponível em: <http://mletourneux.free.fr/auteurs/france/francais2.htm>. Acesso em 28 fev. 2019.

LORGUES, Antoine François Félix Roselly de. **O parocho: romance religioso.** Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1885. Disponível em: <https://archive.org/details/oparochoromancer00roseuoft/page/n7>. Acesso em 22 jul. 2019.

Louis Figuier. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/author/25945>. Acesso em 19 fev. 2019.

Marion Delorme - French courtesan. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Marion-Delorme>. Acesso em 30 de jan. de 2019.

MARTINS, José Ricardo. **A Religião sob um outro olhar: Ludwig Feuerbach e a essência do Cristianismo.** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-religiao-sob-um-outro-olhar-ludwig-feuerbach-e-a-essencia-do-cristianismo>. Acesso em 14 jun. 2019.

Papa Pio IX. Disponível em: http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html. Acesso em 02 jan. 2020.

SANDEAU, Julio. **João de Thommeray.** Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7105>. Acesso em 19 fev. 2019.

SANTANA, Antonio Samarone de; DIAS, Lúcio Antonio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. Constantino Gomes José de Souza. In: SANTANA, Antonio Samarone de et al. **Verbetes C.** Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2019. Disponível em: <http://academiasergipanameicina.com.br/dicionariomedico/dicionario.php?id=31902>. Acesso em 19 fev. 2019.

Santo Inácio de Loyola, o fundador. Disponível em: <http://www.jesuitasbrasil.com/newportal/institucional/santo-inacio-de-loyola/>. Acesso em 18 jan. 2019.

TEJERA, Carmen García. Biografía de Emilio Castelar. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/spain/castelar/biografia.htm>. Acesso em 26 de julho de 2019.

TEYSSOT, Thierry. **Pierre-François Junqua.** Disponível em: <http://www.gallican.org/junqua2.htm>. Acesso em 10 mar. 2019.

Tomás de Kempis (1379-1471). Disponível em: <https://historiadaigreja-com.webnode.com/p/tomas-de-kempis-1379-1471-/>. Acesso em 09 mar. 2019.

TRUCHET, Jacques. **Jacques-Bénigne Bossuet.** 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Jacques-Benigne-Bossuet>. Acesso em 09 mar. 2019, tradução nossa.

APÊNDICE A

ARTIGOS E NOTAS SOBRE O ROMANCE EM A BOA NOVA (1872 – 1879)

Autor	Texto	Período	Ano	Número do jornal	Seção
-	Um livro útil	3 de janeiro	1872	01	Crônica Urbana
-	Biblioteca eclesiástica	31 de janeiro	1872	05	-
Sem autoria	O mal e sua cura	1 de junho	1872	25	-
Luiz Maria	A Perseguição III	19 de junho	1872	30	-
Sem autoria	Manifesto da Maçonaria do Brasil - X	24 de julho	1872	40	-
Sem autoria	O processo Junqua	31 de julho	1872	42	-
ALIQUIS	-	10 de agosto	1872	45	Publicação Pedida
Luiz Maria	Um livro mau	21 de setembro	1872	56	--
Sem autoria	Ainda a questão do inferno	25 de dezembro	1872	83	-
V. A.	Ensaio de discurso	1 de janeiro 4 de janeiro	1873	01 02	Comunicado
Sem autoria	Viagem ao redor do mundo	12 de junho	1873	55	Crônica Urbana

Sem autoria	Os filhos do capitão Grant	30 de agosto	1873	69	Chronica Urbana
Do Apostolo	Um livro precioso	19 de maio	1877	39	-
Padre João Vieira Neves Castro da Cruz	Os livros perniciosos	19 de maio	1877	39	-
Sem autoria	Padre Belchior de Pontes	10 de novembro	1877	87	-
Padre João Vieira Neves Castro da Cruz	Imitação de Christo por Kempis	15 de dezembro	1877	97	-
Sem autoria	Malagrida	27 de fevereiro	1878	17	Secção noticiosa
Sem autoria	É preciso ler com atenção!	27 de fevereiro	1878	17	Secção noticiosa
R. P. Huguel	Leituras em Famílias	29 de janeiro 1 de fevereiro 5 de fevereiro 19 de março 2 de abril 5 de abril 16 de abril 7 de maio	1879	09 10 11 23 27 28 30 36	Variedades
Sem autoria	Almanaque brasileiro ilustrado	29 de novembro	1879	95	-

APÊNDICE B

ARTIGOS E NOTAS SOBRE O ROMANCE EM **O PELICANO** (1872 – 1874)

Autor	Texto	Período	Ano	Número do jornal	Seção
Sem autoria	Luz e Escuridão	28 de julho 1 de agosto	1872	11 12	Parte Literária
-	Resposta à Boa Nova Prefácio	15 de agosto	1872	16	-
Raymundo Castello- Branco	O destino das nações	29 de setembro	1872	29	-
-	A sabedoria aplicada	6 de outubro	1872	31	-
Raymundo Castello- Branco	Frutos da sabedoria	20 de outubro	1872	35	-
-	O inferno da Boa Nova	22 de dezembro	1872	53	-
-	O inferno da Boa Nova	29 de dezembro	1872	55	-
-	Boa recomendação	29 de junho	1873	106	-
-	Os filhos do Capitão Grant	3 de agosto	1873	10	-
-	Livros importantes	24 de agosto	1873	16	-
-	Mais um livro	7 de setembro	1873	19	-

-	Vida infernal (romance)	14 de setembro	1873	21	-
-	Um livro	28 de outubro	1873	04	
Sem autoria	Folhetim	8 de março	1874	23	Assuntos diversos
Sem autoria	Um livro importante	7 de abril	1874	27	Assuntos diversos
-	Imprensa	24 de maio	1874	34	